

**Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP  
Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília**

**FABIANA SANCHES GRECCO**

**PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO CAPITALISTA NA INDÚSTRIA DA RECICLAGEM: UMA ANÁLISE DO  
TRABALHO DE CATAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO INTERIOR PAULISTA**

**MARÍLIA**

**2014**

FABIANA SANCHES GRECCO

**PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO CAPITALISTA NA INDÚSTRIA DA RECICLAGEM: UMA ANÁLISE DO  
TRABALHO DE CATAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO INTERIOR PAULISTA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Campus de Marília.

Área de Concentração: Determinações do Mundo do Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Kazuo Ocada

MARÍLIA

2014

Grecco, Fabiana Sanches.

G769p Produção e reprodução capitalista na indústria da reciclagem: uma análise do trabalho de catação de materiais recicláveis no interior paulista / Fabiana Sanches Grecco. – Marília, 2014.

143 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2014.

Bibliografia: f. 127-141

Orientador: Fábio Kazuo Ocada.

1. Trabalho feminino. 2. Trabalho informal. 3. Indústria de reciclagem. 4. Coleta seletiva de lixo. I. Título.

CDD 306.36

FABIANA SANCHES GRECCO

PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO CAPITALISTA NA INDÚSTRIA DA RECICLAGEM: UMA ANÁLISE DO  
TRABALHO DE CATAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO INTERIOR PAULISTA

Dissertação para obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais, da Faculdade de  
Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília.  
Área de concentração: Determinações do Mundo do Trabalho.

BANCA EXAMINADORA

1º Orientador: \_\_\_\_\_  
Fábio Kazuo Ocada, professor assistente doutor da Faculdade de Filosofia e Ciências da  
Universidade Estadual Paulista – UNESP/Campus de Marília.

2ª Examinadora: \_\_\_\_\_  
Fátima Aparecida Cabral, professora assistente doutora da Faculdade de Filosofia e Ciências  
da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Campus de Marília.

3ª Examinador: \_\_\_\_\_  
Jair Batista da Silva, professor doutor adjunto II de Sociologia da Universidade Federal da  
Bahia – UFBA/Campus São Lázaro.

Marília, 06 de fevereiro de 2014.

*Para minha avó Anair, pela força em ser uma mulher trabalhadora.*

## AGRADECIMENTOS

Inspirei-me a começar a escrever meus agradecimentos quando ainda não havia concluído o texto desta dissertação. Foi assistindo a um filme, nos intervalos entre leituras e a escrita dos capítulos, que me despertou o quanto este estudo não tem apenas a minha participação, embora a responsabilidade sobre ele e a dedicação sejam somente minhas.

Trata-se de um filme que conta a história de um autor sem sucesso, que encontra um antigo manuscrito de um romance. Ao encontrar o manuscrito em uma maleta comprada em um antiquário na França, o autor sem sucesso resolve publicá-lo como sendo de sua própria autoria, sem saber que em algum momento pudesse encontrar o verdadeiro escritor. Depois de alguns meses, finalmente acontece o encontro, mas as duas pessoas, o verdadeiro escritor e o que se apropriou das palavras escritas no manuscrito, estão imbricados demais para que se defina a quem aquela história pertence.

Essa história me fez pensar em três grupos de pessoas imbricadas neste estudo as quais devo imensa gratidão. Em primeiro lugar, os autores que deixaram um legado com seus estudos. Agradeço por suas reflexões e trabalho, que edificaram as discussões trazidas aqui, devidamente referenciadas ao longo desse texto. O segundo grupo, se refere aos trabalhadores com os quais pude conversar sobre a catação de materiais recicláveis, na medida em que mesmo que algumas de suas histórias e memórias pessoais tenham sido literalmente transcritas, muitas delas se diluíram nas demais partes do texto, proporcionando um imbricamento entre a minha pesquisa e os verdadeiros “sujeitos” da história da catação de materiais recicláveis trazida aqui. O terceiro grupo corresponde as minhas amigas e aos meus amigos, com os quais pude contar na construção deste estudo. Companheiras e companheiros de jornada, que me indicaram leituras, revisaram partes do texto e me indicaram, em muitos momentos, uma direção.

Agradeço, assim, aos integrantes da banca desta dissertação, ao professor Jair Batista, à professora Fátima Cabral por, também, ter participado da banca de qualificação do texto e à professora Lúcia Arrais Morales, por ter participado da banca de qualificação. Sou muito grata às duas professoras, especialmente por terem fundamental participação no meu processo de formação ao longo do curso de graduação.

Agradeço ao professor Fábio Kazuo Ocada por ter acolhido o meu projeto de pesquisa e por ter feito leituras e considerações importantes nos trinta e dois meses que seguiram este estudo, à CAPES por ter possibilitado financeiramente parte desse processo e às demais

professoras e demais professores da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, pela formação e companheirismo. Agradeço, também, às funcionárias e aos funcionários da faculdade, especialmente, aos da secretaria de pós-graduação.

Às companheiras de mestrado, Rachel D'Amico, Miriam Zaneli, Samara Carvalho, Danielle Ribeiro, Camila Savassa, Fernanda Subires, Cinthia Xavier, Luana Flor, Simone Silva e Sandra Mara, pela convivência e ajuda mútua e à Naiara Schmidt pela companhia e amizade.

Agradeço ao Leandro Galastri, ao Felipe Raslan, à Marina, ao Bene e à Stela Gogoi, pelas dicas ao longo da construção do texto, pelas conversas e pela ajuda com a formatação.

Agradeço às amigas de longa data, por compreenderem o meu afastamento nesse período e por todo carinho, à Rafaela Fernandes, Kátia Miche, Paula Jorge, Amanda Ortiz, Natália Oliveira, Natalia Andrade, Ana Torquato, Bruna de Jesus e à minha amiga Leila, pelas conversas, e por cuidar com muito carinho de mim. Agradeço também ao Márcio, à Cris e à pequena Maria.

Agradeço, por fim, à minha família pela paciência e compreensão, à minha avó Anair, a qual dedico este estudo, por toda a sua força e coragem, ao meu avô por sempre me lembrar que deve haver sonhos na vida, às minhas tias e primas, que inspiraram os nomes das entrevistas apresentadas aqui, ao meu primo Lendro pela tranquilidade. Agradeço, especialmente, ao meu pai por ser sempre o meu porto seguro, à minha mãe pela alegria e inspiração, à minha irmã e ao meu cunhado pelo companheirismo e dedicação, ao meu sobrinho pelo amor puro e doação e ao meu companheiro José, pelos cuidados, carinho, pelas leituras generosas do texto, pelos debates e por tantos ensinamentos.

(...) Cegaram o cérebro, o gravador sanguíneo de vocês, e o meu, eles não conseguiram! Porque eu sou formato gente, carne, sangue, formato homem, par, eles não conseguiram. A bronca deles é essa, do *trocadilo* (...) amaldiçoado, excomungado, hipócrita, safado, canalha, indigno, incompetente. Sabe o que ele fez? Mentir pros homens, seduzir os homens, cegar os homens (...), depois jogar no abismo. (...). O homem não pode ser incivilizado. Todos os homens têm que ser iguais. Têm que ser comunista (...). Comunismo é *igualdade*. Não é obrigado todos trabalhar num serviço só. Não é obrigado todos comer uma coisa só. Mas a *igualdade* é a ordenança que deu quem revelou o homem o único condicional e o homem é o único condicional seja que cor for (...). O comunismo superior, o único comunismo (...)

Estamira Gomes de Sousa, 2006.



## RESUMO

Com base em incursões a campo de coleta de relatos orais realizadas com trabalhadores catadores de materiais recicláveis nas cidades de Araçatuba/SP e Marília/SP, analisa-se o processo de reciclagem industrial no interior paulista, articulando-o às discussões sobre a organização dos processos produtivos no Brasil, destacando a divisão do trabalho entre os sexos. O objetivo desse estudo é, ao analisar como a reciclagem se estrutura no capitalismo contemporâneo, evidenciar a oculta exploração da força de trabalho, sobretudo da mulher catadora de materiais recicláveis, traçando uma relação entre a expansão dessa atividade laboral e as transformações político-econômicas e sociais do final do século XX e início do século XXI. Como hipótese, aponta-se o crescimento da informalidade nas relações de produção, desencadeando o crescimento da produção de uma população excedente em relação à necessidade média de trabalhadoras e trabalhadores ocupados para a valorização do capital, o resgate das associações de trabalho e a utilização da força de trabalho das mulheres como fatores intensificadores da exploração capitalista, que articuladamente fundamentam a expansão do trabalho de catação no país.

Palavras-chave: trabalho; mulher; catação; reciclagem; informalidade.

## ABSTRACT

Bases on field trips to collect oral reports from pickers of recyclable materials in the cities of Araçatuba/SP and Marília/SP, the process of industrial recycling in São Paulo State countryside is analyzed, articulating it to the discussions about organization of production processes in Brazil, highlighting the gender based work division. The aim is, by analyzing how recycling is structured in contemporary capitalism, to emphasize the hidden exploitation of the workforce, especially women pickers of recyclable materials, drawing a link between the expansion of this labor activity and the political-economic and social transformations of the late twentieth century and early twenty-first century. As a hypothesis to this study, the growth of informality in production relationships is highlighted, triggering production growth of an overpopulation relative to the average need for workers employed for capital appreciation, the rescue of work associations and the use of the labor force of women as enhancing factors of capitalist exploitation, which articulately justify the process of expansion of pickers work in the country.

Keywords: work, woman, waste picker, recycling, informality.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ocorrência de trabalhos masculinos dos associados da ACREPOM.....	106
Gráfico 2 – Ocorrência de trabalhos femininos das associadas da ACREPOM.....	106

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACREPOM	Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis de Araçatuba
ABAL	Associação Brasileira de Alumínio
BM	Banco Mundial
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPES	Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEMPRE	Compromisso Empresarial para a Reciclagem
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CIISC	Comitê Internacional de Inclusão Social dos Catadores
CIUO	Classificação Internacional Uniforme de Ocupações
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CO <sup>2</sup>	Dióxido de Carbono
COMLURB	Companhia Municipal de Limpeza Urbana
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
EPS	Economia Popular Sustentável
FAPESP	Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo
FBB	Fundação Banco do Brasil
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
MEI	Micro Empreendedor Individual
MME	Ministério de Minas e Energia
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização de Nações Unidas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PACs	Projetos Alternativos Populares
PEA	População Economicamente Ativa
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PPS	Partido Popular Socialista
PNE	Plano Nacional de Educação
PT	Partido dos Trabalhadores
RAA	Região Administrativa de Araçatuba
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema de Informação em Economia Solidária
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFOP	Universidade de Ouro Preto
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	12
INTRODUÇÃO .....	19
CAPÍTULO I – O TRABALHO DE CATAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E A SUA UTILIDADE À PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	30
1.1 – Produção e reprodução capitalista: para uma discussão não economicista do trabalho de catação.....	32
1.2 – A crise do capital e sua reestruturação.....	36
1.2.1 – O “fordismo periférico” .....	42
1.2.2 – A crise do capital.....	45
1.3 – Do dualismo “formal versus informal” à informalidade como processo .....	48
1.3.1 – A expansão da produção da população excedente .....	58
CAPÍTULO II – ASSOCIAÇÕES DE TRABALHO E A CATAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.....	61
2.1 – Estado e “sociedade civil”: a influência da igreja católica na organização das associações de trabalho.....	64
2.2 – As atuais associações de trabalho da “Economia Solidária” e o cooperativismo da social democracia alemã do século XIX.....	69
2.3 – A mulher como sujeito da “Economia Solidária” .....	75
CAPÍTULO III – PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO CAPITALISTA NA INDÚSTRIA DA RECICLAGEM NO INTERIOR PAULISTA .....	78
3.1 – Nas ruas e no cemitério: o trabalho de catação de materiais recicláveis na cidade de Marília/SP .....	79
3.2 – O trabalho na Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis de Araçatuba (ACREPOM) .....	89
CAPÍTULO IV – COZINHA, COSTURA, LIMPA, CUIDA E CATA: A APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA DIVISÃO DO TRABALHO ENTRE OS SEXOS E O TRABALHO DA MULHER EM TEMPOS DE INFORMALIDADE.....	110
4.1– A apropriação capitalista da divisão do trabalho entre os sexos .....	112
4.2 – A funcionalidade do trabalho da mulher em um cenário dominado pela informalidade .....	117
4.3 – O trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis em tempos de informalidade....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	124
REFERÊNCIAS .....	127
OBRAS CONSULTADAS .....	136
FILMOGRAFIA .....	142
ANEXO I - <i>Global Alliance of Waste Pickers</i> , mapa que localiza os pontos do globo terrestre onde há organização do trabalho de catador.....	143

## APRESENTAÇÃO

O presente texto, uma dissertação para obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, na área de concentração: Determinações do Mundo do Trabalho, intitulado “Produção e reprodução capitalista na indústria da reciclagem: uma análise do trabalho de catação de materiais recicláveis no interior paulista”.

Para realizar este estudo, foram consideradas as experiências pessoais das trabalhadoras e dos trabalhadores<sup>1</sup> da catação de materiais recicláveis, mediante o auxílio de um conjunto de depoimentos coletados ao longo de duas incursões a campo, durante as quais foram realizadas entrevistas, com catadores que trabalham nas ruas, em seus domicílios e em um cemitério na cidade de Marília e que realizam o trabalho de forma associada, na cidade de Araçatuba, ambas situadas no interior do Estado de São Paulo, analisando o processo de reciclagem industrial, articulando-o às discussões sobre a organização dos processos produtivos no Brasil, tendo em vista o período da última reestruturação do capital que compreende o final do século XX e o início do século XXI.

Quatro questões articuladas se apresentaram como ponto de partida e foram desenvolvidas ao longo de quatro capítulos. A primeira delas é de que forma as mudanças na dinâmica do capitalismo se relacionam com a atividade de catação, tendo em vista que essa atividade se expandiu concomitante a elas? A segunda questão é quais pressões diretas e indiretas, exercidas pelo Estado e outras instituições, recaíram sobre essa ocupação laboral de modo a expandi-la? A terceira questão é qual é a situação das trabalhadoras e dos trabalhadores da catação de materiais recicláveis no interior desse processo industrial? E, por fim, tendo como base as questões anteriores e avistando a apropriação capitalista da divisão social do trabalho entre os sexos, qual a situação das mulheres catadoras de materiais recicláveis?

Partindo dessas quatro questões, o objetivo deste estudo foi evidenciar a exploração da força de trabalho, sobretudo da mulher catadora de materiais recicláveis, traçando uma relação entre a expansão dessa atividade laboral e as transformações político-econômicas e sociais do final do século XX e início do século XXI.

---

<sup>1</sup> Por critérios gramaticais formais, no decorrer desse texto se utiliza o substantivo coletivo masculino “trabalhadores”, de acordo com as regras vigentes no Brasil, referindo-se não apenas aos trabalhadores do sexo masculino como às trabalhadoras do sexo feminino. O mesmo critério se estende ao uso de “catadores”.

Como hipótese, apontou-se, em primeiro lugar, que o crescimento da catação de materiais recicláveis no país, tem relação com crescimento da informalidade nas relações de produção, que desencadeia, por sua vez, o crescimento da produção de uma população excedente em relação à necessidade média de trabalhadoras e trabalhadores ocupados para a valorização do capital. Em segundo lugar, como parte da hipótese, apontou-se o resgate das associações de trabalho fundadas, neste momento, pelos preceitos da chamada “Economia Solidária”, impulsionada, sobretudo, pela igreja católica através do “princípio de subsidiaridade”, que consiste em dar apoio, especialmente o apoio financeiro, às iniciativas da chamada “sociedade civil”. E, em terceiro lugar, também como parte da hipótese, está a utilização da força de trabalho das mulheres em todo o processo da reciclagem industrial como fator intensificador da exploração.

Na opinião deste estudo, portanto, essas três partes articuladas, a informalidade nas relações de produção, o resgate das associações de trabalho e a utilização da força de trabalho das mulheres, fundamentam a expansão do trabalho de catação de materiais recicláveis no país. Nesse sentido, afirma-se que o trabalho de catação de materiais recicláveis, independente da forma de sua organização, seja ele realizado nas ruas, nos domicílios ou em associações e cooperativas, ao contrário de situado à margem do capital, é funcional a ele. Ou, em outras palavras, apesar de imediatamente não gerar mais-valia, é parte do processo de valorização do capital, é fator integrante na expansão do capitalismo.

Dessa forma, por um lado, a marginalidade ou, por outro lado, a “autonomia” e a “independência” conferida a esses trabalhadores, como, por exemplo, o incentivo à sua entrada como MEI (Micro Empreendedor Individual), apenas mascara a sua submissão e utilidade ao capital, ou seja, mascara a exploração da força de trabalho.

O momento inicial foi o levantamento de fontes escritas, dividido em três subgrupos: a) fontes bibliográficas específicas e gerais sobre os temas abordados pela pesquisa como as discussões sobre o trabalho, as relações sociais entre os sexos e estudos científicos sobre o trabalho de catação de materiais recicláveis; b) fontes de dados estatísticos em documentos e projetos; c) fontes jornalísticas.

O segundo momento foi o de levantamento de fontes orais, realizado com base em duas técnicas: a) entrevistas semiestruturadas, estabelecendo um primeiro contato com o grupo e catalogando as fichas de identificação; b) “reminiscência pessoal” de depoimento pessoal, o que para o historiador inglês Gwyn Prins (2011), diz respeito às experiências de vida do informante.

A história desta pesquisa se iniciou no ano de 2009, no curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília, quando foi elaborado um projeto de pesquisa de iniciação científica na área de Sociologia do Trabalho, contemplado com uma bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).<sup>2</sup> Essa etapa de iniciação científica da pesquisa contou, também, com a experiência pessoal da autora deste estudo no trabalho de catação de materiais recicláveis, quando realizou por uma semana todas as etapas do processo de separação dos materiais recicláveis, junto com os trabalhadores da Associação de Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis de Araçatuba (ACREPOM). Foram realizadas, também, visitas ao Núcleo da Sagrada Família, onde alguns trabalhadores residem.

Foi nesses momentos de participação no campo que parte dos relatos orais foi coletada de forma individual e coletiva, o que possibilitou a melhor percepção tanto de elementos relacionados à divisão do trabalho e da organização associativa, como da própria relação dos trabalhadores com os resíduos. Indagou-se, naquele momento, sobre aspectos da cotidianidade de suas vidas.

Desse trabalho de pesquisa empírica e de participação no campo, foi concluído que, de certa forma, haveria uma relação de caráter subjetivo entre o trabalho de manuseio do lixo e os trabalhadores que o fazem e esta relação poderia ser estabelecida pela violência presente em suas trajetórias. Essa hipótese se ergueu diante dos relatos orais dos catadores, fortemente marcados por histórias violentas: violência doméstica, assaltos, tráfico, prostituição, trabalho infantil, assédio moral, abandono, fome, ou seja, as mazelas de uma sociedade desigual atingem de forma incisiva esses trabalhadores, o que faz com que suas falas sejam repletas de sofrimento.<sup>3</sup>

Mais tarde, outras questões foram levantadas e se apresentaram como mais fundamentais, em especial, a situação das mulheres trabalhadoras catadoras no contexto do processo de reciclagem industrial e a maneira invisível como ocorre a exploração da sua força de trabalho, como decorrência de sua condição essencialmente informal. Assim, dessa etapa de iniciação científica resultou o projeto da pesquisa de mestrado, onde parte da pesquisa foi

---

<sup>2</sup> Processo: 08/10398-3, que resultou no trabalho de conclusão do curso de bacharelado em Ciências Sociais, intitulado “Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis de Araçatuba/SP: um estudo sobre o trabalho e o cotidiano dos trabalhadores coletores de materiais recicláveis associados” (GRECCO, 2009).

<sup>3</sup> Há certo consenso nas pesquisas científicas sobre a identificação das trabalhadoras e dos trabalhadores com o material com que trabalham e isso faz com que alguns trabalhos de pesquisa sobre a catação tratem dessas trabalhadoras e desses trabalhadores como “refugo humano”. Por exemplo, SANTOS, MEIRELES e MACIEL, 2010; e FREITAS, CARVALHO e ALMEIDA, 2011.



desenvolvida com o apoio da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com uma bolsa de estudos de pós-graduação.

Houve, com isso, a necessidade de retornar ao campo, para analisar o processo industrial da reciclagem e, finalmente, explicitar como as relações sociais que constituem esse processo são parte, hoje fundamental, do modo de produção e consumo capitalista no Brasil.

Também houve, nesse momento, uma expansão da pesquisa para a cidade de Marília, na qual foi realizada a coleta de relatos orais de catadores de materiais na cidade, que trabalham com a catação como forma de garantirem as suas sobrevivências, carregando carrinhos pela cidade e, também, em um cemitério onde realizam a coleta de materiais como plástico e restos de velas e fazem a limpeza dos túmulos, como forma de aumentarem suas rendas.

A pesquisa realizada em Marília permitiu entender melhor o circuito que vai desde o descarte do produto, passando pela coleta deles nas lixeiras até chegarem às empresas recicladoras. Isto, além de denunciar a precariedade dessa atividade, que se realiza de forma diferente da catação nas associações de trabalho, e a situação alarmante da catação de materiais recicláveis na cidade. Em Marília, no cemitério da Saudade, além da limpeza dos túmulos, há o trabalho de catação de materiais recicláveis. As trabalhadoras recolhem vasilhinhos e flores de plástico, restos de metais e até mesmo os restos de velas, entre outros materiais que tem serventia na reciclagem industrial da região.

Elas carregam sacos apoiados em suas costas ou em carrinhos cuja tração é o seu próprio corpo e, chegando em casa, além de separar cada tipo material coletado, elas amassam as latas uma a uma, com uma lata de alumínio de chocolate em pó, cheia de cimento, como relata uma das minhas entrevistadas. Esse material é passado para atravessadores, que os vendem para empresas recicladoras, que, por sua vez, vendem o seu produto para outras empresas fabricantes de produtos recicláveis.

A discussão que se traz é que do ponto de vista do processo de valorização *estricto sensu*, nesse momento do processo industrial da reciclagem não há geração imediata de mais-valia, porém, esse trabalho se articula a um processo mais amplo onde ocorre a expansão capitalista, na medida em que é necessário para a indústria da reciclagem. Chegando a afirmação de que como coletivo de trabalho, essas trabalhadoras e esses trabalhadores são força de trabalho explorada pelo capital.

Em Araçatuba, a organização da associação se compara à de uma empresa capitalista tradicional, onde estão presentes não apenas a divisão de tarefas, a hierarquia de

remunerações e uma rígida jornada de trabalho, conforme a disciplina de trabalho exigida pela ACREPOM, mas também, a rotinização de gestos e movimentos, a adequação psicofísica dos trabalhadores, além de uma seleção criteriosa de um perfil de trabalhador e, até mesmo, investimentos em qualificação técnica e de educação de nível básico.

Aprofundando essas semelhanças com a empresa tipicamente capitalista, percebe-se também a divisão sexual no interior da associação, o que demonstra a permanência do antagonismo, da dominação e opressão, reforçando a hipótese de que essas instituições de atividades produtivas não possuem as condições suficientes e necessárias para engendrar uma “outra economia” que não a capitalista, contrariando a tese da “economia solidária”.

E, ademais, além da estrutura da associação ser aos moldes do fordismo-taylorismo, como foi dito, ela foi estruturada em programas sociais apoiados por instituições bancárias, pelos poderes públicos e pela igreja católica aos moldes dos atuais preceitos da chamada “Economia Solidária”, tendo a sua origem uma relação com a busca pelo “resgate da dignidade” dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis da cidade.

Analisando a trajetória de trabalho dos associados da ACREPOM, o perfil das trabalhadoras da ACREPOM indica a predominância do trabalho informal ao longo da trajetória laboral das catadoras, com a maior parte no trabalho de faxina, em seguida como catadoras no lixão da cidade, como trabalhadoras das fábricas e, na agricultura e corte de cana. Enquanto que o perfil do trabalhador masculino indica maior participação nos contratos temporários das usinas de cana-de-açúcar.

Como parte da apresentação deste estudo, faz-se necessário uma breve apresentação das trabalhadoras que, de forma substantiva, contribuíram para a construção desta pesquisa. Optou-se por apresentar apenas as trabalhadoras que tiveram suas falas expostas, na medida em que serão apresentadas com nomes diferentes dos reais, preservando suas identidades. Nas falas apresentadas no texto foram revistos os aspectos ortográficos e gramaticais, preservando, contudo, suas expressões. As biografias foram redigidas com base nas fichas cadastrais que deram base para as entrevistas semiestruturadas.

Na cidade de Marília, foram três as principais entrevistadas. Nilva tem 77 anos, é casada e teve 17 filhos, dos quais, apenas 9 ainda estão vivos. Ela trabalha desde os 7 anos, iniciando a sua trajetória nas fazendas de café da região, há cerca de 30 anos cata materiais recicláveis, desde a antiga forma de compra e venda de “ferro velho”. Há cerca de uma década, ela divide essa atividade com o trabalho de limpeza de túmulos no Cemitério da Saudade. Além de realizar o trabalho doméstico e de cuidados com os filhos, Nilva trabalhou

apenas por alguns dias como empregada doméstica. Estudou até a quarta série e, também, criou um de seus netos, que hoje é o primeiro estudante universitário da família.

Neuza, é a filha mais velha de Nilva, é uma das principais limpadoras de túmulos do cemitério, estudou até a quarta série e tem dois filhos, antes dessa atividade trabalhou como empregada doméstica, mas, principalmente, com os cuidados de sua casa e de seus filhos. Atualmente, Neuza apenas realiza o trabalho de limpadora de túmulos, negociando com os proprietários dos espaços do cemitério e distribuindo o trabalho entre as mulheres e crianças limpadoras de túmulos.

Neuraci, outra filha de Nilva, foi quem iniciou a trajetória de mãe com o carrinho pela cidade. Após se separar do companheiro, Neuraci com filhos pequenos e de volta à casa de seus pais, passou a trabalhar com a catação de materiais recicláveis pela cidade, à exemplo do trabalho do pai. Hoje, assim como a sua mãe, divide-se entre a catação e a limpeza de túmulos no cemitério.

Na ACREPOM, Larissa de 49 anos, tem dois filhos e cuida de quatro netos. Nasceu em Araçatuba/SP e possui casa própria, estudou até a quinta série e na ACREPOM faz o trabalho da esteira. Larissa já trabalhou de empregada doméstica, trabalhou na antiga fábrica de molho de tomates da cidade e em um frigorífico. Está na ACREPOM há sete anos, mas durante cinco anos desempenhou a função de papeleira, com o carrinho. Seu pagamento é de um salário mínimo. Larissa fez curso de informática oferecido na associação e faz o acompanhamento individual com uma psicóloga que atende os associados.

Juliana tem 59 anos, é viúva e teve três filhos. Ela mora em casa própria e possui o segundo grau completo, já trabalhou na agricultura e como empregada doméstica, está na ACREPOM há dez anos e ali desenvolve o serviço de cozinheira. Juliana também é responsável por dar palestras sobre a associação e normalmente trabalha das 6h da manhã às 18h, recebendo por essa função um pouco mais que um salário mínimo.

Letícia tem 48 anos e tem três filhos, porém, um já falecido, nasceu em Minas Gerais e foi para Araçatuba quando ainda era criança, estudou até a quarta série. Ela está na associação desde o início, entrou como papeleira, passou para a esteira e agora está em uma sessão chamada “separação do papel branco”, que tem a desvantagem de receber conforme a quantidade de material separado. Letícia já trabalhou de empregada doméstica e diz trabalhar com o lixo durante toda a sua vida. Ela vive no Núcleo Sagrada Família, um pequeno condomínio doado pela igreja católica à associação.

Mariana tem 29 anos, é a mais nova da associação. É casada e tem três filhos, mora em casa própria com o companheiro e filhos e estudou até o segundo grau completo. Ela deseja fazer faculdade de Administração de Empresas e percebe seu trabalho na associação como apenas um “trampolim” para algo melhor. Mariana trabalha na recepção da associação.

## INTRODUÇÃO

As trabalhadoras e os trabalhadores da catação de materiais recicláveis constituem a maior parte de toda força de trabalho recrutada para o desenvolvimento do processo industrial de reciclagem no Brasil. Estima-se que o trabalho de catação reúna na primeira década do século XXI, cerca de 800 mil trabalhadores em todo o país. Neste estudo, serão tratadas duas principais formas de organização desse trabalho, fundado, sobretudo, na crescente informalidade nas relações de produção. De um lado, a catação é organizada nos chamados “empreendimentos coletivos”, onde haveria cerca de 13 mil trabalhadores, dos quais boa parte se identificaria como “agente ambiental” e, de outro, o restante desse contingente trabalharia nas ruas e em seus domicílios, individualmente ou com a participação de suas famílias, desvinculados de qualquer instituição que os ampare ou que garanta as condições mínimas de suprir suas sobrevivências (GRIMBERG, 2008; GUTIERREZ e ZANIN, 2010; e MNCR, 2009).<sup>4</sup>

Essas duas formas de organização do trabalho de catação, no entanto, não são únicas nesse processo e, tampouco, são categorias estanques, variando com as especificidades das relações de trabalho de cada trabalhador. Acrescenta-se às duas principais formas, por exemplo, os trabalhadores que fazem uso da catação como trabalho complementar, como é o caso de donas de casa, de garis, de trabalhadores de “serviços gerais”, de faxineiras e empregadas domésticas, que juntam os materiais recolhidos nas próprias casas, em seus ambientes de trabalho e, até mesmo, nos caminhos entre um e outro, para depois revenderem.

Outra questão que caracteriza o trabalho de catação no país é a estimativa de se haver mais mulheres do que homens realizando essa atividade (ARAÚJO e DURÃES, 2010; IPEA, 2013). O problema de pesquisa que se traz aqui é que não se trata apenas de justificá-lo por serem as mulheres maior número na catação de materiais recicláveis, até porque esses dados estatísticos são controversos. Não se trata, tampouco, de afirmar que é pelo fato de ainda terem, em relação aos homens, condições de trabalho diferentes, como o fato de um homem e

---

<sup>4</sup> Já, segundo os dados do censo, haveria no Brasil 387.910 pessoas que se declararam trabalhadoras catadoras de materiais recicláveis. No sudeste haveria 116.417 pessoas, cerca de 41,6% do total, no Estado de São Paulo haveria 79.770 pessoas. A média de idade apontada pelo censo seria de 39,4 anos em todo o país. No sudeste, 3% das pessoas apontadas ainda não teriam chegado à fase adulta, 25% teriam entre 18 e 29 anos e 7% estariam acima de 60 anos, 66,4% das trabalhadoras e trabalhadores em todo o país, seriam negros e 93,3% trabalhariam no espaço urbano. A média de homens catadores de materiais recicláveis seria de 68% em todo o país, enquanto que as mulheres seriam estatisticamente minoria, correspondendo a 31,1%, a mesma média de mulheres catadoras na região sudeste. Contudo, o estudo do IPEA ressalva que a maior participação no trabalho de catação é a de mulheres trabalhadoras, mas que elas não se identificam como tais, apresentando-se ao censo como “donas de casa”, por exemplo, onde a atividade de catação seria apenas uma atividade complementar (IPEA, 2013).

uma mulher que ocupam o mesmo cargo, com o mesmo nível de capacitação formal para o trabalho, as mulheres ainda receberem salários inferiores. Também, para além de historicamente ser a sua força de trabalho um elemento da precarização do trabalho, como se refere Karl Marx (2013) ao dizer que na passagem da manufatura para a grande indústria a incorporação das mulheres e das crianças significou um fator intensificador da exploração do trabalho, tendo em vista, por exemplo, que o que antes se pagava a um operário, passa a ser dividido por toda sua família (MARX, 2013, p. 468), o trabalho doméstico, trabalho esse realizado pelas mulheres, se constitui como fundamental para o desenvolvimento do capitalismo (DELPHY, 1984; ENGELS, 2012; FALQUET, 2013; GUILLAUMIN, 2003; GRAMSCI, 2011a; KERGOAT, 2010; RUBIN, 1993).

Mas, o principal ponto do porque dar destaque para o trabalho das mulheres é que quando chegamos ao período atual, em um cenário de informalidade nas relações de produção, mais uma vez, é a força de trabalho da mulher que se constitui como alvo, por vários motivos que vão desde a construção histórica de suas “habilidades”, como os cuidados e a costura, trabalhos alvo da informalidade e das atuais associações de trabalho, como o fato de estarem ocupadas com os filhos e a casa ainda ser um problema, sendo os trabalhos “flexíveis”, nesse sentido, “mais adequados”.

E, no caso da catação de materiais recicláveis, especialmente no caso das associações de trabalhadores catadores, isto se torna ainda mais complexo. Tendo em vista, que elas foram eleitas o sujeito desses empreendimentos, com argumentos que vão desde que elas estão mais áptas a conhecerem os problemas de suas comunidades e por isso, atuariam melhor, até ao argumento de serem elas as figuras que conseguiriam transformar a divisão sexual no interior dessas instituições, que supostamente já veiculariam uma “outra economia”, como será visto neste estudo.

Diante da dimensão do trabalho de catação de materiais recicláveis no país e se baseando em incursões a campo realizadas na cidade de Araçatuba/SP, na Associação de Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis de Araçatuba (ACREPOM), e na cidade de Marília/SP, com trabalhadores catadores que coletam materiais nas ruas e no Cemitério da Saudade onde, também, realizam o trabalho de limpeza de sepulturas, o objetivo desse estudo é ao analisar como a reciclagem se estrutura no capitalismo contemporâneo, evidenciar a oculta exploração da força de trabalho no processo industrial de reciclagem no interior paulista, destacando a exploração do trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis e suas atividades organizadas de diferentes formas, traçando uma relação entre a expansão

dessa atividade laboral e as transformações político-econômicas e sociais, desencadeadas pelo processo de reestruturação capitalista no final do século XX e início do século XXI, onde, como parte fundamental do novo quadro de subordinação do trabalho ao capital, o processo industrial de reciclagem se apresenta como importante mecanismo de exploração do trabalho no Brasil nas últimas três décadas.

Foi lentamente que a prática de manuseio e convivência com o lixo foi modificada, até chegar ao ponto dele ser incorporado como matéria-prima nos processos de produção capitalista, substituindo, em parte, a utilização da matéria-prima bruta. Embora tenha sido nos espaços de sociabilidade dos centros urbanos contemporâneos, com a emergência da produção e do consumo em massa, que a relação com os resíduos passou a ser organizada por regras que exigem a separação e a categorização do lixo de acordo com preceitos higienistas, ecologistas e de incentivo à reciclagem, a coleta de materiais nas ruas é observada desde o período medieval, sendo realizada tanto para o consumo próprio como para a troca, através dos chamados “trapeiros”.

Resgatando os espaços de sociabilidade europeus medievais destinados ao passeio e a comercialização de alimentos, por exemplo, era comum a convivência com restos de comida, excrementos e, até mesmo, com cadáveres. O lixo era em grande parte jogado nas ruas e as sepulturas, localizadas nas proximidades das igrejas como um dos pontos de maior integração de pessoas da época, eram frequentemente coletivas e ficavam por algum tempo semiabertas. Os resíduos eram basicamente orgânicos, originados pelas necessidades fisiológicas das pessoas, constituído praticamente de cascas de frutas, de carcaças de animais e de trapos (RODRIGUES, 1992, pp. 7-11 e VELLOSO, 2004).

Como parte das transformações nas práticas de convivência e manuseio do lixo no ocidente, com o aumento de sua quantidade e de sua variedade, também vieram as grandes epidemias como a cólera no século XX e, mais recentemente, sobretudo no Brasil, a dengue, caracterizada por ser disseminada em pneus, garrafas e outros produtos descartados “de forma incorreta” nas ruas, em terrenos vazios e nos quintais dos domicílios, suscitando a necessidade de “higienização” das cidades.

No entanto, esses processos de “higienizações” não têm fundamento apenas no controle de doenças e organização do lixo, mas também, em uma “higienização social”, tratando-se, em muitos momentos<sup>5</sup>, de ações políticas institucionais que visam “esconder” o

---

<sup>5</sup> Como o clássico caso da Revolta da Vacina, ocorrida no ano de 1904 na cidade do Rio de Janeiro, um movimento de revolta popular contra o governo quando o presidente Rodrigues Alves convocou o sanitarista Oswaldo Cruz e juntos tomaram medidas autoritárias e invasivas contra a população pobre, destituindo-a de suas

lixo, as doenças e, principalmente, a pobreza, deslocando-os juntos como blocos de concreto para as periferias das grandes cidades.

Concomitante a esse movimento de organização do lixo que acabou por “invisibilizá-lo”, emerge a prática instituída nos Estados Unidos por Henry Ford no final do século XIX e início do século XX, de produção e consumo em massa, instituindo, também, o descarte massificado, o que acabou por caracterizar uma forma específica de relação com o lixo. A extração dos produtos da natureza e o volume de lixo se tornaram grandes, causando transtornos, e esse processo passou a desencadear a chamada “crise ecológica”<sup>6</sup>, constituída pelo enfraquecimento dos recursos naturais, pela poluição dos elementos naturais, pelo empobrecimento da fauna e pela ruptura de certos equilíbrios ecológicos globais, percebida e divulgada em meados da década de 1960<sup>7</sup>.

Com a preocupação ecologista e como oportunismo do capital, que se aproveita das próprias mazelas que engendra para se recriar, emerge na sociedade a indústria da reciclagem, que consiste em reutilizar os restos dos processos produtivos, apoiada, sobretudo, no trabalho de catadores de materiais recicláveis. Trata-se da reinvenção capitalista dos trapeiros medievais, citados acima, catando, nesse momento, quaisquer produtos descartados pela sociedade, como o papelão, o plástico, e até mesmo os restos de velas nas sepulturas dos cemitérios, separando-os e os dispondo para a chamada “cadeia produtiva da reciclagem”.

Esse trabalho possui características comuns em todo o ocidente, no entanto, em decorrência das diferenças históricas, eles se estruturam de diferentes formas. Enquanto na maior parte das sociedades do hemisfério Norte o trabalho de coleta e separação dos materiais recicláveis é realizado pela categoria dos chamados *green jobs*, em uma estrutura fabril, que enfrenta o problema da precarização do trabalho<sup>8</sup>, com baixos salários, contratações temporárias e utilização de cooperativas como forma indireta de exploração do trabalho (CHAY e THOEMMES, 2012 e CORTEEL e LE LAY, 2011), nos países do sul, o mesmo trabalho é realizado ao molde do trapeiro medieval. Trabalhadoras catadoras e trabalhadores

---

casas e a obrigando a se afastar do centro da cidade, desencadeando, com maior vigor, o processo de favelização daquele espaço urbano.

<sup>6</sup> Ver sobre essa questão em GORZ, 1978 e 1991 e BIHR, 1998.

<sup>7</sup> Segundo Alain Bihr, a novidade dessa crise, frente aos ataques anteriores à natureza, residiriam no fato de os recentes ataques terem se tornado globais e a tenderem a se mostrar de longo alcance no tempo, senão irreversíveis (BIHR, 1998, p.123 e 124).

<sup>8</sup> Entende-se o processo de precarização, conforme elaborado por Giovanni Alves, em suas palavras, como uma “condição histórica ontológica da força de trabalho como mercadoria”. Dessa forma, desde que a força de trabalho se constituiu como mercadoria, o trabalho vivo carregaria “o estigma da precariedade social”, no entanto, se a precariedade é uma condição, a precarização seria “um processo social de cunho histórico-político concreto, de natureza complexa, desigual e combinada, que atinge o mundo do trabalho”, é ele “um atributo modal da precariedade” (ALVES, 2007, p. 113 a 115).



catadores<sup>9</sup> carregando em carrinhos centenas de quilos de materiais e percorrendo muitos quilômetros, todos os dias, utilizando como tração o próprio corpo.<sup>10</sup>

No que se refere à sociedade brasileira, o trabalho de catação de materiais recicláveis consiste em recolher nas ruas, em pontos de coleta, em lixões a céu aberto, em cemitérios, hospitais, entre tantos outros lugares, produtos industrializados descartados e em separá-los de acordo com uma classificação específica de tipos de materiais. Esse trabalho se desenvolve, como dito anteriormente, nas próprias residências dos trabalhadores ou em galpões de pequenas empresas, de associações ou cooperativas para, então, encaminhá-los para a fabricação de matéria-prima reciclada, utilizada na fabricação de novos produtos.<sup>11</sup>

Em um cenário de intensa precarização das relações de produção no país, a catação de materiais recicláveis é um trabalho que, ao contrário do que divulgam a chamada “teoria da marginalidade” e os princípios norteadores da chamada “Economia Solidária”, como será visto nos dois primeiros capítulos, não está à margem do capitalismo, mas, ao contrário, é útil a ele, apesar de ser realizado de forma absolutamente informal, caracterizado pela busca da sobrevivência das trabalhadoras e dos trabalhadores que o realizam e de, na maior parte das vezes, não produzir na imediatividade do trabalho a mais-valia.

É preciso, portanto, logo de início fazer uma distinção: os trabalhadores catadores de materiais recicláveis não são considerados, aqui, “agentes ambientais”. Entende-se que eles são trabalhadores explorados pelo capital, enquanto que a figura do “agente ambiental” é considerada uma identidade criada para organizar a ação coletiva da categoria, buscando unificar suas demandas. Quando se confere a esse contingente o nome de “agente ambiental”, ao contrário de se conferir uma transformação no estigma que “catadores” carrega, impõe aos trabalhadores uma função social de “cidadão ecologista”, mascarando, da mesma forma, o “trabalhador explorado”.

Como resultado do fortalecimento dessa identidade, trabalhadoras e trabalhadores da catação, identificados como “agentes ambientais”, fundaram no país o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Trata-se de um movimento social que busca organizar os trabalhadores da catação em todo o país. Surgido em meados de 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, o movimento foi fundado em junho de 2001 no 1º Congresso Nacional dos Catadores (as) de Materiais Recicláveis em Brasília, onde foi lançada

---

<sup>9</sup> Na América Latina de língua espanhola, *los cartoneros*.

<sup>10</sup> A divisão entre hemisfério sul e norte pode ser observada no mapa da *Global Alliance of Waste Pickers* localiza os pontos do globo terrestre onde há organização do trabalho de catador, ver em anexo I.

<sup>11</sup> No país, as latas de alumínio, por exemplo, chegam a ser compostas por mais de 90% de matéria-prima reciclada (IBGE, 2012).

a chamada Carta de Brasília, o documento referencial de expressão das necessidades dos trabalhadores que sobrevivem da coleta de materiais recicláveis, com propostas encaminhadas ao Poder Executivo Nacional e a toda “cadeia produtiva da indústria de reciclagem”.

O movimento teria o princípio de “garantir a independência de classe, que dispensa a fala de partidos políticos, governos e empresários”. Seriam, portanto, seus princípios: a autogestão, a ação direta, a “independência de classe”, a “solidariedade de classe”, o apoio mútuo e a “democracia direta”, na qual os espaços deliberativos do movimento seriam as bases orgânicas e os comitês regionais. Seria tarefa do movimento se organizar na luta pelo reconhecimento, inclusão e valorização do trabalho dos catadores, autoorganizando-os em bases orgânicas. Na chamada “democracia direta” cada Comitê Regional indica dois representantes para a Coordenação Estadual, que, por sua vez, indica dois delegados para a Comissão Nacional. Para a execução de tarefas em nível nacional criou-se a Equipe de Articulação Nacional, sua tarefa seria a de agilizar a execução de ações e articulações, criando um laço nacional entre o movimento. A equipe seria composta por 5 catadores das regiões: Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. Para fazer parte de qualquer instância do movimento o catador ou catadora têm de estar ligado (a) a uma base orgânica do movimento e a um comitê regional.

As bases orgânicas do MNCR desenvolveriam nos espaços de trabalho e nas comunidades onde estão localizadas, diversos projetos de caráter popular que pretendiam um “resgate da cultura” e o protagonismo dos catadores e de suas famílias. Eles buscariam desenvolver inovações tecnológicas de baixo custo e tecnologias de coleta e tratamento de materiais recicláveis, além de métodos de gestão autogestionária, dos quais os próprios catadores administrariam suas bases por meio da “organização solidária”. Uma das bandeiras de luta do MNCR seria o devido pagamento pelo trabalho prestado à sociedade. O Movimento Nacional dos Catadores, também, faz campanhas contra os lixões a céu aberto e pela transformação desses em aterros sanitários com a devida transferência dos catadores que neles trabalham para galpões com estrutura suficientes que garanta a saúde e segurança de todos, além de construção de creches e escolas para as crianças. O MNCR reivindica a coleta seletiva feita por catadores por acreditarem que esses trabalhadores são os primeiros “agentes ambientais” a reciclar a matéria-prima da indústria da reciclagem (MNCR, 2009).

Para além da formação do MNCR, com a virada do século vieram indícios de transformações desse quadro do trabalho de catação de materiais recicláveis, sendo um dos marcos dessa transformação, a criação do Comitê Interministerial de Inclusão Social de

Catadores de Materiais Recicláveis em 11 de setembro de 2003. O comitê teria a finalidade de articular, no âmbito dos ministérios e órgãos públicos, as ações de apoio e fomento a esse segmento. No âmbito legal, uma das medidas alcançadas foi o decreto nº 5.940/2006, que instituiu a separação dos resíduos descartados pelas entidades públicas federais de administração direta e indireta, na fonte geradora e sua destinação às associações e cooperativas de catadores de resíduos recicláveis (MOURA FÉ & FARIA, 2011, p. 30).

Outro marco importante para a luta pela conquista de direitos trabalhistas é a ocupação de catador ser “reconhecida” pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) em 2002, mesmo que 15 anos antes, em 1987, ela já constasse na Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO-88), da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Atualmente, há, também, uma iniciativa do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), que ainda está em trânsito no congresso. Trata-se do Projeto de Lei (PL) 6822/2010, que prevê a regulamentação das profissões de catador de materiais recicláveis e de reciclador de papel. No entanto, esse processo encontra barreiras no próprio MNCR.

Em uma nota pública, o movimento defende que essa lei estaria ultrapassada e que, ainda pior, a construção desse projeto não teria levado em conta as reais reivindicações das trabalhadoras e dos trabalhadores. Segundo o movimento, se aprovada, a lei burocratizaria o livre exercício da atividade de catação ao condicionar o catador a se cadastrar na Superintendência Regional do Trabalho munido de vasta documentação, o que a maior parte das catadoras e dos catadores sequer possui. Ademais, tais deveres trabalhistas poderiam acarretar na repressão e exclusão de catadores e moradores de rua que não estivessem cadastrados, impedindo, em suas palavras, o “direito à cidade” (MNCR, 2012).

Outra questão bastante emblemática nas iniciativas de profissionalização desse trabalho é a pressão do governo, das instituições e empresas e do próprio movimento de catadoras e catadores em qualificar formalmente as catadoras e os catadores. Em parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB) e financiado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria Nacional de Economia Solidária (MTE/SENAES), o MNCR, por exemplo, realiza além da formação política das catadoras e dos catadores, também a “capacitação técnica para o trabalho”, com conteúdos envolvendo gestão administrativa das cooperativas e autogestão, logística, “Economia Solidária”, políticas públicas entre outros temas (MNCR, 2011).<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Uma questão um tanto mais complexa e que de fato tem ameaçado o futuro do contingente de catadores, é a implementação de centrais de reciclagem mecanizadas, onde máquinas vão rasgar os sacos de lixo, ímãs vão separar o material ferroso, câmeras óticas vão dividir o plástico por cor e prensas vão montar os fardos para serem vendidos. A Prefeitura da Cidade de São Paulo, por exemplo, assinou, no dia 20 de maio de 2013, ordens

Diante desse quadro sobre o processo da indústria da reciclagem no Brasil, quatro questões se apresentam como ponto de partida neste estudo e que serão desenvolvidas ao longo dos quatro capítulos que estruturam o texto: tendo em vista o período da última reestruturação do capital que compreende o final do século XX e o início do século XXI, um processo no qual o capital estruturou transformações econômicas, políticas e sociais como saída para a sua crise, entendida, principalmente, em função da estagnação de suas taxas de lucro, de que forma as mudanças na dinâmica do capitalismo se relacionam com a atividade de catação, tendo em vista que essa atividade se expandiu concomitante a elas? Quais pressões diretas e indiretas, exercidas pelo Estado e outras instituições, recaíram sobre essa ocupação laboral de modo a expandi-la? Qual é a situação das trabalhadoras e dos trabalhadores da catação de materiais recicláveis no interior desse processo industrial? E, por fim, tendo como base as questões anteriores e avistando a apropriação capitalista da divisão social do trabalho entre os sexos, qual a situação das mulheres catadoras de materiais recicláveis?<sup>13</sup>

Para responder a essas questões, levanta-se uma hipótese que contém duas principais dimensões articuladas entre si. Em primeiro lugar, a expansão do trabalho de catação de materiais recicláveis tem relação com um processo de alargamento da informalidade como forma de expandir as taxas de lucro capitalista, obtendo maior extração de mais-valia.<sup>14</sup>

---

de serviço para a construção de duas megacentrais de triagem de material reciclável, nas quais cada equipamento terá capacidade para processar 250 toneladas de resíduos sólidos por dia, pouco mais que as 240 toneladas processadas diariamente nas 20 centrais já existentes na cidade. Segundo o governo, seu objetivo é “ecológico”: aumentar a taxa de reciclagem da capital, que hoje é de 1,8% (DANTAS, 2013).

<sup>13</sup> A opção em denominar a divisão do trabalho em termos de sexo, não acolhendo o conceito de “gênero”, será melhor explicada no terceiro capítulo desse texto. De antemão, explica-se que buscando evitar a contradição existente em diferentes usos do conceito de “gênero”, como analisa Linda Nicholson (2000), o que Jules Falquet (2013, p. 9), aponta como desvios de certos usos do “gênero”, opta-se em se ancorar nas chamadas teóricas feministas materialistas francófonas, como Christine Delphy (1984), preferindo o conceito de “relações sociais de sexo” ao conceito de “gênero”. Entende-se que as diferenças entre mulheres e homens se dão mediante as relações nas quais estão submetidas e submetidos, entendendo, também, que não existem mulheres e homens em geral, mas indivíduos vivendo em situações históricas particulares e isto nada tem relação com as acusações contra o termo “sexo”, realizadas na década de 1960, de que ele seria o responsável por associações biológicas, colaborando para a imutabilidade das desigualdades entre mulheres e homens, onde “gênero”, nesse caso, expressava o que seria socialmente construído enquanto que “sexo” se referiria ao que é biologicamente dado (NICHOLSON, 2000). Ademais, defende-se, mesmo que de forma breve, que certos usos do conceito de “gênero” aprofundaram uma fragmentação nas análises sociológicas, desarticulando, por exemplo, a divisão sexual da questão classista. Nesse caso, “gênero” consistiria, em si, em uma categoria analítica, existindo, assim, análises de “classe”, análises de “gênero” ou análises de “classe e gênero”. Isso pode ser verificado nas tentativas posteriores de “(re) articulação” dos conceitos, com a criação de novos como o conceito de “interseccionalidade” proposto pela Declaração Feminista Negra do *Combahee River Collective* de 1979 (FALQUET, 2013 e PISCITELLI, 2008) e o de “consustancialidade” mobilizado desde a década de 1970 por Danièle Kergoat (2010).

<sup>14</sup> Dados que revelam o processo do crescimento da informalidade como forma de expansão das taxas de lucro capitalistas são encontrados, por exemplo, em um estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (DIEESE), onde é apontado um crescimento econômico brasileiro no período relativo a 2004 e

Entende-se esse crescimento, portanto, como produto da dinâmica do capitalismo contemporâneo. Articulado a isso, supõe-se o crescimento da produção de uma população excedente em relação à necessidade média de trabalhadoras e trabalhadores ocupados para a valorização do capital<sup>15</sup>, considerando-a, assim como analisa Marcos A. T. Soares (2008, p. 101), como “*locus* da germinação do trabalho informal”.

A segunda dimensão da hipótese entende que a expansão do trabalho de catação de materiais recicláveis não apenas tem relação com o alargamento da informalidade, que culmina no crescimento de uma população excedente, mas, também, articulado a esse processo, ocorre um resgate do uso das associações de trabalho na organização dos processos produtivos e da apropriação, nesses espaços informais, da divisão do trabalho entre os sexos, demonstrando um rearranjo na utilização da força de trabalho das mulheres como fator intensificador da exploração capitalista.

Diante disso, para desenvolver as hipóteses apresentadas e percorrer o caminho do objetivo proposto, este texto foi estruturado em quatro capítulos. No primeiro, procura-se localizar o trabalho de catação de materiais recicláveis no interior de um processo no qual a informalidade se destaca como elemento central das relações de trabalho. Faz-se, logo no início, uma discussão sobre a produção capitalista entendida como produção e reprodução de relações sociais, isto é, não apenas como uma produção de coisas, mas de relações historicamente determinadas. Em seguida, analisa-se as condições históricas nas quais a expansão da informalidade é possibilitada. Percorre-se, para isso, um caminho que vai desde a compreensão do modo de organização dos processos produtivos, o fordismo-taylorismo, entendido de forma ampliada, como um “modo de vida”, ao momento de crise do capital, onde a racionalidade produtiva engendrada por ele é radicalizada, culminando em um crescimento da população excedente em relação à necessidade média de trabalhadores ocupados para a valorização do capital.

Essa discussão sobre a crescente informalidade nas relações de produção fornece não apenas os fundamentos para a análise do enorme contingente de trabalhadores da catação de

---

2009, tendo como base o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB). Concomitante ao crescimento econômico, os técnicos do DIEESE apontam o decréscimo do desemprego que nas duas décadas anteriores teria um caráter endêmico, além de apontarem para o crescimento do número de contratações “formais” no período, mas, ao mesmo tempo, considerarem um aumento constante dos trabalhos informais, que comporiam algo em torno de 50% do cenário brasileiro. Acrescentando-se a esse quadro o crescimento de contratações consideradas atípicas, inseguras e sem a proteção da legislação trabalhista, embora amparadas pela normatização estatal, como é o caso da subcontratação e os contratos temporários (DIEESE, 2012, p. 34 e 51). Esta discussão também pode ser encontrada no trabalho de ARAÚJO, 2012.

<sup>15</sup> Refere-se, aqui, ao conceito marxiano de “superpopulação relativa” ou “exército industrial de reserva” (MARX, 2013, p. 704) e que será apresentado em um subitem do primeiro capítulo.

materiais recicláveis no país, desconstruindo as teses de que esses trabalhadores estariam à margem do capitalismo e a de que eles seriam ou poderiam ser “seus próprios patrões”, como também, é a base para a análise crítica dos chamados “empreendimentos coletivos”, nos quais parte desse contingente está organizado. Nesse sentido, no segundo capítulo, como reflexo do processo de alargamento da informalidade, o aumento do número dessas instituições de trabalho, que aparecem com vigor nas duas últimas décadas do século XX e especialmente no início do século XXI, é entendido como parte estratégica da reestruturação do capital.

Para compreender essa afirmação, em primeiro lugar será discutida a expansão dessas associações de trabalho fundadas, sobretudo, em uma concepção democrático-liberal na qual a chamada “sociedade civil”, supostamente representando uma esfera diferenciada do Estado, seria responsável por competências como o trabalho, a alimentação, a saúde e o saneamento básico da população. Em seguida, a apropriação da igreja católica dessa concepção democrático-liberal, será analisada, tendo em vista a sua influência sobre a organização dos processos produtivos, fundamentando a “Economia Solidária”, que estrutura as atuais associações de trabalho, apropriadas pela indústria da reciclagem. Por fim, será feita uma análise dessas instituições, articulando para isso, antigas discussões sobre o cooperativismo do século XIX, com as teses atuais da “Economia Solidária”, confrontando, também, a suposição de que a mulher se constituiria como sujeito dessa “outra economia”.

Já no terceiro capítulo será exposta a parte empírica deste estudo, apresentando incursões a campo em duas cidades do interior de São Paulo, Araçatuba e Marília. Com essa exposição, será demonstrado em que medida as formas de organização do trabalho de catação obedecem os preceitos de acumulação e valorização do capital. Será demonstrado que mesmo que não sejam formas de trabalho “tipicamente” capitalistas, a organização do trabalho de catação não está à margem da sociedade. Na prática, ela se apresenta como um importante mecanismo de desvalorização do trabalho e cumpre um papel importante dentro da indústria de reciclagem.

Ao final, no quarto e último capítulo, será introduzido outro elemento que se apresenta como um traço marcante da indústria de reciclagem no Brasil: a utilização da força de trabalho das mulheres, que aparece em número superior à utilização da força de trabalho de homens. A partir das discussões trazidas nos outros capítulos e de uma discussão da divisão do trabalho entre os sexos entendida em termos de classe, será demonstrada a apropriação capitalista da divisão do trabalho entre os sexos e a existência de um “rearranjo” na utilização

da força de trabalho das mulheres catadoras de material reciclável como fator intensificador da exploração capitalista na virada do século XX para o XXI.

## CAPÍTULO I – O TRABALHO DE CATAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E A SUA UTILIDADE À PRODUÇÃO CAPITALISTA

Nas últimas três décadas, o processo industrial de reciclagem se apresenta como um importante mecanismo de exploração do trabalho no Brasil, apoiando-se em um contingente estimado em 800 mil trabalhadores catadores de materiais recicláveis em todo país, dos quais a maioria é composta pela força de trabalho das mulheres (ARAÚJO e DURÃES, 2010; IPEA, 2013; e MNCR, 2009).

Diante disso, o objetivo deste estudo é, ao analisar como a reciclagem se estrutura no capitalismo contemporâneo, evidenciar a exploração da força de trabalho oculta no processo industrial de reciclagem, sobretudo no que se refere ao interior paulista, destacando a exploração do trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis e traçando uma relação entre a expansão dessa atividade laboral e as transformações políticas, econômicas e sociais, desencadeadas pelo processo de reestruturação capitalista no final do século XX e início do século XXI.

Como hipótese, aponta-se como fatores intensificadores da exploração capitalista, que fundamentam o processo de expansão do trabalho de catação de materiais recicláveis no país, o crescimento da informalidade nas relações de produção, desencadeando o crescimento da produção de uma população excedente em relação à necessidade média de trabalhadoras e trabalhadores ocupados para a valorização do capital e o resgate das associações de trabalho fundadas, neste momento, pelos preceitos da chamada “Economia Solidária”, tendo, em todo esse processo industrial de reciclagem, a utilização da força de trabalho das mulheres como fundamental.

A maior parte desse processo industrial, o trabalho de catação de materiais recicláveis, como parte fundamental do novo quadro de subordinação do trabalho ao capital, realiza-se de duas principais maneiras. Desenvolve-se nas ruas e/ou nos domicílios dos trabalhadores catadores ou de forma associadas organizada em associações de trabalho.

Independentemente dessas duas principais formas, o que é importante ser destacado é que se trata de um trabalho realizado de forma absolutamente informal. Neste estudo, isso significa dizer que, embora do ponto de vista das relações imediatas de trabalho, os trabalhadores catadores, na maior parte das vezes, não produzam mais-valia, do ponto de vista



da *lei do valor*<sup>16</sup>, o trabalho de catação de materiais recicláveis não apenas é útil ao processo de valorização do capital como é parte de um processo histórico de desvalorização da força de trabalho, através da desregulamentação das leis de proteção ao trabalhador e das relações de produção. Em outras palavras, não apenas está articulado ao capital como está subordinado e é produto dele.

Essa discussão encontra respaldo no estudo de Francisco de Oliveira, para o qual os padrões “não-capitalísticos” de relações de produção ou, em outros termos, as formas não tipicamente capitalista, que não imediatamente produzam mais-valia, constituem não apenas a formação de “um exército industrial de reserva”, mas a garantia das estruturas de dominação e reprodução do capitalismo (OLIVEIRA, 2003, p. 58 e 69).

Nesse sentido, fazendo uma articulação com as discussões sobre a organização dos processos de produção no Brasil, particularmente no que se refere às décadas de 1970 a 2010, construir-se-á, neste capítulo, as bases para se desenvolver a seguinte questão: tendo em vista o período da última reestruturação do capital que compreende o final do século XX e o início do século XXI, um processo no qual o capital estruturou transformações econômicas, políticas e sociais como saída para a sua crise, entendida, principalmente, em função da estagnação de suas taxas de lucro, de que forma as mudanças na dinâmica do capitalismo se relacionam com a atividade de catação, tendo em vista que essa atividade se expandiu concomitante a elas?

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é fornecer as condições para se localizar o trabalho de catação de materiais recicláveis no interior de um processo no qual a informalidade se destaca nas relações de produção, entendendo-a como expressão da radicalização da racionalidade da produção, que culmina no crescimento da população excedente. Serão analisadas as condições históricas nas quais a expansão da informalidade é possibilitada, percorrendo um caminho que vai desde a compreensão do modo de organização dos processos produtivos, o fordismo-taylorismo, entendido de forma ampliada, como um “modo de vida” (GRAMSCI, 2011a), ao momento de crise do capital, onde a racionalidade produtiva engendrada por ele é radicalizada.

Para isso, o seguinte caminho será percorrido. Em primeiro lugar, discorrer-se-á sobre duas interpretações a respeito das transformações ocorridas no final do século passado e no início deste século, conhecidas como reestruturação produtiva. Afirmar-se-á que essas transformações combinam formas mais recentes de organização dos processos produtivos com a radicalização da antiga prática de racionalização da produção, apresentando, para isso,

---

<sup>16</sup> Conforme elabora Karl Marx (1996 e 2013) e que será vista no primeiro subitem desse capítulo.

a forma de organização da produção que se constitui em um “modo de vida” em todo o século XX e que se arrasta aos dias atuais, o fordismo-taylorismo. Na sequência, será analisada a crise do capital que engendra essas transformações.

No segundo momento, será feita uma discussão sobre o trabalho informal não como oposição às relações de trabalho “formais”, mas contido nessas relações, caracterizando a informalidade como dominante nas relações de produção (MALAGUTI, 2000 e TAVARES, 2002). Dando início ao objetivo de construir condições de se localizar o trabalho de catação de materiais recicláveis no interior desse processo, com base nessa discussão duas teses serão desconstruídas: a de que os trabalhadores da catação de materiais recicláveis estariam à margem do capitalismo e a de que eles seriam ou poderiam ser “seus próprios patrões”. Por fim, essa análise se expandirá para a suposição de um crescimento na produção de uma população excedente em relação à necessidade média de trabalhadoras e trabalhadores ocupados para a valorização do capital e encaminhar-se-á a análise sobre o resgate das associações de trabalho fundadas, neste momento, pelos preceitos da chamada “Economia Solidária”, no interior desse processo.

De uma forma introdutória, antes de desenvolver o caminho apontado, considera-se oportuno entender do que se trata a produção e a reprodução capitalista e a exploração do trabalho conforme Karl Marx (2013) elaborou com maior precisão em *O Capital*, na segunda metade do século XIX. Essas categorias são os pilares nos quais este estudo foi estruturado e acredita-se que, com base nelas, seja possível realizar uma análise sobre o trabalho de catação de materiais recicláveis que se distancie de uma concepção estritamente econômica, em um sentido simplificado do termo.

### 1.1 – PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO CAPITALISTA: PARA UMA DISCUSSÃO NÃO ECONOMICISTA DO TRABALHO DE CATAÇÃO

Desde meados da década de 1960, com a investida do ecologismo como um movimento social, tornou-se fato comum, que com a adoção da matéria-prima reciclada em substituição ou em parceria com a matéria-prima bruta, o processo industrial de reciclagem não apenas reduziria o volume do consumo dos produtos da natureza, mas também, o número de resíduos da sociedade descartados de forma “incorreta”, diminuindo, como consequência, os efeitos nocivos dos processos produtivos para o planeta.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Pode-se verificar, por exemplo, em CABILIO, 2008; GRIPPI, 2006; JAMES, 1997; e NANI, 2007.

Toma-se como exemplo desse fato, o Brasil ser considerado, há mais de dez anos, o maior reciclador de alumínio do mundo. Em decorrência disso, como resultados práticos, mas não por isso, pouco mistificados, segundo uma pesquisa apresentada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em parceria com a Associação Brasileira do Alumínio (ABAL), enquanto a média mundial de geração de dióxido de carbono (CO<sup>2</sup>)<sup>18</sup> para a produção de uma tonelada de alumínio seria a de 7,1 toneladas, estima-se que no país a emissão do gás resultaria em apenas 2,6 toneladas para a produção da mesma quantidade de metal (CNI, 2012, p. 26).

Olhando para o desenvolvimento desse trabalho, até o ano de 1998 a coleta de materiais recicláveis envolvia diretamente cerca de 300 mil pessoas (CALDERONI, 1998, p. 281), enquanto a estimativa atual se refere, como dito acima, à 800 mil pessoas. Segundo dados da associação empresarial dedicada à promoção da reciclagem e gestão integrada do lixo, a CEMPRE (Compromisso Empresarial para a Reciclagem), em 1994, apenas 81 municípios desenvolviam programas de coleta seletiva; em 1999, 135 municípios; em 2002, 192; em 2004, 237; em 2006, 327; e em 2010, 443 municípios brasileiros operaram programas de coleta seletiva (CEMPRE, 2010). Isto significa dizer que em 15 anos o número de municípios operando algum programa de coleta seletiva se multiplicou ao menos 6 vezes. Se, por um lado, esse número ainda é considerado baixo, correspondendo a cerca de apenas 8% dos municípios do país, por outro, isso contribui para evidenciar uma significativa expansão da indústria recicladora nas últimas décadas, sobretudo no período 2000-2010.

Como resultado desse quadro supostamente positivo, surgiram incontáveis informações noticiadas pela mídia sobre o setor da reciclagem, impulsionando ainda mais esse mercado. No ano de 2010, por exemplo, também segundo dados da CEMPRE (Compromisso Empresarial para a Reciclagem), somente a etapa de coleta das latas de alumínio teria injetado R\$ 555 milhões de reais na economia nacional e isso equivaleria à “geração de emprego e renda” para 251 mil pessoas (CEMPRE, 2012).

Chega-se, então, na imediaticidade desse processo, a qual este estudo se esforça em desconstruir: com a produção “correta” e o descarte “consciente”, não apenas a preservação do planeta seria possibilitada, mas também, a movimentação da economia nacional e a constituição de “oportunidades” para a população trabalhadora. De acordo com essa perspectiva, com a produção e o consumo “corretos”, a indústria da reciclagem proporcionaria um bem imaculado à humanidade.

---

<sup>18</sup> Um dos gases considerados desencadeantes do processo de aumento da capacidade da atmosfera em reter calor e, em decorrência disso, do processo de aquecimento do planeta (STRECK, 2005).

Contudo, essa percepção se sustenta em uma concepção economicista, na qual as etapas de produção de objetos para a satisfação das necessidades humanas e de consumo são entendidas de forma fragmentada, ocultando a exploração da força de trabalho no interior do processo. Defende-se que essa leitura da indústria da reciclagem, não apenas está ancorada nas principais prescrições do ecologismo para se desenvolver como, também, se fundamenta em preceitos da política econômica neoliberal, para a qual a informalidade se apresenta como uma oportunidade dos trabalhadores serem “seus próprios patrões”.

Na concepção estritamente econômica, em sentido simplificado, de produção, que tem lugar cativo na sociedade, a produção significaria, segundo Marx, a apropriação (o produzir, o moldar) dos produtos da natureza pelos membros da sociedade e para as necessidades humanas, cada particularidade se constituiria em uma etapa que seguida de outra formariam o processo industrial. Nesse caso, a produção seria a etapa do processo industrial cujo objetivo seria a transformação da matéria-prima em produtos comercializáveis, sendo sua função a criação de objetos que correspondam às necessidades dos indivíduos. A produção seria, nesse sentido, concebida como ponto inicial do processo industrial, onde, em seguida, viria a distribuição e a troca e, por fim, o consumo, entendido não apenas como ponto final do processo, mas como a sua própria finalidade, onde o produto desapareceria do movimento social em uma representação econômica. Esse seria, segundo o autor, em uma formulação feita ainda no século XIX de utilização perdurada aos dias atuais, o “silogismo correto” dos economistas clássicos (MARX, 1965, p. 118 e 119; e 1996, pp. 25-31).

Essa concepção, segundo Marx, como “representação científica da classe burguesa”, promove uma separação do que se encontra unido e não apenas reduz a compreensão a níveis essencialistas, a-históricos, como também, oculta da *produção* a produção dos indivíduos sociais, relegando-a apenas a produção de objetos, ocultando, portanto, a exploração da força de trabalho. Reproduzindo, nesse sentido, conforme o autor, de um lado, a produção de riqueza e, de outro, a produção de miséria (MARX, 1965, p. 118 e 119; e 1996, pp. 25-31).

Haveria “no silogismo correto”, dessa forma, dois principais equívocos. O primeiro equívoco do raciocínio, como supracitado, está na concepção de que produção, distribuição, troca e consumo, seriam etapas independentes do processo produtivo. Assim, deve-se demonstrar que esse processo é interdependente. O segundo equívoco, articulado ao anterior, está no fato de que a economia política clássica e seu legado entendem o processo produtivo apenas como uma esfera da sociedade e não como a própria organização da sociedade, onde a produção é, ela própria, o “modo de vida”.

Contrariando essa concepção, há mais de um século, Marx apontou três identidades existentes entre a produção e o consumo no capitalismo. Primeiramente, no processo de produção existe uma *identidade imediata* entre a produção e consumo. Nessa identidade, a produção seria imediatamente o consumo e o consumo seria imediatamente a produção, mas isto já seria conhecido pelos economistas clássicos, que denominam essas relações como processos de *produção consumidora* e *consumo produtivo*, respectivamente (MARX, 1996, pp. 30-38).

No entanto, Marx vai além. A produção e o consumo existiriam como meio e por mediação um do outro. O que significa dizer que possuiriam uma *dependência recíproca*. Aprofundando um pouco mais a análise, ele aponta a terceira identidade, que afirma que ambos não seriam apenas um imediatamente o outro, tampouco seriam apenas um o meio e a mediação do outro, mas também, cada um ao se realizar, tornar-se-ia criador do outro e isso se estenderia para a circulação. Assim, o resultado a que se chegaria não seria o de que a produção, a distribuição, a troca, o consumo, sejam idênticos, mas que todos eles são “elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade” (MARX, 1996, pp. 30-38).

Os economistas modernos<sup>19</sup>, criadores da economia política clássica, que ainda tem influência no pensamento econômico na atualidade, esquecer-se-iam dessa diferença essencial ao tomarem uma produção particular como eterna, no sentido em que se vislumbra a harmonia das relações sociais baseada em um equilíbrio econômico tendencialmente estruturado. Segundo Marx, para esses economistas as relações da produção burguesa seriam naturais, tratando-se de um tipo de relações sob as quais, de acordo com as leis da natureza, criar-se-ia a riqueza e se desenvolveriam as forças produtivas (MARX, 1996, pp. 25-31 e MARX, 1965, p. 117). Contrariando essas teses, Marx afirma que:

Quando se trata de produção, trata-se de produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção dos indivíduos sociais, a produção é sempre corpo social, que exerce a sua atividade em uma totalidade maior ou menor de ramos da produção (MARX, 1996, p. 26 e 27).

Embora todas as épocas tenham características e determinações comuns, há, nesse sentido, uma diferença essencial entre diferentes momentos históricos da produção, o que faz com que exista uma *produção em geral*, como conceito abstrato. É necessário distinguir, então, *ramos de produção particulares* da totalidade da produção. Diante disso, o equívoco de

---

<sup>19</sup> Como Adam Smith, John Stuart Mill, David Ricardo.

tornar como geral um ramo particular da produção, como a produção burguesa moderna, é fazer uma análise a-histórica desse processo. Produção, nesse sentido, não é apenas produção de mercadorias, nem apenas produção de mais-valor, mas produção de seres humanos, produção de relações sociais, produção e reprodução da própria relação capitalista (MARX, 1996, pp. 30-33; MARX, 1965, p. 117; e MARX, 2013, p. 653).

Assim, na medida em que no processo de trabalho, as partes fundamentais são imediatamente umas as outras, são, também, intermediárias e meios umas das outras e se criam mutuamente, compondo o modo de produção que oculta a exploração da força de trabalho para se expandir e conservar a divisão da sociedade em classes, a produção, novamente citando Marx, não produz apenas “o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, ou seja, não só objetiva, como subjetivamente (...), não cria somente um objeto para o sujeito, mas um sujeito para o objeto”. Assim, ao contrário do pensamento economicista, a produção, nos termos aqui adotados, não é apenas uma produção de objetos, não é somente uma etapa independente do processo produtivo (MARX, 1996, pp. 30-33).

Com base nesse raciocínio, mesmo que de forma preliminar, afirma-se que demonstrada a exploração do trabalho, resta à reciclagem industrial apenas um destino na sociedade capitalista, a expansão das relações de exploração, opressão e dominação e, de modo algum, nesse modelo, será alcançada uma transformação substantiva da sociedade. Em outras palavras, a reciclagem industrial se fundamenta como um dos mecanismos contemporâneos de valorização do capital, sobretudo do ponto de vista do processo de desvalorização da força de trabalho com a desregulamentação das leis de proteção ao trabalhador e das relações de produção, demonstrada pela informalidade nessas relações e pela expansão da produção da população excedente.

## 1.2 – A CRISE DO CAPITAL E SUA REESTRUTURAÇÃO

Diante da discussão sobre a produção capitalista entendida, conforme a elaboração de Marx, em um sentido ampliado, como produção e reprodução de relações sociais e não, em sentido simplificado, nos termos estritamente econômicos, como mera produção de objetos, neste item será feito um esforço para compreender a informalidade, da mesma forma, em um sentido ampliado, não em oposição às relações “formais”, tampouco apenas articulada ao capital, mas submetida a ele, como produto das relações de produção contemporâneas.

Será traçado, neste momento, e que se aprofundará ao longo dos próximos capítulos, uma relação entre a expansão do trabalho de catação de materiais recicláveis e as transformações do período conhecido como reestruturação produtiva, apontando a informalidade, como expressão da radicalização da racionalidade da produção ao analisar as discussões em torno das transformações econômicas, políticas e sociais no final do século XX e início do século XXI, traduzidas com a “reestruturação do capital”.

A interpretação mais corrente sobre esse processo de reestruturação consiste na crise de um “modelo de acumulação capitalista” e a passagem para outro “modelo de acumulação”, tratando-se, nesse sentido, de uma mudança de paradigma produtivo. De modo genérico, o processo consistiria na crise do “modelo” fordista-taylorista de produção e consumo em massa e do Estado keynesiano de “bem-estar social” estadunidense e europeu, com severas consequências nas demais regiões como na América Latina e na África e a prevalência do “modelo” toyotista, caracterizado pela flexibilização e o *just in time* da produção, com a ascensão de um Estado fundado em preceitos neoliberais.<sup>20</sup>

Essa análise é respaldada, com primazia, no estudo do geógrafo britânico David Harvey, para o qual se poderia afirmar uma transformação na sociedade com a passagem de um “tipo de acumulação fordista” para o de “acumulação flexível”, onde o último seria marcado por uma oposição à rigidez do primeiro, apoiando-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo (HARVEY, 2010, p. 140 e 146).<sup>21</sup>

O “regime de acumulação flexível” caracterizar-se-ia, para o autor, no surgimento de novos setores na produção, novas maneiras de fornecimentos de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Seria criado no “novo modelo”, também, um vasto movimento no emprego do “setor de serviços”, permitindo o ressurgimento de práticas e trabalho de cunho patriarcal e feitos em casa, envolvendo um movimento de “compressão do espaço-tempo”, entre outras questões abordadas pelo autor e que definiriam que um substituiria o outro (HARVEY, 2010, p. 140 e 146).

Mesmo correndo o risco de confundir, em suas palavras, “mudanças transitórias e efêmeras” com as transformações de “natureza mais fundamental da vida político-econômica”, Harvey diz que afirmar a passagem do período fordista para o período da

---

<sup>20</sup> Sobre diferentes concepções sobre a reestruturação produtiva ver em ANTUNES, 2009.

<sup>21</sup> No Brasil, essa perspectiva tem como expoente o trabalho de LEITE, 2003.

“acumulação flexível” seria, diante de seu contraste com a atualidade, uma “reveladora maneira” de se caracterizar a história recente (HARVEY, 2010, p. 119).<sup>22</sup>

Opondo-se a essa interpretação, considerada mais corrente, chega-se à questão colocada por Antonio Gramsci sobre a importância de se diferenciar nos momentos de crise, os movimentos orgânicos, que seriam relativamente permanentes, dos movimentos conjunturais, que seriam ocasionais e dependentes dos anteriores. O autor defende que nos períodos de crise, “forças políticas” atuariam para conservar e defender a própria estrutura esforçando-se para, dentro de certos limites, sanar contradições reveladas com a crise e superá-las (GRAMSCI, 2012, p. 37).

Tendo como eixo esse raciocínio, embora a análise de Harvey traga elementos importantes para a compreensão do período e as transformações que se arrastam na sociedade ocidental desde meados da década de 1970 aos dias atuais, entende-se que o período é presidido por mudanças, mas que sua base fordista-taylorista, no entanto, é conservada. O que haveria, nesse sentido, seria uma radicalização da racionalidade científica e tecnológica da organização dos processos produtivos, acrescentando-se transformações colocadas desde a década de 1950 pelos japoneses e que a partir da década de 1970 se expandiram, como a produção *just in time* e as relações de trabalho flexíveis, somado a isso uma crescente desregulamentação das leis de proteção ao trabalhador e das relações de produção, uma intensificação da concentração de capitais, das terceirizações, da informalidade, dos projetos empreendedoristas, que dinamizam a relação com a força de trabalho, desvalorizando-a.

Nesse sentido, essa concepção de reestruturação da produção, que pode ser chamada de “menos convencional”, em nada altera a sua relação com a expansão da informalidade, vista não apenas como articulada ao capital, mas sendo a sua expansão produto central das atuais relações de produção. Ao contrário, essa concepção fornece ainda mais elementos para essa compreensão.

Para desenvolver a interpretação proposta, a de que a reestruturação produtiva seria uma radicalização da racionalidade da produção, torna-se necessário apreender como a forma de organizar os processos produtivos instituída por Henry Ford e Frederick Taylor e sua expressão, o americanismo, transformaram a sociedade de acordo com os seus preceitos

---

<sup>22</sup> Analisando a informalidade, o estudo de Marcos A. T. Soares, explicita essa concepção. Nas palavras do autor: “A crise dos anos 1970 foi reveladora do esgotamento de um regime de acumulação – fordismo-keynesianismo – e impulsionadora do desenvolvimento de *um outro regime*, a acumulação flexível. Neste *novo regime de acumulação*, identificam-se (...) fatores que levam a expansão do trabalho informal (...)” (SOARES, 2008, p. 105).



produtivos, para, então, afirmar-se que a partir da década de 1970, como consequência da radicalização desse “modo de vida”, ocorrem as transformações apontadas acima.

A prática instituída por Henry Ford no final do século XIX e início do século XX de produção e consumo em massa, que consistiria na parcelização das tarefas e mecanização do processo de trabalho, na difusão da produção em massa, na especialização das técnicas de trabalho, entre outras práticas instituídas por Ford e Taylor, que por sua vez edificou a gerência científica, teria chegado à América Latina na década de 1930, tardiamente em relação aos Estados Unidos e à Europa como analisa Ricardo Antunes. Essa forma de produção e consumo teria se dado com base na abertura ao capital internacional no período relativo ao governo de Getúlio Vargas (ANTUNES, 2011a, p. 21).

Para Gramsci, na América teria sido relativamente fácil “racionalizar” a produção. Em suas palavras:

(...) combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda ideológica e política) e conseguindo centrar toda a vida do país na produção (GRAMSCI, 2011a, p. 247).

Para o autor italiano, poder-se-ia dizer que o americanismo e o fordismo como um “modo de vida”, resultaram da necessidade imanente de transitar, novamente com suas palavras, de um “velho individualismo econômico” para se chegar à organização de uma “economia programática”. Desse processo resultariam problemas e dificuldades, que nada mais seriam do que frutos da resistência, sobretudo a européia, em relação à imposição americana. Essas dificuldades enfrentadas seriam, contudo, precisamente os elos que marcariam a passagem na qual o fordismo se constituiu, com supremacia, como modo de organização da produção e, portanto, como “modo vida”. Na América, essa “racionalização” teria determinado, nesse sentido, a necessidade de se elaborar um novo tipo humano (GRAMSCI, 2011a, p. 241 e 248).

Gramsci elege, diante disso, as condições históricas nas quais o fordismo teria se consolidado. Serão apresentadas, aqui, algumas delas, consideradas necessárias, para a compreensão do processo e que são fundamentais para estabelecer uma relação entre o fordismo-taylorismo e a sua radicalização nas últimas décadas: (i) a racionalização da composição demográfica européia, que diferente da população americana, se caracterizava pela existência de classes criadas pela riqueza e complexidade da história passada. Exigiu-se,

então, que ocorresse a substituição de numerosas classes sem função produtiva essencial, “parasitárias”, com pequenas e médias propriedades em posse de famílias burguesas, e de boa parte da população que viviam à custa do orçamento estatal; (ii) a “regulamentação” e a “perversão” dos instintos sexuais com o auxílio da psicanálise, direcionando a sexualidade à uma função reprodutora ou como “esporte”, resultando, assim, em uma nova personalidade feminina; (iii) super-regionalismo e supercosmopolitismo; (iv) tecnicismo e mecanicismo; (v) a relação “qualidade” e “quantidade” dos produtos, onde emerge uma política de quantidade “desqualificada”, considerando a satisfação ou não das necessidades elementares das classes populares e a tendência em elevar ou abaixar o seu nível de vida; (vi) a “animalidade” industrial como processo de sujeição dos instintos as normas e hábitos de ordem. Uma coerção brutal, através de um grupo social sobre todas as forças produtivas da sociedade; (vii) separação entre o trabalho manual e o “conteúdo humano” do trabalho (taylorismo); (viii) altos salários e persuasão (GRAMSCI, 2011a, pp. 242-282).

Resumidamente, nas palavras do autor:

(...) a vida na indústria exige um aprendizado geral, um processo de adaptação psicofísica a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes, etc., que não é algo inato, “natural”, mas exige ser adquirido, ao passo que as características urbanas adquiridas são transferidas por herança ou absorvidas no decorrer da infância e da adolescência (GRAMSCI, 2011a, p. 251).

Para Ângela M. Tude de Souza, Gramsci entenderia o fordismo como uma forma de “revolução passiva”<sup>23</sup>, que se fundamenta especialmente em: (i) racionalização do trabalho; (ii) organização da economia planejada; (iii) montagem de uma vasta rede de aparelhos (públicos e privados) veiculadores de novas formas de controle das classes e, particularmente de seu núcleo operário, na esfera da produção e da reprodução; (iv) difusão e inculcação de ideologias puritanas; (v) e, emergência de uma nova classe média (TUDE de SOUZA, 1992, p. 47).

---

<sup>23</sup> Para Gramsci, o conceito de “revolução passiva” deve ser deduzido rigorosamente dos dois princípios fundamentais da ciência política: 1) nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram ainda encontrarem lugar para um novo movimento progressista; 2) a sociedade não se põe tarefas para cuja solução ainda não tenham germinado as condições necessárias, etc. (GRAMSCI, 2011(b), p. 321). Segundo Sousa, pode-se entender que o conceito de “revolução passiva” trabalhado por Gramsci, diferentemente de uma revolução popular, feita “de baixo para cima”, do tipo jacobina, pressupõe sempre a presença de dois momentos: o da “restauração” (na medida em que é uma reação à possibilidade de uma efetiva e radical transformação “de baixo para cima”) e o da “renovação” (portanto muitas demandas populares são atendidas pelas velhas camadas dominantes) (SOUSA, 2010).

Segundo Tude de Souza, tendo sido constituído como um novo paradigma das relações industriais, que desenvolveu de forma inédita todos os elementos constitutivos da antiga indústria que o antecederam, o fordismo, como modo de intensificação e controle de trabalho, teria se revelado como uma poderosa arma política contra, em suas palavras, a “classe operária e suas organizações de combate” (TUDE de SOUZA, 1992).

Dentro da mesma perspectiva, para Edmundo Fernandes Dias, a experiência taylorista seria, em suas palavras, “a forma da subsunção real do trabalho ao capital de forma ainda mais completa praticada no início do século XX” e o fordismo, “como conjunto de medidas de contratendência”, teria incorporado uma nova modalidade de gestão fabril:

O taylorismo teria sido o instrumento da criação de uma disciplina operária através da perda da sua subjetividade classista: os trabalhadores deveriam abrir mão do controle que possuíam sobre a produção e passar a executar o trabalho a partir da objetividade do capital, centrada na reconstrução das lógicas operativas. À quebra dos sindicatos, forçada pela coerção, pelos métodos policiais, se acrescentou a imposição de uma nova subjetividade (DIAS, 1998, p. 47).

De acordo com Dias, esse processo traria, de certa forma, uma dupla possibilidade: de um lado, a limitação maior de uma subjetividade classista dos trabalhadores, e, de outro, ao mesmo tempo, sua maior integração à ordem. Diante disso, para o autor, o fordismo-taylorismo não seria apenas um conjunto de técnicas de gestão e de produção mas, fundamentalmente, um “modo de vida” (DIAS, 1998, p. 47 e 48).<sup>24</sup>

Com o desenvolvimento dessa forma produtiva, décadas depois, ocorreria, então, como demonstra o historiador britânico Eric Hobsbawm, a chamada “Era do Ouro”, que pertenceu essencialmente aos países capitalistas desenvolvidos, que durante o período que compreende o final da Segunda Guerra Mundial e a “crise do petróleo” de 1973, representaram cerca de três quartos da produção mundial. Embora se tratando de um fenômeno mundial, a riqueza jamais teria chegado aos demais países do globo e mesmo assim, os países do “Terceiro Mundo” teriam se transformado de forma positiva, com alto

---

<sup>24</sup> Também apoiado nos estudos de Gramsci, para Henrique J. D. Amorim, no final do século XIX e início do século XX, através da difusão do taylorismo, constitui-se, nas palavras do autor, “a formação de racionalidades técnicas e científicas que, em síntese, expressavam os interesses da classe dominante”. Nesse sentido, perceber-se-ia a possibilidade de se fundamentar uma forma produtiva específica com a universalização de uma visão de mundo, de um modo de vida e de uma racionalidade. É relevante ressaltar que, para o autor, haveria uma relação entre a emergência do fordismo-taylorismo, como racionalizadores científicos da organização dos processos produtivos, com a construção da chamada Sociologia do Trabalho (AMORIM, 2006, p. 11).

índice de natalidade, o aumento da média de expectativa de vida, alta produção alimentícia, expansão do setor industrial, entre outras questões (HOBSBAWN, 1995, pp. 253-262).

Porém, após um longo período de acumulação, como analisa Antunes, ocorre uma queda nas taxas de lucro afirmada pela própria forma de produção e consumo em massa e, nas palavras do autor, pela “incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava”. Isto teria se dado em resposta ao desemprego estrutural e ao aumento do preço da força de trabalho, conquistado pelas lutas sociais do período de 1945 a 1960, objetivando, por fim, o “controle social da produção” (ANTUNES, 2009, p. 31).

Convém, neste momento, antes de dar continuidade à reflexão sobre a crise do capital, apresentar uma importante contribuição para a análise do fordismo-taylorismo na América Latina, elaborada na década de 1970 pelo engenheiro, economista e político francês, Alain Lipietz, que atentou para a importância da historicização do conceito, distinguindo o “fordismo central” e até mesmo o “fordismo tardio” no caso da França e da Itália, de um “fordismo periférico” dos países do chamado “Terceiro Mundo”.

### 1.2.1 – O “FORDISMO PERIFÉRICO”

Embora haja vasta discussão acerca dos problemas da análise formulada pelo “regulacionismo”<sup>25</sup>, serão resgatadas aqui as teses formuladas por Alain Lipietz, um dos formuladores dessa corrente, com a intenção de se observar a necessidade da historicização do conceitual do fordismo, discutido, na maior parte das vezes, de forma universalizante, sem que se atente para as especificidades dos modos de organização social do trabalho.

---

<sup>25</sup> Segundo o sociólogo francês Alain Bihr em *Da grande noite à alternativa*, publicado pela primeira vez em 1991, por exemplo, Lipietz teria cunhado um conceito de fordismo comprometido com o economicismo, sendo que o autor é um dos fundadores da chamada “escola de regulação”, cuja principal preocupação seria a de privilegiar a análise dos mecanismos reguladores do crescimento econômico em detrimento das transformações sociais, institucionais e ideológicas do período (BIHR, 1998, p. 35). Uma crítica mais aprofundada do “regulacionismo” é encontrada no trabalho do professor de sociologia da Universidade de São Paulo, Ruy Braga em *A nostalgia do fordismo*, publicado em 2003, para o qual a originalidade da “escola francesa” composta por politécnicos, está em operar uma metodologia centrada na historicidade das sociedades contemporâneas, no entanto, entendendo-as por instituições parcialmente autônomas, mas interdependentes, como a moeda, a relação salarial, as formas de concorrência, o modo de inserção internacional e as formas de Estado (BRAGA, 2003, p. 33). Nesse sentido, para Michel Aglietta, um dos marxistas politécnicos franceses, no livro *Régulation et crises du capitalisme*, publicado pela primeira vez em 1976, o fordismo, em suas palavras, “representa um novo estágio da regulação do capitalismo, o de regime de acumulação intensiva, no qual a classe capitalista busca gerir a reprodução global da força de trabalho assalariada por meio da íntima articulação das relações de produção e mercantis mediante as quais os trabalhadores assalariados adquirem seus meios de consumo. O fordismo é, pois, o princípio de uma articulação do processo de produção e do modo de consumo, que instaura a produção em massa, chave da universalização do trabalho assalariado” (AGLIETTA, 1997, p. 93 e 94 *apud* BRAGA, 2003, p. 17).

Apesar de Lipietz referenciar a análise de Gramsci realizada na década de 1930, para ele e seus companheiros “regulacionistas”<sup>26</sup>, o fordismo seria um regime de acumulação que se desenvolveu na maior parte dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), especialmente através de um processo de industrialização que previa a expansão das metrópoles e a desertificação social da área rural, apenas após a Segunda Guerra Mundial (LIPIETZ, 1989).

Para esses autores, desde a primeira revolução industrial até a Primeira Guerra Mundial, teria prevalecido, nos primeiros grandes países capitalistas, um regime de acumulação preponderantemente *extensivo*, centrado na reprodução ampliada dos bens de capital, o que teria resultado na crise de 1930 e, desde a Segunda Guerra, prevaleceria um regime preponderantemente *intensivo*, centrado no crescimento do consumo de massa na medida em que um novo modo de regulação, "monopolista", teria incorporado um crescimento do consumo popular (LIPIETZ, 1989, pp. 303-335, grifos próprios).<sup>27</sup>

Contudo, a elevação do poder de compra dos assalariados (produtivos e improdutivos), assim como a taxa de mais-valia, teria acompanhado “quase exatamente” o aumento da produtividade, fazendo com que a “composição orgânica do capital” permanecesse praticamente inalterada, resultando, no final da década de 1960 em uma crise (LIPIETZ, 1989, pp. 303-335).

A crise teria a sua nascente mais comum no *profit squeeze*, "estrangulamento dos lucros", mas para Lipietz, seria mais convincente o fato de ser levada em consideração os ganhos de produtividade declinantes que exigiram, em suas palavras, uma “elevação em valor do capital *per capita* ou, em termos marxistas, da composição orgânica do capital”. Quer de uma forma ou de outra, o autor aponta para a principal questão desencadeadora da crise: a de que ela parece como uma crise de rentabilidade, ao contrário daquela de 1930, que teria se constituído como uma crise de superprodução. Assumindo, naquele momento, a forma de estagnação e ao mesmo tempo, de inflação (LIPIETZ, 1989, pp. 303-335).

---

<sup>26</sup> (AGLIETTA, 1976; BOYER & MISTRAL, 1978; CORIAT, 1978; e LIPIETZ, 1979 *apud* LIPIETZ, 1989, p. 303 a 335).

<sup>27</sup> É possível estabelecer uma relação entre essa concepção de que a emergência do fordismo data no período pós-guerra e a emergência do Estado keynesiano, que proporcionou, na verdade, a sua consolidação mais flagrante. Conforme analisa David Harvey, o início do século XX, com as transformações pelas quais a organização social do trabalho passava, as idéias político-econômicas do economista britânico John M. Keynes, passam a ser adotadas, especialmente no período pós-guerra. Defendendo o Estado como promotor do desenvolvimento econômico, a geração do emprego e o controle dos ciclos de negócios, em outras palavras, tendo o Estado como promotor do “bem-estar social”, o fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo (HARVEY, 2010, pp. 122-134 e SOARES, 2008, pp. 68-72).

Teria sido, então, concomitante a essa crise fordista iniciada na década de 1960, que esse modo de organização da produção teria chegado ao “Terceiro Mundo”, criando um semelhante processo de industrialização financiado por transferências de créditos e de tecnologia provenientes do “fordismo central” e acompanhada de uma “formidável explosão urbana”.

Como antecedentes dessa chegada, segundo Lipietz, a partir da década de 1930, teria sido desencadeado um procedimento por parte dos governos “populistas” da América Latina, de acumulação das receitas das exportações primárias na indústria de bens de consumo, ativados pela aquisição de bens de capital “no centro” e pela proteção a essas indústrias nascentes mediante fortes barreiras alfandegárias. A expectativa era de poder aplicar em seguida, a mesma tática à produção de bens duráveis e de capital (LIPIETZ, 1989, pp. 303-335).

Lipietz coloca três questões pelas quais difere o “fordismo periférico” do “fordismo central” apesar de estarem relacionados. Em primeiro lugar, não bastaria ao fordismo a importação de máquinas, seria preciso construir as correspondentes relações sociais do trabalho. Assim, no “Terceiro Mundo”, as características de uma regulação “monopolista” teriam ficado reduzidas à gestão das margens de lucro e da moeda de crédito. Segundo, teriam sido raros os casos de ampliação significativa do poder de compra do operário e do camponês e em terceiro lugar, a complementação em termos dos ramos produtivos, antes do estágio de montagem final, implicava um crescimento muito rápido do volume de investimentos — e, portanto, das importações —, que não podia ser compensado pelo crescimento das exportações de matérias-primas.

Embora o chamado “fordismo periférico” tenha encontrado tais barreiras, desenvolvendo-se de forma semelhante, mas não igual ao “fordismo do centro”, tais experiências teriam possibilitado, em suas palavras, “uma real transformação social, com o desenvolvimento de uma classe operária, de camadas médias e de um capital industrial modernos”. Em outras palavras, tratar-se-ia de uma tentativa de industrialização segundo a tecnologia e o modelo de consumo fordista, ainda que sem as condições sociais, seja no que se refere ao processo de trabalho, seja em relação à norma de consumo das massas. Tratar-se-ia, portanto, mais uma vez em suas palavras, de um “autêntico fordismo, com uma verdadeira

mecanização e uma associação da acumulação intensiva e do crescimento de mercados em termos dos bens de consumo duráveis”, contudo, periférico (LIPIETZ, 1989, pp. 303-335).<sup>28</sup>

### 1.2.2 – A CRISE DO CAPITAL

Diante dessas questões trazidas por Lipietz e retomando a análise anterior sobre a perspectiva gramsciana do fordismo, a crise do capital consistiria, segundo Antunes, em uma crise estrutural, caracterizada, entre muitas questões, pela hipertrofia da esfera financeira e pela maior concentração de capitais (ANTUNES, 2009, p. 31 e 32).<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Em uma perspectiva diversa das trazidas por Gramsci e Lipietz, ainda que estando de acordo com o segundo ao analisar o fordismo somente a partir da Segunda Guerra Mundial e apesar disso, Alain Bihl, desenvolve uma análise, de certa forma, relevante para o conjunto das discussões sobre a crise capitalista do final do século XX que se prolonga ao início do século XXI, abordando o fordismo em duas principais frentes: a de um suposto “compromisso” firmado entre a burguesia e o proletariado e a crise desse “compromisso fordista” no final do século XX. Para Bihl, o fordismo teria firmado um compromisso entre a burguesia e o proletariado, que não teria se dado diretamente entre os membros da própria classe, mas entre as instituições que os representam. Considerando-o, do ponto de vista do proletariado, esse compromisso poderia ser comparado “a uma espécie de barganha”, pela qual o proletariado teria renunciado à “aventura histórica” [“é renunciar à luta revolucionária, à luta pela transformação comunista da sociedade; renunciar à contestação à legitimidade do poder da classe dominante sobre a sociedade, especialmente sua apropriação dos meios sociais de produção e as finalidades assim impostas às forças”] em troca da garantia de sua seguridade social”. Os traços essenciais desse compromisso seriam: garantir a todo operário um salário mínimo; instituir práticas e procedimentos de negociação coletiva, garantir a regulação da acumulação intensiva. Desse modo, para Bihl, por definição, o novo regime de acumulação intensiva do capital, tenderia, por um lado, a inchar a demanda de meios de produção e, por outro, limitar a demanda de meios de consumo. Nesse sentido, o enfraquecimento desse compromisso se daria como consequência da diminuição dos ganhos de produtividade, da elevação da composição orgânica do capital, da saturação da norma social de consumo e do desenvolvimento do trabalho “improdutivo”. Para ele, e essa é a principal questão colocada em sua análise, essa “crise estrutural” duradoura, global e de solução essencialmente incerta, teria chegado a essas proporções não apenas pela crise do fordismo com a ruptura do “compromisso fordista”, mas também, se somando as crises “ecológica”, “da sociabilidade” e “cultural” (BIHR, 1998, pp. 36-73).

<sup>29</sup> Segundo Ricardo Antunes, a última reestruturação do capital está marcada da seguinte forma: “1) pela diminuição do operariado manual, fabril, concentrado, típico do fordismo e da fase de expansão daquilo que se chamou de regulação social-democrática; 2) o aumento acentuado das inúmeras formas de subproletarização do trabalho parcial, temporário, sub-contratado, terceirizado, e que tem se intensificado em escala mundial, tanto nos países do “Terceiro Mundo”, como, também, nos países centrais; 3) o aumento expressivo do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, que se dá em escala mundial, aumento este que tem suprido principalmente o espaço do trabalho precarizado, subcontratado, terceirizado, *part-time* etc.; 4) a enorme expansão dos assalariados médios, especialmente no “setor de serviços”, que inicialmente aumentaram em ampla escala mas que vem presenciando também níveis de desemprego tecnológico; 5) a exclusão dos trabalhadores jovens e dos trabalhadores “velhos” do mercado de trabalho dos países centrais; 6) a intensificação e superexploração do trabalho, com a utilização brutalizada do trabalho dos imigrantes, e expansão dos níveis de trabalho infantil, sob condições criminosas, em tantas partes do mundo, como Ásia, América Latina, entre outros; 7) há, em níveis explosivos, um processo de desemprego estrutural que, junto com o trabalho precarizado, atinge cerca de 1 bilhão de trabalhadores, algo em torno de um terço da força humana mundial que trabalha; 8) há uma expansão do que Marx chamou de trabalho social combinado (Capítulo Inédito), em que trabalhadores de diversas partes do mundo participam dos processos de produção e de serviços. O que, é evidente, não caminha no sentido da eliminação da classe trabalhadora, mas da sua precarização e utilização de maneira ainda mais intensificada” (ANTUNES, 1997a).

Conforme analisa Eric Hobsbawm, teria ocorrido uma desaceleração no ritmo do crescimento econômico dos países capitalistas avançados na década de 1970 e uma “severa depressão” na África, Ásia Ocidental e América Latina, sobretudo na década de 1980, enquanto que, em contrapartida, teria ocorrido um considerável crescimento da economia chinesa no mesmo período. Como parte do aumento da desigualdade social e econômica trazidas pela crise, ocorreria, segundo o autor, um “reaparecimento de miseráveis sem teto” (HOBSBAWM, 1995, pp. 393-396).<sup>30</sup>

Para Hobsbawm, as principais consequências da chamada “Era do Ouro”, seriam, sem dúvidas, as transformações trazidas no trabalho e no desemprego: a tendência geral de substituição da capacidade humana pela capacidade das máquinas teria resultado em que as pessoas fossem jogadas “para fora dos empregos”. O maior problema seria o de que o crescente desemprego dessas décadas, que não seria simplesmente cíclico, mas estrutural, “não voltariam jamais”. A grande tragédia das décadas de crise teria sido, nesse sentido, a de que se dispensava trabalhadores em um ritmo mais acelerado do que a economia de mercado pudesse gerar novos empregos (HOBSBAWM, 1995, p. 403 e 404).

As transformações trazidas pela crise, segundo Antunes, teriam chegado ao Brasil, particularmente na década de 1990, através da reestruturação da divisão internacional do trabalho e da investida neoliberal, principalmente pelo Consenso de Washington (ANTUNES, 2011a, p. 126), acrescentando, também, o Plano Baker, os Planos de Ajustes Estruturais (PEAs) promovido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) (DAVIS, 2006)<sup>31</sup> e as ações articuladas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (LOMBARDI, 2010 e TEIXEIRA, 2010).

Nesse sentido, entende-se que este período seria presidido por uma crise na qual os trabalhadores como um todo, sofreram um processo de intensificação da desvalorização da força de trabalho com a desregulamentação das leis de proteção ao trabalhador e das relações de trabalho, verificado no processo estrutural de precarização. Assim, o principal motivo dessa crise não seria, segundo Hobsbawm, em decorrência de um capitalismo que não

---

<sup>30</sup> Seriam expressões críticas do período o *crash* na bolsa americana em 1987 e o desemprego na Europa Ocidental que subiu de uma média de 1,5% em 1960 para 4,2% na de 1970. Observa-se que no ano de 1989, 400 mil pessoas foram oficialmente classificadas como “sem teto” no Reino Unido, enquanto que em 1993 em Nova York, 23 mil homens e mulheres dormiam nas ruas, entre outras tantas questões que seriam impensadas nas décadas da “Era do Ouro” de 1950 à 1970 (HOBSBAWM, 1995, p. 396).

<sup>31</sup> Segundo o historiador norte americano, Mike Davis, em *Planeta Favela*, publicado em 2006, “o plano Baker de 1985 exigiu sem rodeios que os quinze maiores devedores do Terceiro Mundo abandonassem as estratégias de desenvolvimento conduzidas pelo Estado em troca de novas facilidades para empréstimos e de continuar participando da economia mundial. O Plano também empurrou para a ribalta o Banco Mundial, como gerente a longo prazo das dúzias de Planos de Ajuste Estrutural (PAEs) que davam forma ao admirável mundo novo do chamado Consenso de Washington” (DAVIS, 2006, p.156).



funcionava tão bem como na “Era do Ouro”, mas ao contrário, tratando-se de sua expansão, o que é demonstrado no aumento dos extremos entre a pobreza e a riqueza (HOBSBAWM, 1995, p. 398 e 413).

Nesse sentido, o principal efeito dessas “décadas de crise” seria a ampliação do fosso entre os países ricos e os pobres, onde o principal motivo seria o fato de as operações capitalistas já não contarem mais com a política de governo para controlá-las e administrá-las. Nesse caso, as décadas de crise seriam definidas pelo momento no qual os Estados nacionais perderam seus poderes econômicos (HOBSBAWM, 1995, p. 398 e 413).

Para Antunes, as “mutações” em curso seriam expressão da reorganização do capital que tem em vista a retomada de seu patamar de acumulação e de seu projeto global de dominação (ANTUNES, 2009, p. 52). Dentro da mesma concepção, Giovanni Alves, elabora a seguinte reflexão:

Fordismo e taylorismo foram as principais ideologias orgânicas da produção capitalista no século XX, tornando-se “modelos produtivos” do processo de racionalização do trabalho capitalista no século passado. A introdução dos novos “modelos produtivos” foi lenta, desigual e combinada, percorrendo a maior parte do século XX. Ela atingiu de forma diferenciada países e regiões, setores e empresas da indústria ou de serviços. O que surge hoje, com o novo complexo de reestruturação produtiva, o *toyotismo*, é tão-somente mais um elemento compositivo do longo processo de racionalização da produção capitalista e de manipulação do trabalho vivo que teve origem com o fordismo-taylorismo (ALVES, 2007, p 156, grifos do autor).

Dentro dessa perspectiva, resgatando a análise de Edmundo Fernandes Dias, para o autor esse processo de reestruturação do capital seria entendido da seguinte forma:

Não importa se nesse processo são eliminados postos de trabalho, isto é mero detalhe para os capitalistas. Busca-se destruir não apenas o trabalhador coletivo, mas os seus coletivos. Em suma, quer-se produzir um operário parcelar, descontínuo e, acima de tudo, inteiramente subordinado ao capital. A crise geral das décadas 70 e 80 rompeu o compromisso do *Welfare State*. Para fazer frente a esta crise o capitalismo articula e põe em cena uma dupla solução: o neoliberalismo e a reestruturação produtiva. Estas duas estratégias constituem uma mesma processualidade (DIAS, 1998, p.50).

Nesse sentido, para Amorim, os elementos centrais da reestruturação produtiva iniciada nos anos 1970 tiveram e ainda teriam, nas palavras do autor, “o objetivo duplo de, no momento em que aprofundam as bases de sua dominação e de valorização na produção de mercadorias, afetarem a organização política da classe trabalhadora” (AMORIM, 2012, p. 11).

Com base nos autores citados acima<sup>32</sup>, propõe-se o seguinte enunciado. Os momentos de crise do capital são marcados, sobretudo, pela intensificação do controle do trabalho, redefinindo a sua organização. Onde algumas ocupações desaparecem, outras se transformam e algumas emergem fundadas em antigas formas de exploração do trabalho, inseguras e com o coletivo de trabalho desorganizado, possibilitando alto nível de exploração e expansão das taxas de lucro. Tratando-se, portanto, de períodos de ofensiva do capital de dominação e de reorganização da exploração da classe trabalhadora. Afirma-se, nesse sentido, que as transformações ocorridas no final do século XX e no início do século XXI, combinam formas mais recentes de organização dos processos produtivos com a radicalização da forma mais antiga de racionalização da produção.<sup>33</sup>

### 1.3 – DO DUALISMO “FORMAL VERSUS INFORMAL” À INFORMALIDADE COMO PROCESSO

O enunciado proposto acima, sintetiza a discussão do capítulo desenvolvida até este momento. Foram analisadas as condições históricas nas quais a expansão da informalidade é possibilitada, percorrendo um caminho que foi da compreensão do fordismo-taylorismo como um “modo de vida”, ao momento de crise do capital do final do século passado que perdura aos dias atuais, onde a racionalidade produtiva é radicalizada. Para dar continuidade a essa discussão, recobra-se o objetivo central deste capítulo: o de fornecer bases para se localizar o trabalho de catação de materiais recicláveis no interior de um processo no qual a informalidade se destaca nas relações de produção.

---

<sup>32</sup> DIAS, 1997 e 1998; OLIVEIRA, 2003, p. 60; AMORIM, 2006, p. 43; AMORIM, 2012, p. 11 e 12; HOBSBAWM, 1995, p. 398 e 413; ANTUNES, 2009, p. 52; ALVES, 2007, p. 156.

<sup>33</sup> Para além das indicações feitas, tem-se como hipótese, também, que o capital não se aproveita apenas da crise social que engendrou para restabelecer seus lucros, mas que nesse momento histórico, aproveita-se, também, da crise ecológica que engendrara, utilizando o discurso ideológico do ecologismo para restabelecer a crise na organização da produção. Em outras palavras, o capitalismo aproveita-se de suas próprias mazelas para se recriar, assim, a manifestação do movimento cultural ambientalista que deveria somar forças contra o capital, é sugado por ele. Nesse sentido, no processo produtivo, a reciclagem industrial, ganha respaldo e se desenvolve com base na exploração do trabalho e tendo o ecologismo como fundamento ideológico e discursivo para ampliar e reproduzir sua dominação social.

Neste momento, portanto, discorrer-se-á sobre a informalidade se constituir como um processo articulado e subordinado ao capital, afastando-se de uma concepção binária na qual “informal” seria todo trabalho que se oporia ao “formal” (MALAGUTI, 2000 e TAVARES, 2002). Nesse sentido, a informalidade é entendida aqui, em um sentido ampliado, não em oposição às relações “formais”, tampouco à margem das relações capitalistas, mas como produto das relações de produção contemporâneas, destacando-se como expressão da radicalização da racionalidade das relações de produção.

Assim, com base nesta discussão duas teses sobre o trabalho de catação serão desconstruídas: a de que os trabalhadores da catação de materiais recicláveis estariam à margem do capitalismo e a de que eles seriam ou poderiam ser “seus próprios patrões”.

Essas teses aparentemente opostas, mas contraditoriamente articuladas, ganham respaldo no que Maria A. Tavares (2002, p. 53) chama de “literatura econômica dominante”, que tenderiam a discutir a informalidade como unidade ou empresa e não como trabalho, ficando mais fácil negar a produtividade de certos trabalhos realizados informalmente, mas diretamente articulados à produção capitalista. Tratando grupos pseudo-autônomos ou pseudo-independentes, como “trabalhadores por conta própria”. Entende-se que isto acaba contribuindo para a teoria da “margem”, dificultando o dimensionamento da subordinação desses grupos, especialmente o de não assalariados, ao capital. Partindo desse ponto, Tavares, elabora a seguinte passagem:

O novo milênio inaugura a era do trabalho informal. (...). Essa [visão] (...), ao mesmo tempo fragmenta o trabalho e obriga-o a assumir a condição que aparenta. Com isso, certamente não se anula a mais-valia, mas a sua dissimulação serve de argumento para preservar a exploração em escala cada vez mais ampliada, conduzindo a pensar que estamos a caminho de uma organização da produção capitalista, onde todos serão o capitalista. Ou, talvez, pretenda-se negar a produtividade do trabalho pelo obscurecimento da participação de trabalhadores informais no trabalho coletivo, o que os faz parecer meros vendedores de mercadorias, cuja relação com o capital se restringe à esfera da circulação (TAVARES, 2002, p. 53).

A abordagem da “literatura econômica dominante” (TAVARES, 2002) ou “hegemônica”, conforme analisa Marcos A. T. Soares, trataria a segmentação do trabalho entre dois setores, o “protegido” e o “não protegido”. O trabalho informal para esta abordagem seria compreendido como uma alternativa que a população trabalhadora busca ao se defrontar com um mercado de trabalho saturado e de baixos salários. Haveria uma

insuficiente criação de empregos no “setor protegido”, que contaria com fatores institucionais como o acesso ao crédito, enquanto que a população excedente seria direcionada para o “setor não protegido”, onde não haveria subordinação às leis trabalhistas e aos estímulos institucionais, atribuindo esse desajuste no mercado aos sindicatos e ao governo. O aumento do desemprego e de atividades não protegidas teria origem, nesse sentido, em elementos externos e não na própria dinâmica capitalista. Acreditar-se-ia, por fim, que a industrialização seria a via para superar a miséria (SOARES, 2008, p. 81, 82 e 83).<sup>34</sup>

Ter-se-ia, como exemplo dessa concepção, as formulações da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que desenvolve, entre outras, a tese da “Heterogeneidade Estrutural”, defendida na década de 1970, que considera, nas economias subdesenvolvidas, a existência de “estruturas diferenciadas”. Nessa concepção, as unidades produtivas seriam, à luz da concepção neoclássica, classificadas como “tradicional” ou “moderna”. A primeira de baixa produtividade e renda *per capita* e a segunda apresentando semelhanças com os países centrais (SOARES, 2008, p. 83 e 84).

Resgatando os antecedentes da questão da informalidade até o momento da elaboração da CEPAL, para Tavares em um estudo publicado em parceria com Maria A. Alves, no Brasil, a partir da década de 1960, as análises sobre populações pauperizadas teriam sido permeadas pela questão da integração aos padrões socioculturais e econômicos da sociedade capitalista (ALVES e TAVARES, 2006, p. 425).

No plano sociológico, o problema teria sido analisado em termos da dualidade estrutural que opunha o *tradicional* ao *moderno*, o *marginal* ao *integrado* e teriam reconstituído, nesse momento, as discussões sobre os “marginalizados”. Surgida nos anos 1960, a teoria da marginalidade teria se estendido até os anos 1970, servindo de referencial para localizar uma gênese da discussão sobre trabalho informal. Segundo Alves e Tavares, a sociologia teria tentado explicar a coexistência de trabalhos de tipo não capitalista como causas do subdesenvolvimento dos países do “Terceiro Mundo”, considerando essas formas específicas de trabalho como não submetidas à ordem hegemônica do capital. A “teoria da marginalidade”, segundo as autoras, também teria sido conhecida como “teoria do subdesenvolvimento”, na qual a urbanização dos países latino-americanos teria acontecido

---

<sup>34</sup> Soares divide o debate sobre o trabalho informal em quatro principais correntes: (i) a “hegemônica”, que é caracterizada pela crença de que a economia caminha para o pleno emprego, entendendo que os níveis dos salários dependem da oferta e da procura da força de trabalho e, dessa forma, o próprio mercado se encarrega de fazer funcionar o ajustamento automático de “pleno emprego”; (ii) a abordagem legalista; (iii) a abordagem que avança em relação à visão “hegemônica”; e (iv) a abordagem de inspiração marxista (SOARES, 2008, p. 64 e 81 a 102).

sem que ocorressem transformações econômicas capazes de absorver uma crescente oferta de força de trabalho (ALVES e TAVARES, 2006, p. 425 e 426).<sup>35</sup>

Teria sido, contudo, com um estudo apresentado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1972, que a discussão setorizada teria encontrado a sua formulação mais difundida. A partir da necessidade de se criar uma nova categoria que desse conta de compreender as novas ocupações que não podiam ser enquadradas na abordagem clássica de “setor moderno” ou “tradicional”, inicialmente no Quênia e posteriormente se estendendo aos demais países “pobres”, os técnicos da OIT teriam elaborado os conceitos de “setor formal” e “setor informal” (SOARES, 2008, p. 85, grifos do autor).

A OIT afirma nesse estudo que o “setor informal” teria surgido com o crescimento econômico, onde não teria sido possível gerar empregos para a população economicamente ativa (PEA) que, em boa parte, era composta pelos migrantes rurais. Nesse caso, uma política keynesiana permitiria a inserção da população mais pobre. Para os técnicos da OIT, as atividades informais seriam caracterizadas por apresentar: facilidade de entrada; técnicas simples; qualificação adquirida fora do sistema escolar formal; utilização de recursos locais; empresas de propriedade familiar; pequena escala de atividades; e mercados concorrenciais. Em suma, o discurso da OIT veicularia a ideia de “autonomia do trabalhador”, sendo esse um capitalista ou patrão, estabelecendo uma relação mecânica entre a posse dos meios de produção e a introjeção da classe capitalista (SOARES, 2008, p. 86 e 87).

Cabe apresentar, aqui, a proposta de discussão sobre o trabalho informal bastante difundida no Brasil compilada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) no ano de 2012. Para analisar as mudanças na economia brasileira e no “mercado de trabalho” na primeira década do século XXI, e chegar à análise da “informalidade urbana”, os técnicos do DIEESE, analisam os antecedentes do período. De acordo com o relatório apresentado por essa instituição, a última década do século XX teria sido marcada pela “desestruturação do mercado de trabalho” onde diferentes iniciativas, públicas e privadas, teriam concorrido para isso (DIEESE, 2012, p. 9).

Boa parte dessa discussão do final do século XX, trazida pelo DIEESE, encontra respaldo nos estudos em torno da chamada “crise do emprego” difundidos por Márcio

---

<sup>35</sup> Além das teorias da “marginalidade” e do “subdesenvolvimento”, haveria uma premência da análise do desenvolvimento social e econômico da América Latina, o que teria acabado por caracterizar as proposições da CEPAL e da Organização das Nações Unidas (ONU), com uma “teoria da dependência”, onde a dependência econômica seria a causa da marginalização de amplos setores da população urbana. Em síntese, os grupos marginalizados seriam os excluídos sociais e isso se devia às condições determinadas pelas estruturas econômicas (ALVES e TAVARES, 2006, p. 426).

Pochmann. Para o autor, o período da última década do século XX teria se caracterizado pela elevação das taxas de desemprego a patamares “nunca antes vistos” no país e pelo crescimento significativo das formas mais precárias de inserção no mercado de trabalho (POCHMANN, 2006, 59 a 73). Em um trabalho realizado na virada do século sobre a catação de materiais recicláveis no Brasil, para Neise Deluiz entre 1989 e 1998 o país teria perdido algo em torno de 3 milhões de empregos “formais” e o desemprego aberto teria passado de 3,35% para 7,60%, (DELUIZ, 2000, p. 17, grifos próprios).

Como demonstram os técnicos do DIEESE, a década de 1990 teria sido marcada pela introdução de uma série de mecanismos de “flexibilização da relação trabalhista”, pela “flexibilização dos rendimentos, especialmente através de mecanismos de remuneração variável” e pela “redução dos rendimentos do trabalho em termos reais”. A desestruturação teria ocorrido através de uma série de razões. Os motivos que mais se destacam seriam:

(...) baixas taxas médias de crescimento, abertura comercial e financeira desregulada, forte crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), perda da importância do emprego industrial, reestruturação produtiva, privatizações, terceirização de atividades e queda da taxa de investimento total, com destaque para o investimento público (DIEESE, 2012, p. 9 e 10).

Contudo, ao contrário da década de 1990 e dos primeiros anos deste século, “período em que a flexibilização das relações de trabalho teriam sido enfaticamente defendidas por alguns analistas, dentro e fora do governo federal, como saída para o desemprego e para a precarização do trabalho”, os anos 2000 se caracterizariam pela ausência de medidas governamentais nessa direção (DIEESE, 2012, p. 15 e 16).

As políticas governamentais adotadas ao longo da década de 2000, como “metas de inflação, política de valorização do salário mínimo, políticas de transferência de renda, expansão do crédito”, e as mudanças verificadas no “mundo do trabalho”, como “geração de empregos, formalização e aumento da renda”, teriam sido, ao mesmo tempo, causa e efeito do processo de crescimento econômico no Brasil (DIEESE, 2012, p. 15 e 16).

Por um lado, a precarização da ocupação se reduziria na década “em algumas de suas formas mais tradicionais”, como o assalariamento sem carteira, mas, por outro, assumiria novas formas, alargando o chamado “setor informal”. Haveria, dessa forma, dois principais segmentos de ocupação que comporiam o setor. O primeiro segmento se referiria ao “emprego propriamente dito”, ou seja, ao trabalho assalariado contratado, onde foram

definidos dois grandes grupos de informais: o *emprego ilegal* e o *emprego subcontratado*. No primeiro caso, a relação com a informalidade se caracterizaria pela ausência de carteira de trabalho assinada e, em decorrência, da proteção assegurada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), onde poderiam ser contratados tanto pelo setor privado quanto pelo setor público. No segundo caso, estaria relacionada “à percepção dos novos modelos de precarização” que surgem, principalmente, a partir da reestruturação produtiva dos anos 1990. Conforme o relatório:

O *emprego subcontratado* toma forma por meio de diferentes estratégias das empresas para reduzir suas obrigações legais como maneira de diminuir custos. Esta modalidade compreende os assalariados contratados em serviços terceirizados e os autônomos que trabalham para uma empresa, reunindo, portanto, grupos cujos mecanismos de proteção social são mais frágeis em virtude da suposta descaracterização do emprego enquanto relação de subordinação, nos marcos da legislação trabalhista brasileira (DIEESE, 2012, p. 167).

O segundo segmento se refere à parcela de trabalhadoras e de trabalhadores “independentes”, que explora seu negócio sozinho ou com ajuda de familiares, os chamados trabalhadores “por conta própria”, que poderiam ser “autônomos” para mais de uma empresa, “autônomos” para o público ou donos de negócios familiares<sup>36</sup> (DIEESE, 2012, pp. 51-163). Nesse caso, segundo a economista Anita Kon:

O conceito do trabalhador por conta própria vem sendo delineado como oposição ao de empregado, tendo em vista que no último caso o trabalhador é alocado em ocupações de empresas formais ou informalmente constituídas, ou seja, como trabalho assalariado. Assim, o trabalho por conta própria ou autônomo é definido, de um modo generalizado, como uma situação em que o trabalhador exerce a ocupação com independência, controla seu processo de produção, é proprietário do capital empregado na produção e recebe uma renda (e não salário). Essa renda resulta da diferença entre gastos (com a produção e com o consumo próprio) e receitas e não é determinada anteriormente, pois depende da qualidade e da quantidade do trabalho oferecido e também da demanda direta do mercado no período (KON, 2004, p. 152 *apud* DIEESE, 2012, p. 175).

---

<sup>36</sup> Somando a esse grupo àqueles que, em 2009, teriam declarado “exercer suas atividades em condições mais vulneráveis – sem instalações fixas e sem equipamentos, no próprio domicílio, sem adaptações ou ainda na rua em barracas ou bancas” –, chegar-se-ia a “28,0% do total de trabalhadores por conta própria” (DIEESE, 2012, p. 177).

Avançando sobre as perspectivas da CEPAL e da OIT, que de certa forma iluminam o estudo do DIEESE apresentado acima, Maria C. Cacciamali formula a questão do crescimento do trabalho informal como um “processo de informalidade”. Observando nuances informais no “setor formal”, tanto quanto, um crescente espaço ocupado por “auto-emprego”, “conta-própria” ou microempresas, de uma forma geral, inserções que se distanciam de uma “forma clássica” de relação de trabalho assalariado, para a autora, o conceito de “processo de informalidade”, diferente das categorias estanques de “setor formal” e “setor informal”, representaria uma redefinição das relações de produção decorrentes das mudanças econômicas estruturais de âmbito mundial. Cacciamali teria cunhado o termo com a finalidade de dar um significado para as mudanças nas formas sociais e jurídicas das relações sociais contemporâneas (CACCIMALI 2000; 2001 e SOARES, 2008, p. 93).

Contudo, segundo Soares (2008, p. 94), os avanços trazidos ao debate por Cacciamali ao apontar a relação existente entre o “formal” e o “informal”, onde o segundo seria apropriado pelo primeiro de forma dissimulada, continuariam mantendo o foco em uma unidade econômica empresarial, em vez de analisar o processo sob a ótica da relação capital-trabalho. Nesse sentido, Soares propõe o uso de uma perspectiva, que fundamenta este trabalho, na qual se entende que a exploração do trabalho informal seria um meio de assegurar a maior extração de mais-valia, onde o seu uso pelo capital se configura em uma tendência à expansão, como propõe Malaguti (2000) e Tavares (2002).

Nesse sentido, para Malaguti, saber-se-ia, atualmente, que a informalidade não é uma aberração produzida pelo subdesenvolvimento ou pela dependência, ao contrário, a sua existência pareceria estar, em suas palavras, “entranhada no âmago das relações capitalistas de produção, na relação salarial aparentemente mais “sadia”, típica ou tradicional”. O “setor informal”, para o autor, expressaria apenas um aspecto da informalidade, mas sem esgotá-lo, enquanto que a informalidade englobaria o que se entende por esse setor. Diante disso, não poderia ser aceitável “identificar o microempresário com o clássico capitalista empreendedor: criativo, rico, gerador de empregos, independente e poderoso”, da mesma forma, não seria aceitável “a comparação oficial dos trabalhadores por conta própria com os artesãos – uma caricatura de mau gosto com uma pitada de sadismo” (MALAGUTI, 2000, p. 13, 14, 81 e 99).<sup>37</sup>

---

<sup>37</sup> Segundo Malaguti, um trabalho marcante, elaborado pelo Deputado Aluísio Mercadante (setembro de 1999), corrobora para a compreensão da magnitude da “informalização precarizadora” da economia brasileira. Em suas palavras, “mesmo considerando algumas frações dos trabalhadores informais, ou seja, subestimando a magnitude real do trabalho informal, este estudo mostra uma informalização da economia brasileira que ultrapassa 50% da população ocupada. Deixa clara, ainda, uma tendência contínua de elevação das taxas de informalização (5.2%



Nesse sentido, Soares elabora a seguinte passagem:

(...) o trabalho informal além de comportar as atividades de sobrevivência, também é integrado pelas formas de trabalho, chamadas de “nova informalidade”, que se desenvolvem articuladas com as empresas capitalistas, com os trabalhadores das cooperativas; os trabalhadores das pequenas empresas; e os domiciliares. Se as atividades de sobrevivência encontram-se apenas na condição de funcionais e subordinadas, as que compõem a “nova informalidade”, apresentam-se em grande parte subsumidas pelo capital (SOARES, 2008, p. 137).<sup>38</sup>

Diante disso, concordando com o enunciado formulado no item anterior, onde se propõe que os momentos de crise do capital seriam períodos de ofensiva do capital, de dominação e de reorganização da exploração da classe trabalhadora, para Manoel L. Malaguti, no Brasil, como expressão do processo de desprezo pelos direitos da “cidadania”, de desmantelamento das organizações dos trabalhadores e de crescentes níveis de desemprego, tem-se, entre outras questões, o acelerado crescimento do trabalho informal, por todos os poros da economia (MALAGUTI, 2000, p. 62 e 63, grifo próprio).<sup>39</sup>

Assim, diante das discussões trazidas até aqui, o raciocínio no qual os trabalhadores da catação de materiais recicláveis estariam à margem do capitalismo, não se sustenta. Demonstrada a articulação da informalidade ao capital, o trabalho de catação passa a se apresentar como um importante mecanismo de exploração do trabalho no Brasil. Resta, neste momento, desconstruir a segunda tese apresentada, a de que esses trabalhadores seriam ou poderiam ser “seus próprios patrões”.

Frequentemente depara-se com a ideia de que os trabalhadores da catação de materiais recicláveis brasileiros seriam ou teriam se tornado nos últimos anos, “microempresários”. Esse argumento, em parte, se generalizou em decorrência dessas formulações setorizadas do

---

de 1994 a 1998)’. (...) A magnitude e as tendências da informalidade brasileira parecem indicar, portanto, a existência de alterações profundas nos referenciais de normalidade do mundo do trabalho” (MALAGUTI, 2000, p. 77).

<sup>38</sup> Para o autor, o principal equívoco da setorização da informalidade é que do “setor informal” excluí-se os trabalhos subsumidos ao capital.

<sup>39</sup> Segundo Malaguti, um trabalho marcante, elaborado pelo Deputado Aluizio Mercadante (setembro de 1999), corrobora para a compreensão da magnitude da “informalização precarizadora” da economia brasileira. Em suas palavras, “mesmo considerando algumas frações dos trabalhadores informais, ou seja, subestimando a magnitude real do trabalho informal, este estudo mostra uma informalização da economia brasileira que ultrapassa 50% da população ocupada. Deixa clara, ainda, uma tendência contínua de elevação das taxas de informalização (5,2% de 1994 a 1998)’. (...) A magnitude e as tendências da informalidade brasileira parecem indicar, portanto, a existência de alterações profundas nos referenciais de normalidade do mundo do trabalho” (MALAGUTI, 2000, p. 77).

trabalho informal e, por outra, através da investida político-econômica de cunho neoliberal. Essa tese não apenas habita o imaginário comum da sociedade, como é difundida em estudos e relatórios científicos.

Para Márcio Magera, por exemplo, como um “paradoxo moderno”, os trabalhadores, neste caso cooperados, denominados, pelo autor, de “empresários do lixo”, vivenciariam ou deveriam vivenciar o “patronato”, contudo, encontrar-se-iam em “um ambiente de precariedade das relações e condições de trabalho, explorados pela própria cooperativa, que os coloca a serviço de outrem” (MAGERA, 2003, p. 14, 15 e 18).

Essa armadilha que faz com que o trabalhador informal seja considerado formalmente um “empresário”, contribui para o Brasil, segundo a revista inglesa *The Economist*, ter a melhor taxa de empreendedorismo entre as principais economias mundiais. Segundo a revista, isso se daria pelo fato de que o país ter implementado diversos programas e políticas de auxílio a empreendedores e pequenos negócios (THE ECONOMIST, 2012).

O atual vice-governador do Estado de São Paulo, considerado pela revista inglesa o “mais empreendedor” dos Estados brasileiros, nomeado ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, Guilherme Afif Domingos (2012), teria, segundo ele próprio, participação importante nesse processo. Ele teria idealizado no ano de 2004, entrando em vigor em 2009, o pacote de legislação referente ao chamado Microempreendedor Individual, o MEI, que segundo o *site* do ministro, foi criado para beneficiar os “12 milhões de trabalhadores informais” no país, que legalizariam suas atividades “pagando apenas o valor mensal de R\$ 32,10 (comércio de indústria) ou R\$ 36,10 (prestação de serviços), incluindo contribuição para a Previdência e pagamento de todos os impostos (federais, estaduais e municipais)”.

Enquanto para Magera, os trabalhadores catadores encontrariam nas relações no interior das cooperativas as barreiras para o exercício do “autopatronato”, para o ministro Afif, o MEI poderia mudar a vida desses trabalhadores, em especial daqueles que trabalham de forma desvinculada dessas instituições, os quais, segundo ele, seriam os donos de seus meios de produção. Para o ministro o goiano Manoel Lima de Barros, 60 anos, ilustra os benefícios do MEI, que faz, segundo Afif, “com que seu trabalho exista legalmente”.

Catador de papel, Manoel teria exercido essa atividade durante 30 anos na informalidade. Agora, cadastrado como MEI e pagando uma taxa única de cerca de R\$ 30, ele “poderá” vender o que recolhe nas ruas às empresas de reciclagem que exigem CNPJ. Nas palavras de Afif:

Manoel vai conseguir aumentar os lucros e melhorar suas condições de trabalho. Com acesso a crédito ele poderá, por exemplo, comprar um equipamento adequado para prensar papéis. Até agora o trabalhador usou uma máquina improvisada, que ele mesmo fabricou. Manoel vai, também, melhorar as suas condições de vida, pois terá direito a aposentadoria e auxílio-doença. São benefícios que ele nunca imaginou que teria um dia (AFIF, 2012).

Se, por um lado, o MEI resolveria a reivindicação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis de inclusão dos trabalhadores catadores no Programa de Previdência Social do país sem, contudo, formalizar a profissão de catador de materiais recicláveis nos termos jurídicos exigidos para isso, como o cadastro na Superintendência Regional do Trabalho (MNCR, 2012), por outro, o ministro não apresenta um cálculo que demonstre o quanto ganha mensalmente, em média, uma catadora e um catador, nem quantas pessoas, em média, vivem de sua renda, para somando os gastos mensais com moradia, energia elétrica e água, avaliar no final, se o restante é suficiente para a alimentação da família, para a mensalidade de R\$ 36,10 do MEI e mais a prestação, acrescida de juros, da compra de equipamentos novos e “adequados” para a realização de seu trabalho, isto é, de sua própria existência e reprodução social.

Com base nessa passagem, afirma-se que o trabalho de catação de materiais recicláveis, independente da forma de organização do trabalho, ao contrário de situado à margem do capital, está articulado a ele, contudo, não como impõe ideologicamente o neoliberalismo, com o “empreendedorismo”, mas ao capital está subordinado. Entendendo, nesse sentido, que a exploração do trabalho informal é, como dito acima, um meio de assegurar a maior extração de mais-valia com tendência à expansão. Dessa forma, a “autonomia” e a “independência” conferida a esses trabalhadores, que em sua maioria são de não assalariados, via trabalho nas ruas e domiciliar ou em instituições de trabalho de pseudo-artesãos independentes, apenas mascara a sua submissão e utilidade ao capital.

Assim, aos termos de Malaguti e Tavares, acrescenta-se que a informalidade é, também, produto dessas relações de produção. Para aprofundar essa questão, apresentar-se-á, como expressão da informalidade, a produção de uma população excedente, entendendo-a como uma produção excedente em relação à necessidade média de trabalhadoras e trabalhadores ocupados para a valorização do capital e não excedente para o capital social total. Como analisa Soares (2008, p. 101), como “*lócus* da germinação do trabalho informal”.

### 1.3.1 – A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DA POPULAÇÃO EXCEDENTE

Para aprofundar as questões trazidas no item anterior, da informalidade como um meio de assegurar a maior extração de mais-valia, relacionando-se, portanto, de forma articulada e subordinada ao capital, apresenta-se, como expressão desse processo, a produção de uma população excedente, como dito acima, em relação à necessidade média de trabalhadores ocupados para a valorização do capital, mas não excedente para o capital social total, o que substancia o fato de no Brasil haver um enorme contingente de trabalhadoras e trabalhadores realizando o trabalho de catação de materiais recicláveis.

Diante disso, toma-se, como ponto de partida para desenvolver a questão, a seguinte passagem de Marx: “A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente (...)” (MARX, 2013, p. 705).

Nos termos de Marx, considerando o capital social total e as diferentes esferas da produção, o processo de produção dessa população é definido da seguinte forma. Em decorrência da mera acumulação em *algumas* das esferas da produção, ocorre uma variação na composição do capital sem que se altere sua grandeza bruta. Em *outras* esferas, ocorre um crescimento absoluto do capital vinculado ao decréscimo da força de trabalho por ele absorvida e em *outras*, ora o capital continua a crescer sobre a sua base técnica e atrai força de trabalho suplementar em proporção ao seu próprio crescimento, ora ocorre uma mudança orgânica e a força de trabalho absorvida por ele se contrai.

Nesse processo, completa Marx, em *todas* as esferas da produção, o crescimento da força de trabalho ocupada vincula-se:

(...) *sempre* à flutuações e à produção transitória de uma superpopulação, quer essa adote agora [i] a forma mais notória da repulsão dos trabalhadores já ocupados anteriormente, quer [ii] a forma menos evidente, mas não menos eficaz, de uma absorção mais dificultada da população trabalhadora suplementar (...) (MARX, 2013, p. 705 e 706, grifos próprios).

Marx está propondo que, no percurso de produção de capital, o próprio movimento da população trabalhadora, gera, constantemente, uma população trabalhadora excedente. Graças a esse processo, o “capital adicional” é aplicado ora nos velhos ramos da produção,

ampliando-os, ora em ramos recém-abertos advindos das necessidades dos ramos passados. Para isso, é necessário que “massas humanas estejam disponíveis”, “livres como pássaros” (MARX, 1988, p. 264 e 254). Criadas, portanto, “por métodos que reduzem o número de trabalhadores ocupados em relação à produção aumentada” (MARX, 2013, p. 708).

Nos termos de Marx, demonstra-se que a produção da população excedente é produto das relações de produção, no mesmo sentido em que a informalidade foi analisada neste capítulo. Nesse sentido, conclui-se que as condições que Marx apontou para a produção da população excedente, reproduzem-se atualmente em grande escala, tendo como sua expressão a informalidade. Isto é, no momento no qual a classe trabalhadora é marcada pela intensificação do controle do trabalho, redefinindo a sua organização, a população excedente se expande e ambas são expressões desse processo. Tratando-se, nos termos de Marx, de uma “flutuação” marcada tanto pelo desemprego estrutural, como por uma “inserção dificultada”.

Essa análise substantia, também, os argumentos de que a informalidade não está à margem do capital, na medida em que a população excedente, não apenas é produto do processo, como também é uma massa de trabalhadores necessários a ele.

Diante disso, encaminhando uma discussão que teve como objetivo fornecer condições para se localizar o trabalho de catação de materiais recicláveis no interior de um processo no qual a informalidade se destaca nas relações de produção, percorreu-se um caminho no qual se evidenciou, em primeiro lugar, a produção capitalista em um sentido ampliado, como produção e reprodução de relações sociais. Em seguida, analisou-se o fordismo como um “modo de vida”, que perdura nas relações sociais contemporâneas, ocorrendo, nesse sentido, uma radicalização da racionalidade científica e tecnológica da organização dos processos produtivos. Nesse sentido, combinando formas mais recentes de organização dos processos produtivos com a radicalização da forma mais antiga de racionalização da produção, apontou-se para a crise do capital como um período de ofensiva do capital, de dominação e de reorganização da exploração da classe trabalhadora.

Analisando a informalidade e a produção da população excedente como expressões desse momento, o que se encaminha com este capítulo para ser aprofundado nos capítulos a seguir, é que o trabalho de catação de materiais recicláveis não apenas é útil ao processo de valorização do capital como é parte de um processo histórico de desvalorização da força de trabalho.

No entorno dessa discussão encaminha-se a análise sobre o resgate das associações de trabalho fundadas, neste momento, pelos preceitos da chamada “Economia Solidária”,

também, como expressão das atuais relações de produção, que tem como expressão a presença da informalidade e da expansão da população excedente.

## CAPÍTULO II – ASSOCIAÇÕES DE TRABALHO E A CATAÇÃO DE MATERIAIS REICLÁVEIS

O trabalho de catação de materiais recicláveis é organizado, no que se refere à sociedade brasileira, de duas principais formas. De um lado, a maior parte do contingente estimado em 800 mil catadores, trabalharia nas ruas e em seus próprios domicílios, individualmente ou com a participação de suas famílias, desvinculados de qualquer instituição. De outro, a catação se organizaria nos chamados “empreendimentos coletivos”, onde se estima que em todo país, cerca de 13 mil catadores estivessem trabalhando. Destacando-se, em todo o processo da reciclagem industrial, a informalidade, a utilização de associações de trabalho e da força de trabalho das mulheres, como forma de assegurar ao capital a maior extração de mais-valia.<sup>40</sup>

Esses “empreendimentos coletivos”, nos quais a indústria da reciclagem se apóia, estão estruturados em torno da chamada “Economia Solidária”, fundamentada principalmente, pela Doutrina Social da Igreja Católica e difundida em grupos informais, associações, cooperativas, entre outras instituições, que supostamente operariam em oposição à “economia capitalista”, sendo o seu papel superar o modo de produção capitalista colocando em seu lugar um novo ordenamento social (SOUZA, 2013; WANDERLEY, 2006; WELLEN, 2012; SINGER, 2001; e LAVILLE, 2009).

Essas instituições aparecem com maior vigor, no final do século XX e no início do século XXI, divulgadas como iniciativas supostamente não capitalistas da “sociedade civil”, nas quais os trabalhadores seriam “seus próprios patrões”. Neste estudo, o aumento do número dessas instituições, concomitante ao período da chamada “reestruturação capitalista”, é reflexo do processo de alargamento da informalidade nas relações de produção e da investida político-econômica neoliberal. Considera-se, portanto, que elas se expandem como parte estratégica do processo no qual o capital estruturou transformações econômicas, políticas e sociais como saída para a sua crise.

No capítulo anterior, tendo em vista essa reestruturação, foram construídas as bases para se desenvolver a seguinte questão: de que forma as mudanças na dinâmica do

---

<sup>40</sup> Dados retirados de ARAÚJO e DURÃES, 2010; GRIMBERG, 2008; GUTIERREZ e ZANIN, 2010; IPEA, 2013; e MNCR, 2009. Essas duas formas de organização do trabalho de catação, no entanto, não são únicas nesse processo e, tampouco, são categorias estanques, variando com as especificidades das relações de trabalho de cada trabalhador.

capitalismo do final do século XX e início do século XXI se relacionam com a atividade de catação, tendo em vista que essa atividade se expandiu concomitante a elas?

Foi definido que esse período seria marcado, sobretudo, pela intensificação do controle do trabalho, redefinindo a sua organização. Onde algumas ocupações desapareceram, outras se transformaram e algumas emergiram fundadas em antigas formas de exploração do trabalho, inseguras e com o coletivo de trabalho desorganizado, possibilitando alto nível de exploração e expansão das taxas de lucro. Tratar-se-ia, portanto, de um período de ofensiva do capital de dominação e de reorganização da exploração da classe trabalhadora. Afirmou-se, por fim, que as transformações ocorridas no final do século XX e no início do século XXI, combinam formas mais recentes de organização dos processos produtivos com a radicalização da forma mais antiga de racionalização da produção.

Essas seriam as condições políticas, econômicas e sociais nas quais a expansão da catação de materiais recicláveis foi possibilitada e fornecem as bases para a discussão encaminhada neste capítulo, na medida em que a informalidade nas relações de produção é apresentada como expressão das transformações do período, no qual as associações de trabalho se expandem, por sua vez, como expressão da informalidade. Acrescentando a essa discussão que, dialeticamente articulado a esse processo, os preceitos neoliberais que incentivam o enxugamento do “papel” do Estado e o alargamento da responsabilização da “sociedade civil”, impulsionam ainda mais a expansão desses “empreendimentos coletivos”.<sup>41</sup>

Lembrando que o objetivo central deste estudo é analisar como a reciclagem se estrutura no capitalismo contemporâneo, evidenciando a oculta exploração da força de trabalho no processo industrial de reciclagem, sobretudo no que se refere ao interior paulista e dando maior destaque para a exploração do trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis, neste momento, aprofunda-se ainda mais essa discussão questionando quais pressões diretas e indiretas exercidas pelo Estado e outras instituições, recaíram sobre essa ocupação laboral de modo a expandi-la?

Diante disso, o objetivo deste capítulo é aprofundar a proposta do capítulo anterior de fornecer as condições para se localizar o trabalho de catação de materiais recicláveis no interior de um processo no qual a informalidade se destaca nas relações de produção, entendendo-a como expressão da radicalização da racionalidade da produção, que culmina no

---

<sup>41</sup> Para Tavares, citada no capítulo anterior, analisando a informalidade nas relações de produção, percebe-se no período que a instância intermediadora da proteção social teria se deslocado do Estado para as “organizações não governamentais” (ONGs) (TAVARES, 2002, p. 50).



crescimento da população excedente analisando, neste momento, a utilidade das associações de trabalho ao capitalismo contemporâneo.

Para isto, o seguinte caminho será percorrido. De forma introdutória, será analisada a crescente informalidade nas relações de produção como um processo no qual as associações de trabalho se expandem fundadas, sobretudo, em uma concepção democrático-liberal na qual a chamada “sociedade civil”, supostamente representando uma esfera diferenciada do Estado, seria responsável por competências como o trabalho, a alimentação, a saúde e o saneamento básico da população, devido a um enxugamento da responsabilização do Estado (WOOD, 2003).

Dentro desse processo, analisa-se a apropriação da igreja católica dessa concepção democrático-liberal, exercendo forte influência sobre a organização dos processos produtivos, como uma das principais instituições responsáveis pelo resgate do cooperativismo do século XIX, moldando-o aos preceitos da chamada “Economia Solidária”, que supostamente se oporia à “economia capitalista” (SOUZA, 2013; WANDERLEY, 2006; WELLEN, 2012).

Em seguida, serão analisadas as associações de trabalho fundamentadas na “Economia Solidária”, nas quais a indústria da reciclagem se estrutura. Será feita uma crítica à proposição de que elas constituem uma forma mais democrática e não capitalista de organização do trabalho e de seu papel seria superar o modo de produção capitalista colocando em seu lugar um novo ordenamento social, cujo principal expoente no Brasil seria Paul Singer, que defende a ideia de que a “Economia Solidária” se constitui em uma “terceira via” na organização do trabalho, nem socialista, como buscava o cooperativismo do século XIX, e nem capitalista (SINGER, 2001).

Esta análise será aprofundada estabelecendo uma comparação entre as ideias da “Economia Solidária” e, através de uma discussão realizada por Rosa Luxemburgo (2011), a proposta cooperativista do século XIX, fundamentada por Eduard Bernstein como um ideal de organização do trabalho da social democracia alemã.

Por fim, será discutida a questão levantada a reboque desse movimento de construção de um suposto “novo ordenamento econômico”, de que a mulher, sobretudo a mulher pobre, seria um sujeito historicamente dotado de capacidades para a promoção dessa “Economia Solidária” (GUÉRIN, 2005; LAVILLE, 2009; e WIRTH, 2013).

Será discutido, portanto, que a emergência das associações de trabalho, fundadas nos preceitos da “Economia Solidária”, tem apoio em dois processos articulados. Por um lado, no processo de expansão do conceito moderno de “sociedade civil”, como o analisa Ellen M.

Wood (2003), no qual ao representar uma esfera diferenciada do Estado democrático-liberal, a “sociedade civil” acumularia responsabilidades transferidas por ele. Por outro, na intervenção da igreja católica, ancorada nessa concepção democrático-liberal, no processo de produção capitalista.

## 2.1 – ESTADO E “SOCIEDADE CIVIL”: A INFLUÊNCIA DA IGREJA CATÓLICA NA ORGANIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE TRABALHO

Como reflexo das transformações ocorridas no período entre o fim do século XX e que se estendem aos dias atuais, período no qual ocorre um crescimento na informalidade nas relações de produção, teria ocorrido um deslocamento das responsabilidades estatais para instâncias da chamada “sociedade civil”. Nesse sentido, as associações de trabalho se expandem fundadas, sobretudo, nessa crescente informalidade nas relações de produção e em uma disseminação da ideologia democrático-liberal na qual a chamada “sociedade civil”, supostamente representando uma esfera diferenciada do Estado, seria responsável por competências como o trabalho, a alimentação, a saúde e o saneamento básico da população, devido a um enxugamento da responsabilização do Estado.

Para analisar o aprofundamento do binarismo entre Estado e “sociedade civil”, Wood resgata a história antiga da Grécia remontando uma trajetória do conceito de “democracia”. Segundo a autora, até o último quarto do século XVIII ou pelo menos até a redefinição estadunidense do conceito, o significado predominante de “democracia” seria essencialmente o significado adotado pelos gregos que inventaram a palavra. Teria, assim, na constituição original do conceito, a palavra grega *demos* (o “povo”) com o significado duplo de *status* cívico e categoria social. Embora os romanos antigos e os gregos tendessem a identificar o Estado com a comunidade de cidadãos, para a autora, eles teriam produzido alguns dos principais avanços na separação conceitual entre Estado e “sociedade” (WOOD, 2003).

Desde então, a palavra teria se submetido a transformações como a sua redefinição estadunidense que teria sido decisiva. Na “democracia representativa” americana, o “governo pelo povo” apesar de ter continuado a ser o principal critério na definição do conceito, o *governo* teria sido filtrado pela representação controlada pela oligarquia e o *povo* teria sido esvaziado de conteúdo social (WOOD, 2003, p. 194).

No século XX, o conceito de “democracia” teria sido novamente submetido a pressões ideológicas pelas classes dominantes, exigindo a separação clara entre a “democracia” e o “o

povo”, ou, em outras palavras, entre o Estado e a “sociedade civil”. O efeito teria sido a mudança do foco da “democracia”, em seu sentido original, para a representação da “privacidade” e do “isolamento do cidadão individual”. O conceito de “democracia”, portanto, passou a ser identificado com o *liberalismo* que, nas palavras da autora:

(...) é claramente ilusório e variável (...) um corpo de princípios geralmente relacionados a governo “limitado”, a liberdades civis, a proteção da esfera de privacidade contra a invasão pelo Estado, junto com a ênfase na individualidade, na diversidade e no pluralismo (WOOD, 2003, p. 196).

Para Wood, nesse sentido, o conceito moderno de “sociedade civil” estaria associado às relações de propriedade específicas do capitalismo e essa concepção teria aparecido pela primeira vez no século XVIII. Esse conceito representaria uma esfera diferenciada do Estado, que estaria separada das relações e das atividades humanas. Não seria nem pública e nem privada, ou talvez fossem as duas coisas ao mesmo tempo. Incorporaria toda uma gama de interações sociais fora da esfera privada do lar e fora da esfera do mercado. Dessa forma, na opinião de Wood, correr-se-ia o risco de ver o conceito de “sociedade civil” tornar-se “um alibi para o capitalismo”, além de se tornar uma “expressão mágica e adaptável a todas as situações da esquerda” (WOOD, 2003, p. 205 e 206).

Resgatando a discussão sobre Estado e “sociedade civil” de Marx e Hegel, segundo a autora, o primeiro teria transformado a distinção do segundo ao negar a universalidade do Estado e ao insistir que ele (o Estado) expressava as particularidades da “sociedade civil” e suas relações de classe. Isso o teria forçado a explorar a “sociedade civil” sob a forma de uma crítica à economia política. Porém, teria sido necessária a reformulação de Antonio Gramsci para “ressuscitar” o conceito de “sociedade civil” “como um princípio organizador central da teoria socialista”. Para ele, segundo Wood, esse conceito deveria ser uma arma contra o capitalismo (WOOD, 2003, p. 207).

O conceito de “sociedade civil” (um “abrigo conceitual”, segundo Wood) traria, portanto, duas especificidades: a identificação de uma arena de liberdade (pelo menos potencial) fora do Estado e a redução do sistema capitalista (ou “a economia”) a uma mera esfera da sociedade moderna. Essa divisão entre o político e o social, que estaria no âmago da democracia do ocidente, possibilitaria que se vivesse, novamente, a preocupação liberal “com a limitação e legitimação do poder político e, principalmente, com o controle desse poder pela

liberdade de associação e de organização autônoma dentro da sociedade” (WOOD, 2003, p. 208 a 214).<sup>42</sup>

De uma forma geral, esses processos articulados à igreja católica impulsionam a utilização das associações de trabalho como forma de expandir a extração de mais-valia. Na medida em que o Estado se desvincula de responsabilidades sociais básicas, como o trabalho, a educação, a saúde e a infraestrutura (lixo, asfalto, esgoto, água encanada e luz), deslocando-as para as mãos da “sociedade civil”, a igreja católica pode colocar em prática a sua doutrina de organização do trabalho, onde a exploração do capital se ofusca, veiculando a emergência das atuais associações de trabalho mediante a aplicação do *princípio de subsidiaridade* às iniciativas da “sociedade civil”, construindo, assim como analisa André R. de Souza (2013), a matriz da chamada “Economia Solidária”.

Dois processos, desenvolvidos no Brasil pela organização religiosa Cáritas<sup>43</sup>, são fundamentais para analisarmos essa questão. O primeiro se refere aos Projetos Alternativos Populares (PACs), que tiveram seu início na década de 1980 e, o segundo, como um desdobramento do primeiro, a Economia Popular Sustentável (EPS) que se desenvolveu mais recentemente, a partir da segunda metade da década de 1990.

Ambos os projetos se organizam em torno da “Economia Solidária”, fundamentada pela Doutrina Social da Igreja Católica e difundida por todo o país nos chamados “empreendimentos econômicos solidários” sob a forma coletiva ou autogestionária, como grupos informais, associações, cooperativas, sociedades mercantis de responsabilidade limitada, sociedades mercantis de posse coletiva, que supostamente operam em oposição à economia capitalista (SOUZA, 2013 e WELLEN, 2012).

Para Souza, as contradições decorrentes da relação capital *versus* trabalho no final do século XIX, com a conseqüente necessidade de mudanças exclamadas pelos sindicatos e partidos operários, teria sido o pano de fundo da Doutrina Social da Igreja Católica. A Doutrina se fundamentaria na encíclica *Rerum Novarum* de 1891, delineada pelo Papa Leão XIII (1810-1903), onde é denunciada, nas palavras de Souza, “a precária condição da vida

---

<sup>42</sup> Para Wood, o projeto da ecologia (o movimento cultural ambientalista) e até mesmo o feminismo, por exemplo, estariam baseados nesse conceito de “sociedade civil” (WOOD, 2003, p. 210). Isto é, estariam fundamentados na separação entre Estado e “sociedade civil”, onde o segundo estaria dissociado do capitalismo e apenas o primeiro seria o responsável pelas mazelas desse sistema de produção e acumulação. Estariam, portanto, fundados em preceitos da democracia liberal.

<sup>43</sup> A Cáritas é um organismo da igreja católica presente em mais de 200 países, com sede no Vaticano desde 1897. A Cáritas Brasileira é um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) encarregado de prestar assistência às vítimas de desastres naturais ou socioeconômicos devido às crises engendradas pelo capital. Ela foi instituída em 1956 e em seguida reconhecida como entidade de utilidade pública federal, o que, como dito acima, lhe permite estabelecer convênios com instâncias do governo.

operária, apontando o dever do Estado de garantir direitos sociais” e proposta “uma verdade política social”, com alguma atribuição de culpa ao capitalismo, porém, condenando o socialismo de Estado (SOUZA, 2013, p. 69).<sup>44</sup>

Para Luiz E. W. Wanderley, a *Rerum Novarum* contrapor-se-ia à luta de classes “como meio central para a mudança social” e fundamentaria a doutrina católica sobre o trabalho e a propriedade. No entanto, teria sido com a publicação em 1931 da encíclica *Quadragesimo anno* por Pio XI (1857-1939), que a igreja teria encontrado os fundamentos da “Economia Solidária”. Com essa encíclica teria se acrescentado novos princípios, dentre os quais o *princípio de subsidiariedade* nas relações entre o Estado e o “setor privado”, que valorizaria a “sociedade civil”, a família, os grupos, as associações, os espaços locais e, até mesmo, “a necessidade das sociedades superiores ajudarem as menores” (WANDERLEY, 2006).

Ainda segundo Wanderley, numa atualização desses documentos, o papa João XXIII (1961-1963) elaborou a encíclica *Mater et Magistra* (1961), na qual se destacam as noções de comunidade e socialização, a “colaboração da Igreja com todos os homens na construção da sua dignidade”. Mais tarde, o Papa Paulo VI (1963-1978) instituiu a Pontifícia Comissão Justiça e Paz e, em 1971, publicou a *Carta Apostólica Octogésima Adveniens*, centrada em uma concepção de “sociedade pós-industrial”, discutindo urbanização, desemprego, emigração, entre outras questões (WANDERLEY, 2006).

Retomando Souza, entre os anos 1950 e 1970, a igreja católica teria passado por uma mudança “axiológica”, direcionando o seu foco menos para questões sexuais e familiares, para se voltar mais às questões sociais e ao trabalho político de influência marxista. A igreja desenvolveu naquele momento o Movimento da Ação Católica e derivantes como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC), voltados para a propagação da Doutrina Social da Igreja, tendo como uma das lideranças, por exemplo, o ex-governador do Estado de São Paulo, José Serra (SOUZA, 2013, pp. 13 a 28).<sup>45</sup>

Após o caminho aberto pela Doutrina Social da Igreja Católica através da *Rerum Novarum* de 1891, *Quadragesimo Anno* de 1931 e *Mater et Magistra* de 1961, a Cáritas ancorou-se em mais duas encíclicas, a *Gaudium et Spes* de 1965 e a *Populorum Progressio* de

---

<sup>44</sup> Segundo Souza, Pio XI (1922-1939) “também ficou marcado por seu conservadorismo político, pois por meio da encíclica *Divini Redemptoris* de 1937, condenou oficialmente o comunismo e concedeu apoio aos líderes fascistas europeus Benito Mussolini e Francisco Franco” (SOUZA, 2013, p. 71).

<sup>45</sup> Foi nesse momento, também, que a Teologia da Libertação foi desenvolvida, inserindo-se, dessa forma, na base das organizações dos fundos de greve do ABC na década de 1970, quando floresceu o chamado “novo sindicalismo” que tem o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) como representantes. Outra base na qual a igreja se fez presente foi a do Movimento Sem Terra, com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) (SOUZA, 2013, pp. 13 a 28).

1967, para criar em 1980, segundo ela mesma, “instrumentos pedagógicos para uma ação social de novo tipo, supostamente não paternalista, nem assistencialista”, por meio dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs). Em outras palavras, através de pequenas iniciativas populares, a Cáritas concedeu apoio financeiro com o objetivo de criar oportunidades de geração de trabalho e renda a partir de uma lógica menos mercantil do que pedagógica, edificando os pilares da Economia Solidária (SOUZA, 2013, pp. 13-14, 81-112 e 105).<sup>46</sup>

Segundo Souza, até o final da década de 1980, os recursos da Cáritas eram repassados aos grupos comunitários sob a forma de fundo perdido<sup>47</sup>, o que mudou a partir do ano de 1989 quando os secretários regionais começaram o debate sobre necessidade de “responsabilização financeira”, o que levou a Cáritas a conceber os financiamentos como parte de algo maior, traduzido no termo “economia popular solidária” (SOUZA, 2013, p. 104 e 106).

Esta questão teria ficado mais acentuada com o declínio do volume de recursos de organizações de cooperação internacional destinados à América Latina, frente ao fim da Guerra Fria. Assim, no Brasil, concomitante à multiplicação das “experiências chamadas de microcrédito”, esse processo resultou em profundas mudanças nos fundos de apoio aos PACs geridos pela Cáritas, nas quais a partir de 1996, os secretários regionais passaram a estabelecer critérios rígidos de acesso aos recursos. Os fundos teriam começado a exigir restituição total do crédito destinado aos projetos produtivos e um percentual menor para os projetos de infraestrutura comunitária e social. Diante disso, a Cáritas teria passado a dar maior importância aos fundos de instituições públicas, fundações privadas e campanhas variadas para apoiar os grupos comunitários, agindo como procuradora e representante política (SOUZA, 2013, p. 104, 105 e 106).

Assim, para Souza, a Economia Popular Solidária (EPS), altamente hierarquizada, centrada no Vaticano, teria se difundido, com uma conotação supostamente democrática, fazendo da Economia Solidária uma importante “opção” de trabalho para os mais pobres da sociedade. A igreja católica constituiu-se, assim, na matriz da chamada “Economia Solidária”, resgatando valores e práticas cooperativistas do século XIX, que tinham, também, sido experimentados por padres nos anos 1950 e 1960 (SOUZA, 2013, p. 106 e 112).<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup> Ainda segundo Souza (2013, p. 106), a Cáritas Regional avaliou ter apoiado cerca de mil PACs entre 1986 e 2000.

<sup>47</sup> Recursos não reembolsáveis, geralmente voltados à área social.

<sup>48</sup> Veja em anexo o quadro comparativo entre Economia capitalista, PACs e EPS, elaborado e difundido pela Cáritas.

Assim, a “ordenação da casa de forma solidária”<sup>49</sup> menos é tratada como uma política de e para a precarização do trabalho, mediada pela igreja católica e subordinada às formas de exploração tipicamente capitalistas do que uma forma de “geração de trabalho e renda”, supostamente mais democrática e desvinculada da “economia capitalista”.

Demonstrada a interferência da igreja católica nesse processo de construção do que constitui atualmente a “Economia Solidária”, mediante a precarização das relações de trabalho e o aprofundamento desse quadro impulsionado pelo neoliberalismo, passa-se a analisar, neste momento, as associações de trabalho fundamentadas na “Economia Solidária”, nas quais a indústria da reciclagem se estrutura. Será feita uma crítica à proposição de que elas constituem uma forma mais democrática e não capitalista de organização do trabalho e que seu papel seria superar o modo de produção capitalista colocando em seu lugar um novo ordenamento social, estabelecendo, para isso, uma comparação entre as ideias da “Economia Solidária” e a proposta cooperativista do século XIX, fundamentada por Eduard Bernstein como um ideal de organização do trabalho da social democracia alemã, através de uma discussão realizada por Rosa Luxemburgo (2011).

## 2.2 – AS ATUAIS ASSOCIAÇÕES DE TRABALHO DA “ECONOMIA SOLIDÁRIA” E O COOPERATIVISMO DA SOCIAL DEMOCRACIA ALEMÃ DO SÉCULO XIX

O eixo da chamada “Economia Solidária” está no cooperativismo do final do século XVIII e início do século XIX, nascido na Europa como uma forma de resistência de trabalhadoras e trabalhadores à exploração capitalista, como será discutido adiante. Segundo Souza, o formato atual teria como princípios norteadores a experiência britânica de 1844, com a experiência da cooperativa de consumo iniciada por 28 tecelões conhecidos como os *Pioneiros Equitativos de Rochdale* (SOUZA, 2013, p. 40).

Segundo Márcia de Paula Leite e a pesquisadora Isabel P. H. Georges, a “Economia Solidária”, assim como para Souza, teria surgido como um movimento dos trabalhadores voltado para a garantia de sua sobrevivência, à semelhança do que já teria ocorrido em vários outros momentos da história, acrescido o fato de que o fenômeno viria adquirindo recentemente “uma magnitude e uma capacidade de disseminação não ocorrida anteriormente”. Segundo as autoras, o trabalho cooperativado e autogestionário surgiriam e

---

<sup>49</sup> A palavra economia significa etimologicamente, “a ordenação da casa”, oriunda da palavra grega *oikos* (casa), enquanto que o sufixo *nomia* significa um conjunto de normas, regras e leis.

ressurgiriam ciclicamente em vários lugares do mundo, acompanhando as crises do capitalismo (LEITE e GEORGES, 2012, p. 14 e 15).<sup>50</sup>

Para outro estudioso do assunto, Jacob C. Lima, a “Economia Solidária” teria se constituído em um “campo disciplinar”, que pode ser dividido em três principais momentos. Antes deles, haveria apenas referências esparsas, com algumas experiências no Estado do Rio Grande do Sul ou em São Paulo, vinculadas ou aos movimentos anarquistas do início do século XX, ou à igreja católica, a partir dos anos 1950 (LIMA, 2012, p. 196 e 197).

O primeiro momento da “Economia Solidária” no debate acadêmico iria até meados da década de 1980, quando o cooperativismo teria “ressurgido” no Brasil. O debate fundado na época discorreria sobre as possibilidades acerca do socialismo, da autogestão e da economia como crítica ao capitalismo e ao socialismo de Estado. O segundo momento dataria a partir da década de 1990, com a “multiplicação de experiências decorrentes da reestruturação econômica”, discutindo, frente ao desemprego estrutural, o trabalho associado relacionado à precarização em um contexto do crescimento do chamado terceiro setor. O terceiro momento é marcado pelo aparecimento, no contexto europeu, da chamada “economia social”, que inclui a autogestão como fundante de uma “outra economia”, “uma forma plural de produção e de participação política” (LIMA, 2012, p. 196 e 197).

Segundo Lima, embora não se limitando às cooperativas, esse debate teria legitimado ideologicamente o chamado “novo” e o “velho” cooperativismo, onde o primeiro seria “percebido como alternativa solidária ao capitalismo” e o velho, já teria sido incorporado ao mercado (LIMA, 2012, p. 196 e 197).

Tem-se, assim, a interpretação *mais recorrente* sobre as atuais associações de trabalho pautadas pela “Economia Solidária”. Elas seriam, segundo seus entusiastas, uma forma supostamente mais democrática de geração de trabalho e renda, paralela à “economia capitalista”, colocando em prática um “novo ordenamento social” (SINGER, 2001; LAVILLE, 2009).

O “novo” cooperativismo chegaria, então, na virada do século XX para o século XXI, como uma reação das trabalhadoras e trabalhadores frente ao desemprego estrutural, visando um modelo que não fosse a propriedade privada dos meios de produção, a produção da mais-valia e a alienação do trabalhador, constituindo, ao contrário, uma “terceira via” entre o atual

---

<sup>50</sup> Esse teria sido o pano de fundo de seu surgimento na França e na Inglaterra em meados do século XIX. Mais tarde, o mesmo teria ocorrido em seu reaparecimento na França no âmbito do movimento social de 1968, em Portugal, após a Revolução dos Cravos de 1974, bem como no quadro atual de crise mundial do capitalismo (LEITE e GEORGES, 2012, p. 14 e 15).



capitalismo e as antigas propostas primárias do “comunismo centralizador” (SOUZA, 2013, p. 25).

Nesse sentido, para Paul Singer, um dos principais idealizadores desse cooperativismo de “novo tipo”, a reprodução de qualquer sociedade requereria “alguma solidariedade”, estando assim, a sociedade capitalista cindida entre as esferas do competitivo e do solidário, no qual os pobres, que também seriam mais religiosos, teriam mais condições de desenvolverem a cultura da solidariedade de forma “natural”. Nesses empreendimentos, segundo Singer, desapareceriam, inclusive, as hierarquias de remunerações (SINGER, 2001).

Neste estudo, a “Economia Solidária” no capitalismo parece ser uma contradição nos termos. Primeiro, porque a terminologia está ancorada em uma concepção na qual a “economia capitalista” é apenas uma em meio a tantas outras articuladas a ela ou não, constituindo o modo de produção, na medida em que é maleável ou até mesmo substituível, sem que seja necessária a superação do modo de produção. Segundo, porque negado o ponto anterior, é dissimulador relacionar palavras de proposições opostas como *solidariedade* e *capitalismo*, para designar “empreendimentos econômicos”, assim como também entende Wellen:

O próprio termo “economia solidária” já representa uma inovação semântica, visto que busca unificar dois elementos que, no sistema produtivo vigente, configuram-se por uma oposição: a economia, que é capitalista, com uma valoração supostamente solidária (WELLEN, 2012, p. 19).

Traz-se agora, a interpretação *menos recorrente* a respeito da “ordenação da casa de forma solidária”, a qual este estudo se aproxima, como política de e para a precarização do trabalho, mediada pela igreja católica e subordinada às formas de organização do trabalho tipicamente capitalistas.

A referência a vários modos de produção que “conviveriam” com o modo de produção capitalista é frequente nas Ciências Sociais contemporânea. Para André Gorz, por exemplo, uma “economia do conhecimento”, aos moldes do que está sendo tratada a “Economia Solidária”, teria se constituído nas sociedades da Europa ocidental e se colocaria tendencialmente em oposição à produção tipicamente capitalista, produtora de valor (GORZ, 2005, p. 9 e 15).<sup>51</sup>

---

<sup>51</sup> Ver sobre isso em AMORIM, 2009, p. 121.

É razoável a relação que se estabelece com o estudo de Gorz, na medida em que as duas economias, a “solidária” e a “do conhecimento”, supostamente conviveriam com a “economia capitalista” não apenas por compreenderem que ambas não veiculam atividades tipicamente capitalistas, na medida em que são consideradas improdutivas, ou seja, que na sua realização imediata não geram valor, mas, são consideradas paralelas também porque seriam concebidas como mais humanizadas e até mesmo seriam portadoras, nas palavras de Gorz:

(...) [dos] germes de uma negação e de uma superação do capitalismo (...). Somente nessa outra economia [no caso, a do “conhecimento”, curiosamente semelhante ao que divulga ser a “solidária”], que também é o outro da economia, aprendemos a humanizar a nós mesmos reciprocamente e produzir uma cultura da solidariedade e da coletividade (GORZ, 2005, p. 53-57).

Contudo, o ponto norteador desta discussão é o de que se entende o capitalismo não como fragmento da organização da produção da sociedade, como uma “economia capitalista”, mas como o próprio modo de produção da vida material, na qual as formas de organização do trabalho, sejam elas tipicamente capitalistas ou não, estão submetidas ao modo de produção capitalista, como já foi observado no capítulo anterior.

Assim, nas palavras de Karl Marx e Friedrich Engels no texto *A ideologia alemã* de 1846:

Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar a sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos (MARX e ENGELS, 2007, p. 87, grifos dos autores).

Nesse sentido, tem-se que uma forma de organização do trabalho que não a tipicamente capitalista, não deve ser confundida com um modo de produção concorrente ao capitalista, pois, não compete paralelamente a ele, mas a ele, como uma forma de organização do trabalho, está submetida.

Assim, segundo as autoras Leite e Georges, no Brasil, as experiências da então “Economia Solidária” começam a aparecer, quer como forma de geração de trabalho e renda no quadro de um mercado de trabalho profundamente desestruturado, quer como política empresarial de precarização do trabalho (LEITE e GEORGES, 2012, p. 17).

Embora haja, há mais de um século, um debate em torno da função social democrática dessas instituições, foi a partir da década de 1980 que elas emergiram em grande número no Brasil, porém, resgatando as teses de sua função não capitalista e democrática divulgadas, especialmente pela social democracia alemã, no final do século XIX, como Rosa Luxemburgo discutiu em 1899 (LUXEMBURGO, 2011, p. 1, 2 e 11).

A autora contrapõe-se a essas teses entendendo-as como “reformistas”, onde a luta contra o modo de produção capitalista se pautaria em reformas, na melhoria da situação da classe trabalhadora e no apoio às instituições democráticas como finalidade e não como meio, rumo ao objetivo final que seria a tomada do poder político e a superação do trabalho assalariado. Isto, nas palavras de Rosa, levaria “a que o socialismo deixe de ser uma necessidade histórica” (LUXEMBURGO, 2011, p. 1, 2 e 11).

Segundo Luxemburgo, para a social democracia alemã, haveria um elo indissolúvel entre a reforma social e a revolução, meio e finalidade, respectivamente. No entanto, esses elementos teriam sido separados pela primeira vez por Bernstein, que, segundo ela, elaborou a fundamentação teórica para a parte “oportunista” do movimento alemão, defendendo que a reforma não seria apenas o meio, mas a própria finalidade da luta de classes, retirando de sua análise o colapso geral do capitalismo que se tornaria cada vez menos provável (LUXEMBURGO, 2011, p. 6).

O objetivo de Bernstein e dessa parcela do movimento seria a de conquistar a melhoria da classe trabalhadora e não a tomada do poder político e instaurar o socialismo não na sequência de uma crise social e política, mas por uma extensão gradual do controle social da economia e *pelo estabelecimento progressivo de um sistema de cooperativas* (LUXEMBURGO, 2011, p. 7).<sup>52</sup>

Como observa Rosa, o “desmoronamento total” do capitalismo e o socialismo como uma necessidade histórica seria improvável do ponto de vista de Bernstein. Para ele, a

---

<sup>52</sup> A teoria de Bernstein estaria, segundo Rosa, em absoluta contradição com os princípios do “socialismo científico” e a autora atenta para a afirmação de que o ponto de partida da revolução socialista como uma crise geral e destruidora, necessita de melhor distinção entre a sua ideia fundamental e a sua forma exterior, antes de descartá-la como o faz Bernstein. A ideia fundamental consistiria, como o pressuposto da teoria socialista, que o capitalismo fará surgir de si próprio, em virtude de suas contradições internas, o momento em que esse seu equilíbrio será rompido e onde se tornará impossível. A crise catastrófica é secundária e colateral para a ideia fundamental, que se apoia em três eixos principais do capitalismo: (i) anarquia crescente da economia, que conduzirá ao seu declínio; (ii) sobre a socialização crescente do processo de produção, que cria os fundamentos positivos da ordem social futura; (iii) no poder e consciência de classe do proletariado e que constituem o elemento ativo da transformação iminente. Nas palavras de Rosa, a análise marxista “não pressupõe um determinado ritmo de concentração da indústria, quer dizer, um determinado prazo para a realização do objetivo final socialista, nem (...), um desaparecimento absoluto dos pequenos capitais ou o desaparecimento da pequena burguesia como condição para a viabilidade do socialismo” (LUXEMBURGO, 2011, p. 8 e 47).

produção estaria cada vez mais diferenciada e a sua decadência não seria vista pelas seguintes razões: a) pela capacidade de adaptação do capitalismo que se manifestaria pela ausência de crises generalizadas e através dos seguintes “meios de adaptação”: em decorrência da evolução do crédito das organizações patronais; das comunicações; e dos serviços de informação; b) Pela sobrevivência das classes médias, resultado da diferenciação crescente dos ramos de produção e da elevação de largas camadas proletárias ao nível médio; pela melhoria econômica e política do proletariado através da ação sindical (LUXEMBURGO, 2011, p. 9 e 10).

Rejeitando a anarquia crescente da "economia capitalista", para Bernstein o socialismo teria deixado de ser uma necessidade histórica. Assim, restariam apenas a socialização dos meios de produção e a consciência de classe do proletariado, as duas bases teóricas nas quais se fundamentam as cooperativas do final do século XIX e início do século XX.

Em seu entendimento nessas teses ou a transformação da sociedade rumo ao socialismo viria como consequência das contradições objetivas da ordem capitalista, que com seu crescimento desenvolveria suas contradições internas e, inevitavelmente, em algum momento teria como resultado o seu colapso, significando que os “meios de adaptação” apontados por ele são ineficazes e que a teoria do colapso é correta. Ou, ao contrário, os “meios de adaptação” realmente previnem um colapso do sistema capitalista, superam suas contradições, levando a que o socialismo deixe de ser uma necessidade histórica. Isto levaria, nas palavras de Rosa, a outro dilema:

(...) ou Bernstein tem razão no que se refere à marcha do desenvolvimento capitalista e a metamorfose socialista da sociedade se transforma em utopia, ou o socialismo não é uma utopia, e, então, a teoria dos “meios de adaptação” não é válida. *That is the question* (LUXEMBURGO, 2011, p. 11).

Diante da discussão de Luxemburgo sobre o cooperativismo do século XIX, avaliando os pilares do chamado “novo” cooperativismo ou da chamada “Economia Solidária”, não passam de necessidades colocadas pela democracia liberal, como visto acima.

Conforme analisa o pesquisador brasileiro Henrique Wellen, na visão dos defensores desse “projeto social”, como o alemão Eduard Bernstein, idealizador das teses reformistas, refutadas por Rosa Luxemburgo e, mais recentemente, Paul Singer, seu papel seria supostamente o de superar o modo de produção capitalista colocando em seu lugar um novo ordenamento social (WELLEN, 2012, p. 23).

Enquanto Bernstein, vê a realização do socialismo pela transformação dos pobres em ricos ou, na sua visão, pela atenuação dos antagonismos de classe (LUXEMBURGO, 2011, p. 50), Singer, vê nos pobres a possibilidade real de exercer a solidariedade, fundamental para a transformação da sociedade pela “terceira via econômica” (SINGER, 2001).

### 2.3 – A MULHER COMO SUJEITO DA “ECONOMIA SOLIDÁRIA”

A reboque desse movimento de construção de um suposto “novo ordenamento econômico”, levantou-se a questão de se haveria um sujeito historicamente dotado de capacidades para a promoção dessa economia “solidária”, esse seria o sujeito mulher (GUÉRIN, 2005; LAVILLE, 2009; e WIRTH, 2013).

Isto se deu menos pela permanência da divisão social do trabalho entre os sexos, sobretudo, do trabalho doméstico, o que faz com que as mulheres ocupem as atividades mais precárias e mais inseguras e por isso sejam maioria nos “empreendimentos econômicos solidários”, embora nessa tese se leve isso em consideração, do que pelo suposto papel revolucionário dessas instituições sobre a economia e sobre a divisão social do trabalho entre os sexos, nas quais as mulheres, como maioria, veiculam não apenas uma economia mais justa e democrática, mas fundamentalmente pautada na igualdade entre os sexos.

Para o sociólogo e economista francês, Jean-Louis Laville, a “Economia Solidária” pretenderia a democratização da economia atingida por meio do engajamento dos atores nela envolvidos. Em suas palavras, as mulheres que participam dessas instituições, se empenhariam em sectores ligados à vida quotidiana, convertendo, nesse sentido, os seus “saberes tradicionais” em “competências profissionais”. Para o autor, as mulheres são maioria nas iniciativas populares, justamente porque, em suas palavras,

(...) elas consideram que estas iniciativas colectivas são susceptíveis de identificar e contextualizar as necessidades, para depois as exprimir e levar à esfera pública (...). Estas acções colectivas pretendem ser, em primeiro lugar, respostas pragmáticas a problemas da vida quotidiana. Todavia, também formulam reivindicações sociais e ambientais, estabelecendo uma ligação com o feminismo ecológico que se insurge contra uma concepção materialista e economicista da riqueza que assimila os saberes domésticos a qualidades “inatas”, a um “altruísmo” e a “obrigações” femininas (LAVILLE, 2009, p. 20, 31 e 42).

Essa tese se fundamenta em duas frentes, a primeira se refere à própria “Economia Solidária” como instituição promotora de “outra economia” que não a capitalista e a segunda, diz respeito a uma vertente da chamada “economia feminista”, para a qual, a partir de uma crítica à economia neoclássica e marxista<sup>53</sup>, a “produção da vida humana”, deveria emergir à hierarquia produtiva mercantil, na qual os trabalhos domésticos historicamente delegados às mulheres, não são contabilizados.

Para a pesquisadora francesa Isabelle Guérin, por exemplo, sobre suas pesquisas realizadas na França e no Senegal, diante de uma “feminização da pobreza”, através das experiências “solidárias”,

(...) as mulheres adquirem respeito por si mesmas e constroem sua autonomia pessoal a partir da definição de um projeto de vida. (...). Por fim, elas ganham consciência de seus direitos e conseguem fazê-los valer graças ao aprendizado ou ao reaprendizado das relações de cooperação e solidariedade, e graças a uma participação na sociedade civil até então inacessível (GUÉRIN, 2005, p. 147 e 148).

Para Guérin, a localização dessas instituições de trabalho feminino associado se tornou lugar privilegiado “para identificar os problemas mais gritantes” da sociedade (GUÉRIN, 2005, p. 147). Assim, ao estabelecer uma relação entre as teses da “economia feminista” e da “economia solidária”, a mulher, dotada de capacidades historicamente estabelecidas para transformar a sua própria miséria e a miséria da produção capitalista sexuada, seria eleita o sujeito central desse processo. Nesse caso, a submissão da economia solidária ao capitalismo está completamente ocultada.

Essa questão pode ser verificada no estudo de Ioli Gewehr Wirth, no qual, nas palavras da autora,

(...) a economia feminista, tal como a Economia Solidária, sinaliza para uma compreensão mais ampla de trabalho, que rompe com o objetivo da acumulação de capital. Dessa maneira, essa proposta de organização solidária abriria caminho para o questionamento da naturalização das formas de exploração inclusive daquela organizada pela desigualdade entre os sexos (WIRTH, 2013, pp. 54-71).

---

<sup>53</sup> Para Cristina Carrasco, uma das defensoras da necessidade da emergência da economia feminista, a economia neoclássica seria acusada de racionalizar os papéis tradicionais dos sexos, tanto no que se refere à família, como ao mercado de trabalho. Isto justificaria e reforçaria, na opinião da autora, o *status quo* existente. Dessa forma, o marxismo seria criticado pelas noções de proletariado, exploração, produção e reprodução e uma suposta “convergência natural” de interesses econômicos entre homens e mulheres da classe trabalhadora (CARRASCO, 1999).

A autora fundamentou seu estudo nas análises de Edward Palmer Thompson no texto *A economia “moral” da multidão inglesa do século XVIII* escrito em 1971. Nesse texto, Thompson aborda os motins contra o aumento dos preços dos alimentos em documentos ingleses de 1709 a 1800, os quais, para o autor, se direcionavam contra o papel social de um comerciante em uma sociedade, onde o sujeito mulher aparece como “resistência a uma lógica social que estava se impondo”. Nesse sentido, Wirth afirma que, “se no século XVIII a estratégia era o motim, no século XIX o associativismo se apresenta como uma possibilidade em favor da ‘produção da vida’”. Essa “perspectiva [da economia feminista] é de que as mulheres se conscientizem da importância do trabalho que desenvolvem e se apropriem da agenda econômica do país, e que esse olhar [no futuro] também possa pautar as decisões da macroeconomia” (WIRTH, 2013, pp. 54-71).<sup>54</sup>

Com base nessa discussão, em uma perspectiva que entende as associações de trabalho como instituições de natureza complexa que estão submetidas à dominação do processo de produção pelos interesses capitalistas, encaminha-se a discussão sobre o caráter capitalista da produção e da reprodução social contido na indústria da reciclagem, analisando o processo de reciclagem industrial, no que se refere ao interior paulista, através de incursões a campo com levantamento de relatos orais realizadas com trabalhadoras catadoras de materiais recicláveis nas cidades de Araçatuba/SP e Marília/SP.

---

<sup>54</sup> É relevante ressaltar que em outros momentos da história também se elegeu um sujeito dotado de capacidades técnicas para promover a transformação da sociedade capitalista. Como analisa Amorim<sup>54</sup>, as teses difundidas pelos partidos comunistas no mundo e que influenciaram parte da teoria marxista seriam taxativas quanto ao protagonismo revolucionário do operariado industrial. Na medida em que o operariado é pressuposto como o sujeito central da revolução, em qualquer sociedade e conjuntura histórica, restou a esse marxismo, arraigado à perspectiva salvacionista, indicar qual seria o segmento do operariado que se apresentaria como vanguarda dessa transformação social. Assim, nos anos 1960 e 1970, o trabalhador politécnico teria sido eleito como sujeito histórico, sobretudo, porque recuperava em parte o saber-fazer e, com isso, a capacidade, outrora perdida, de controlar os processos de trabalho. Nos anos 2000, outro segmento do operariado teria sido indicado como portador da revolução: os trabalhadores do imaterial. Os pressupostos seriam os mesmos do operariado politécnico, isto é, a retomada de controle dos processos de trabalho, haja vista sua capacidade, agora cognitiva, de intervir nesse processo. Nos dois momentos, procura-se indicar, nas palavras do autor, “um sujeito histórico ideal condicionado por um suposto núcleo social homogêneo, definido com base em sua suposta condição autônoma frente aos processos de valorização e acumulação de capital” (AMORIM, 2009, p. 84).

### CAPÍTULO III – PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO CAPITALISTA NA INDÚSTRIA DA RECICLAGEM NO INTERIOR PAULISTA

*Tudo se passa como se houvesse uma troca entre mercadorias. A estruturação e a expropriação do sobretrabalho, com todo o seu cortejo de dominação e subalternidade, “desaparece”, some na poeira da estrada (Edmundo Fernandes Dias, 1998, p. 45).*

Nos capítulos anteriores foi visto que as mudanças na dinâmica do capitalismo do século XX e início do século XXI se relacionam com a atividade de catação de materiais recicláveis na medida em que a informalidade nas relações de produção se constitui em uma forma de assegurar ao capital a maior extração de mais-valia, combinando, para isso, a utilização de associações de trabalho, resgatando o cooperativismo do século XIX e o moldando aos atuais preceitos da chamada “Economia Solidária”.

Foi observado, também, que o enxugamento no papel do Estado de prover determinadas esferas da vida social como a alimentação, a saúde, a educação, o trabalho e o saneamento básico, como reflexo da expansão política-econômica neoliberal, possibilitaram a tomada da “responsabilidade social” por outras instituições como a igreja católica, expandindo a utilização de associações de trabalho no processo de valorização do capital.

Depois de ter sido analisado como a reciclagem se estrutura no capitalismo contemporâneo, neste capítulo se questiona: qual é a situação das trabalhadoras e dos trabalhadores da catação de materiais recicláveis, que compõem a maior parte desse processo industrial?

Essa questão será respondida com base na exposição das incursões a campo feitas nesta pesquisa. A primeira incursão se refere a um estudo realizado na cidade de Marília, na região centro-oeste do Estado de São Paulo. Foram coletados relatos orais de catadores de materiais recicláveis, que trabalham com carrinhos pelas ruas e em um cemitério da cidade, onde também realizam a limpeza das sepulturas, organizando o restante de seu trabalho em seus domicílios. Será apresentada a cadeia produtiva da indústria da reciclagem, no que se refere ao trabalho nas ruas e nos domicílios dos trabalhadores, demonstrando dois extremos desse processo. De um lado, grandes investimentos em tecnologia e a produção de riqueza, de



outro, o resgate de primitivas<sup>55</sup> formas de exploração do trabalho, como o uso do próprio corpo como tração dos meios de produção, vivenciando a produção de miséria.<sup>56</sup>

A segunda incursão se refere ao trabalho organizado em uma associação de trabalhadores catadores de materiais recicláveis à luz de um estudo realizado na Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis de Araçatuba (ACREPOM), localizada no noroeste do Estado de São Paulo, fundada há mais de uma década e estruturada em programas sociais apoiados por instituições bancárias, pelos poderes públicos e pela igreja católica.

O objetivo do capítulo é o de evidenciar, de forma articulada às discussões trazidas até este momento, a exploração da força de trabalho oculta no processo industrial de reciclagem no interior paulista, destacando os processos de trabalho dos catadores de materiais recicláveis e fornecendo subsídios sobre a divisão do trabalho entre os sexos na catação de materiais recicláveis, que servirão de base para a discussão do próximo capítulo, onde será analisado a apropriação capitalista dessa divisão e o trabalho das mulheres frente a um processo de informalidade nas relações de produção.

### 3.1 – NAS RUAS E NO CEMITÉRIO: O TRABALHO DE CATAÇÃO DE MATERIAIS REICLÁVEIS NA CIDADE DE MARÍLIA/SP

No cemitério da Saudade da cidade de Marília/SP, mulheres, homens e até mesmo crianças, com o objetivo de garantir a sua sobrevivência e a de sua família, trabalham ora como catadores de materiais recicláveis, ora como limpadores de túmulos.

Segundo Naiara C. Schmidt (2009), Marília contaria com aproximadamente 227.649 habitantes, apresentando urbanização de 97.48% de seu território e a atual economia da região seria de grandes investimentos no setor industrial, promovido, sobretudo pela interiorização da indústria paulista. Tendo, atualmente, sua base industrial assentada na indústria alimentícia e no setor agroindustrial, Marília se destaca no centro-oeste do Estado como a “Capital Nacional do Alimento”, em decorrência da presença de indústrias importantes do setor, como a Marilan S/A, a Dori Alimentos Ltda., a Bel Produtos Alimentícios Ltda., a Biscoitos Xereta Ltda. e a Coca-Cola do Grupo Spaipa, a maior fabricante de refrigerantes do mundo.

---

<sup>55</sup> Denominamos aqui de "primitivas" aquelas formas de exploração não tipicamente capitalistas que, de formas variadas, entram no ciclo de reprodução do capital colaborando com a sua valorização, isto é, formas de exploração oriundas de outros modos de produção que são utilizadas pelo capital em seu processo de reprodução.

<sup>56</sup> Assim como define Karl Marx, para o qual nas mesmas relações, produz-se, de um lado, a riqueza e, de outro, a miséria (MARX, 1965, p. 118 e 119).

Destacando-se, também, a empresa Sasazaki, uma das maiores produtoras de esquadrias metálicas do país, entre outras do ramo metalúrgico (SCHMIDT, 2009).

Para alguns pesquisadores, como as de Schmidt (2009), Valdeir A. Pereira (1990), Claudio T. Delicato (2004) e Geraldo E. Balestrieiro (1984), o início do processo de ocupação do território que hoje corresponde ao município de Marília-SP teria se dado no contexto da expansão da cultura do café no Estado de São Paulo. Seria, então, nesse contexto que o processo de exploração econômica do centro-oeste paulista teria se iniciado, nas palavras de Schmidt, “alavancado pela implantação de infra-estruturas necessárias para o desenvolvimento econômico da região como, por exemplo, a construção da estrada de ferro, que trouxe com ela a ocupação, ainda tímida, urbana” (SCHMIDT, 2009, p. 43).

Teria sido na década de 1960 que a taxa da população localizada na zona urbana teria superado a taxa da população residente na área rural do município. Nesse período, teria ocorrido no Brasil um “processo de capitalização da agricultura”, no qual ocorreu o assalariamento do campo, transformando profundamente as relações de trabalho. Isso teria se refletido na queda do padrão de vida daqueles que viviam no campo e com isso, os trabalhadores teriam entrado em um processo de alienação de seu trabalho. Por conta dessas dificuldades, grande parte da população camponesa migrou para as cidades em busca de melhores condições de trabalho que ajudassem a melhorar o padrão de vida perdido (SCHMIDT, 2009), sem, contudo, que o “sonho” almejado pudesse ser encontrado.

Esse é o caso da família de Nilva, na qual seu companheiro, suas filhas e até mesmo um neto de oito anos, catam materiais recicláveis pelas ruas da cidade e em um cemitério. Aos sete anos Nilva pegava o caminhão de bóia fria para ir trabalhar na lavoura. Depois de casada, morou por quatro anos em um sítio, onde trabalhava com seu companheiro e dividiam ao meio a renda anual de seu patrão. Na década de 1970, o sítio foi vendido e o casal foi levado para “tomar conta” de uma chácara do mesmo dono. O companheiro tomava conta da chácara e para completar a renda Nilva foi trabalhar para um fazendeiro da região, em uma de suas fazendas de café.

Nessas condições, o companheiro de Nilva passou a comercializar o “ferro velho” em uma feira da cidade. Foi nesse período que ele iniciou o trabalho de catação de materiais recicláveis, enquanto que Nilva ainda trabalhava na plantação de café. Ela e sua família moraram na chácara, trabalhando sem receber nada por isso, durante 10 anos. Com o falecimento do proprietário, foi doado ao casal e seus filhos um terreno na periferia da cidade e materiais de construção.

Um pouco mais tarde, Neuraci, sua filha, se separou do companheiro e se mudou de volta para a casa de sua mãe e de seu pai, com seus filhos. Vendo o pai exercendo a atividade de catação, pediu a ele um carrinho e começou a catar para contribuir com as despesas da casa. Foi através dela que Nilva começou, também, a catar materiais com o carrinho.

Há mais de uma década, depois da iniciativa de outra filha de Nilva, chamada aqui de Neuza, uma das principais trabalhadoras do cemitério uma das principais trabalhadoras do cemitério, as três mulheres e mais um neto de Nilva, passaram a trabalhar, também, no cemitério da Saudade.

Antes de exercer o trabalho de limpadora de túmulos, Neuza realizava as atividades domésticas, cuidando da casa e de dois filhos em idade escolar. Quando os filhos foram para a escola, continuou com esse trabalho, tradicionalmente reconhecido como o trabalho que cabe à mulher, especialmente, no capitalismo. Um dia ela recebeu em casa fotografias tiradas na escola dos filhos por um profissional, mas não tinha como pagá-las uma vez que o pai das crianças não quis comprá-las. Foi quando ela pegou as crianças e os instrumentos necessários para a limpeza de túmulos e foi para a frente do cemitério oferecer o seu serviço para as famílias que ali passaram. Dos três túmulos que Neuza limpou naquela tarde, hoje é responsável por mais de 100, distribuindo essa função e repassando o dinheiro para outras mulheres, inclusive sua mãe e irmã.

É no cemitério que, além da limpeza dos túmulos, elas começam o trabalho de catação de materiais recicláveis da semana. Recolhem vasilhinhos e flores de plástico, restos de metais e até mesmo os restos de velas, entre outros materiais que tem serventia na reciclagem industrial da região. Esses materiais são acomodados em algum canto do cemitério e Nilva, que das segundas-feiras às quartas recolhe recicláveis por toda cidade carregando-os em um carrinho, os recolhe quando passa por lá.

A Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional de Marília (ENDURB) é responsável pela manutenção do cemitério, entre outros serviços como o de coveiro. No entanto, estima-se que haja cerca de vinte pessoas, a maioria do sexo feminino, trabalhando informalmente como limpadoras de túmulos naquele local.

Nas palavras de Nilva:

*Aqui funciona assim, minha filha pega os túmulos de pessoas de fora. (...). Ela vai pegar o dinheiro de quarta e quinta, dois dias por semana ela vai pegar o dinheiro. Ela tem bastante túmulos. Aí ela pega o dinheiro e dá um pouco pra essa menina [aponta para uma das*

filhas], *da um pouco pra mim, paga pra esse menino [aponta para o seu neto] e é assim. Ela reparte o dinheiro. (...). Um túmulo como esse aqui nós cobramos R\$15,00 reais por mês. Tem uns mais caros, de R\$20,00 reais (Nilva, 77 anos).*

Apesar dela e o companheiro terem começado o trabalho com materiais recicláveis quando a catação ainda não existia como se estrutura atualmente, mas como compra e venda de “ferro velho”, foi com a filha que também trabalha no cemitério, que ela começou a catação de materiais recicláveis, já como ela se estrutura na última década do século XX e no início desse século: carregando materiais como papelão, PET e alumínio, em carrinhos e os vendendo a algum dono de depósito.

Segundo uma pesquisa realizada por Júlia M. G. e Carvalho (2008) sobre o trabalho de catação de materiais recicláveis na cidade, no ano de 2008 estimava-se a existência de cerca de 700 trabalhadores vendendo suas mercadorias a uma média de 30 pequenos depósitos, que por sua vez repassariam a duas empresas recicladoras, a Aparas de Papel de Marília e a São Sebastião Aparas de Papéis. A cidade produziria, em média, 200 toneladas de lixo por dia, depositados em um aterro sem qualquer tratamento prévio, não havendo, também, nenhum projeto de coleta seletiva, apesar da existência de um número significativo de trabalhadores da catação e, desde a metade da década de 1990, da existência de uma associação de trabalho voltada para a reciclagem, a Cooperativa de trabalho Cidade Limpa (COTRACIL), fundada pela Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA)<sup>57</sup> em parceria com a Fundação Kellogg<sup>57</sup>.

Analisando o trajeto da reciclagem na cidade, Carvalho (2008) divulga o seguinte processo: i) os trabalhadores coletam o material nas ruas, e posteriormente levam para suas casas para separá-los em tipos de materiais; ii) feita a separação, o material é direcionado à um dos trinta depósitos da cidade, ou interceptado por outros catadores que possuem veículo automotor; iii) os donos de depósitos e possuidores de veículos automotores, por sua vez, revendem os materiais aos centros de reciclagem, na Aparas de Papel de Marília ou na São Sebastião Aparas de Papéis; v) nos centros de reciclagem, os materiais são novamente separados de acordo com classificações ainda mais específicas, e posteriormente são revendidos a empresas que se localizam em áreas centrais como o centro metropolitano de São Paulo, do Paraná e de Minas Gerais, onde o material seria efetivamente transformado.

---

<sup>57</sup> A Kellogg's foi fundada como a *Battle Creek Toasted Corn Flake Company* (Companhia de flocos de milho tostados de Battle Creek) em 1906. É líder em produção de cereais matinais e a missão de sua Fundação tem como o slogan: “ajudar as pessoas a ajudar a si mesmas”.

A pesquisadora atenta para uma questão bastante relevante desse processo. Segundo ela, há alguns anos, a Aparas de Papel de Marília e a São Sebastião Aparas de Papéis recebiam o material dos trabalhadores apenas separado do lixo orgânico, mas após uma reestruturação, onde foi demitido cerca de 60% do seu quadro de funcionários, passaram a comprar o material já previamente separado (CARVALHO, 2008).

Nesse caso, os trabalhadores para além de estarem exercendo uma função de saneamento básico para a cidade, que deveria ser provido pelo Estado devido, principalmente, ao pagamento de impostos da população para essa finalidade, mas que foi transferido para a “sociedade civil”, sem que se receba o devido pagamento por esse trabalho<sup>58</sup>, passaram, também a assumir o processo de triagem do material coletado.

Nas palavras de Carvalho:

(...) é como se a empresa tivesse terceirizado esta função, passado o processo de separação do material para o catador e, desta forma, ampliando não só o crescimento da profissão de catador no setor informal da economia, mas também aumentando a exploração de sua mão-de-obra (CARVALHO, 2008, p. 74).

Introdutoriamente, é possível afirmar que a organização dessa produção parece desenvolver os preceitos mais gerais da produção tipicamente capitalista, assim como Carvalho (2008) descreve as relações de trabalho que a indústria da reciclagem impõe aos trabalhadores catadores da cidade de Marília e que as falas de Nilva descrevem a organização do processo de catação. Para compreender com mais detalhes esse processo, parte-se então, do trabalhador e do capitalista hipotéticos, que Marx (2013) usou para explicar as relações capitalistas de produção.<sup>59</sup>

Basicamente o processo de produção tipicamente capitalista se estrutura da seguinte forma. O trabalhador aparece no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho, sendo essa força, também, uma mercadoria. Ele labora sob o controle do capitalista, a quem pertence o seu trabalho e o produto de seu trabalho. O capitalista quer produzir um *valor de uso* que tenha um *valor de troca*: uma mercadoria. Ele quer construir uma mercadoria cujo *valor* seja maior do que a soma do valor das mercadorias requeridas para a sua produção, os meios de produção e a força de trabalho, ele quer obter lucro. Não saciado, ele quer gerar

---

<sup>58</sup> O que foi debatido no capítulo anterior.

<sup>59</sup> Supondo que essa personificação tenha sido usada como critério de exposição, para tornar mais clara a explicação, entende-se as relações de produção capitalistas não como relações diretas entre a figura do capitalista e a figura do trabalhador ou a relação patrão-empregado, mas como relações sociais mais amplas, onde os indivíduos estão diluídos.

capital, ele quer enriquecer, ele quer acumular, produzir *mais-valor*, que é introduzido no processo através do aumento da jornada de trabalho ou da intensificação do processo de trabalho (MARX, 2013, pp. 255-293).

Esse, de forma muito resumida e simplificada, é o *processo de valorização*, onde o valor do produto aumenta sobre o valor adiantado pelo capitalista na compra das mercadorias, como dito acima, através do aumento do tempo de trabalho ou da intensificação do processo de trabalho (MARX, 2013, pp. 255-293).

Assim, o capitalista que quer produzir fio compra as mercadorias necessárias para o processo de produção, compra os meios de produção, os objetos de produção e a força de trabalho do fiador, cujo valor da diária de trabalho é definido pela quantidade de trabalho requerida para produzir a quantidade média dos seus próprios meios de subsistência diária, o que Marx (2013) chamou de *tempo de trabalho necessário*. Porém, o capitalista quer que o fio não resulte apenas em ser fiado, tampouco ele quer apenas lucrar. Ele quer que esse fio se transforme em capital para que ele possa enriquecer (acumular). Nesse caso, compradas as mercadorias necessárias para o processo produtivo, a forma de se obter o *mais-valor* é justamente através da exploração do trabalho, fazendo com que o trabalhador trabalhe mais sem que se altere o preço pago por ele, ou seja, que o trabalhador trabalhe em *tempo excedente* (MARX, 2013, pp. 255-293).

Nas palavras de Marx, esse processo, como unidade dos processos de trabalho e de formação de valor, seria um processo de produção de mercadorias, contudo, “como unidade dos processos de trabalho e de valorização, ele é processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias” (MARX, 2013, p. 273).

Diferencia-se, assim, em seus fatores objetivos, o processo de trabalho do processo de valorização, ou seja, a forma tipicamente capitalista de produção e define-se que nem todo processo de trabalho está subordinado imediatamente ao processo de valorização, no entanto, todo processo de trabalho no capitalista está, de alguma forma, submetido a essas relações de produção, sendo fundamental para a valorização do capital.

Diante disso, tomando de empréstimo o exemplo de Marx do capitalista que quer produzir fio e, através dessa produção, acumular, será pensada, neste momento, uma relação entre o capitalista, que utiliza matéria-prima reciclada, e o trabalhador catador, onde se estabelece uma rede de exploração de trabalho, na qual em um extremo está o vendedor de força de trabalho, distante da forma de exploração tipicamente capitalista, mas submetido a ela, e em outro o capitalista, expandindo o seu capital.

Assim, para tornar mais clara a ideia de que os trabalhadores catadores têm sua força de trabalho explorada pelo capital no processo de reciclagem industrial, esse processo será dividido, didaticamente, em quatro principais momentos, destacando os aspectos da produção de lucro e de valor. No primeiro momento, o da catação propriamente dita, no segundo momento o da venda da matéria-prima reciclada para a indústria, o terceiro momento o da transformação da matéria-prima reciclada em novos produtos e o quarto, quando o fabricante de latinhas compra o material do processo anterior.

Parte-se então, como exemplo, do dono de uma fábrica de latas de alumínio, já que no Brasil elas chegam a ser compostas por mais de 90% de matéria-prima reciclada (IBGE, 2012).

O capitalista fabricante de latas pode comprar placas do metal em estado bruto originadas da bauxita<sup>60</sup>, minerada e refinada por um trabalhador em regime de contratação temporária de uma empresa privada, que presta serviços terceirizados para a empresa Vale do Rio Doce no Estado do Pará, cuja precarização das condições de trabalho, proporcionam alta rentabilidade.<sup>61</sup>

Porém, o capitalista pode, também, comprar alumínio reciclado, cuja principal origem são latas comercializadas e descartadas, coletadas por trabalhadores coletores, nas ruas do interior do Estado de São Paulo de forma informal, miserável, paupérrima.

Esta segunda possibilidade é muito mais rentável, a matéria-prima reciclada depende de apenas 5% da energia necessária para a formação do produto de alumínio do processo da empresa Vale (MME e BM, 2009) e, ainda por cima, com isso, dentro de alguns anos, ele poderá adquirir redução nos impostos por estar “salvando o planeta”<sup>62</sup>. Além disso, nessa compra não há pagamento pela força de trabalho dos catadores, como o pagamento dos trabalhadores terceirizados da Vale, mas apenas o pagamento pelo quilo da mercadoria reciclável que vendem.

---

<sup>60</sup> Curiosamente, o Brasil não apenas é o maior reciclador mundial de alumínio, como também é um dos maiores fornecedores mundiais do metal bruto de sua base, a bauxita. “As reservas brasileiras evoluíram substancialmente entre 1970 e 2007, com crescimento de mais de 1,200%, sendo no Estado do Pará a região de maior evolução das reservas acompanhada do crescimento da produção, superando a tradicional produção de Minas Gerais iniciada na década de cinquenta (...) assim, com uma produção do porte de 25 milhões de toneladas por ano ocupa o terceiro lugar entre os países produtores com quase 13% da produção mundial” (MME e BM, 2009).

<sup>61</sup> A própria empresa divulga em seu site: “a empresa emprega atualmente mais de 195 mil pessoas, entre profissionais próprios e terceirizados”. Acessado em novembro de 2013: vale.com.

<sup>62</sup> Veja a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 1/2012, que altera o art. 150, VI, da Constituição Federal, para instituir imunidade de impostos incidentes sobre produtos elaborados com material reciclado ou reaproveitado. Pode ser acessado *on line* em: senado.gov.br

Pressupõe-se, então, que o fabricante de latas de alumínio compre as placas de alumínio originadas de latas recicláveis coletadas pelas trabalhadoras catadoras da cidade de Marília, onde este estudo realizou a pesquisa empírica.

O processo produtivo da reciclagem industrial começa, então, com o consumo e com o descarte da mercadoria. As trabalhadoras catadoras de materiais recicláveis recolhem, entre outros produtos, as latas de alumínio, o material reciclável mais rentável dos últimos anos no Brasil. Elas recolhem nas ruas durante quinze dias, passando de lixeira em lixeira, em 5 bairros da cidade, onde não possui nenhum programa de coleta seletiva senão o trabalho de cerca de 700 pessoas em situação de extrema pobreza. Em quinze dias, exceto quando ocorre alguma grande festa, elas encontram cerca de 150 latas de alumínio cada uma e as carregam em sacos apoiados em suas costas ou em carrinhos cuja tração é o seu próprio corpo.

Conforme descreve Nilva, chegando em casa, em seu quintal ela amassa as latas uma a uma, sentada em um banquinho próxima ao nível do chão, com uma lata de alumínio de chocolate em pó, cheia de cimento. A trabalhadora relata a forma como organiza o seu trabalho:

*Eu abro o saco, se tiver uma garrafa, eu cato a garrafa e ponho no carrinho. Uma caixinha de leite, e ponho no carrinho e amarro o saco de novo. Agora, eu já vi gente fazer isso: já rasgar o saco, só que eu não faço isso. Porque isso é deixar trabalho pro outros. (...) Eu saio de casa seis e meia. Eu amasso [as latinhas] numa lata de Nescau cheia de cimento e tem um ferro preso no cimento, eu sento lá e fico. Aí nós fazemos um monte e o meu marido chama o caminhão para pegar. Aí recebe o dinheiro tudo de uma vez. Aí nós fazemos uma compra ou compra alguma coisa para os filhos ou para casa e continua juntando. Mas, é mais eu que estou juntando, porque ele só fica no quintal separando. Porque tem que separar tudo, papelão de um lado, garrafa PET, de outro lado, ferro velho, de outro. Tem que separar assim. Então é aí que ele fica só no quintal (Nilva, 77 anos).*

Nilva percorre com o carrinho uma distância de aproximadamente 10 quilômetros, que vai de sua casa no bairro Jardim Fontanelli II, passando pelo centro da cidade e chegando ao cemitério da Saudade e os bairros vizinhos, as 150 latas catadas em uma média de 15 dias, são compradas pelo depositeiro por algo em torno de R\$5,00 reais. Das quintas-feiras aos sábados, Nilva passa os dias no cemitério da Saudade junto e seu neto que parou os estudos e de suas filhas.

Do ponto de vista do processo de valorização *stricto sensu*, nesse primeiro momento do processo industrial da reciclagem não há geração imediata de mais-valia, pois se entende



que não há exploração de tempo excedente de trabalho. A não ser que a trabalhadora estivesse submetida ao deposeiro ou sucateiro em regime de assalariamento, o seu trabalho no processo de reciclagem industrial não vai além de gerar algum lucro. Ela transforma o lixo coletado na rua em algum dinheiro, por sua vez, o deposeiro/sucateiro transforma a mercadoria material reciclável comprado da catadora em mercadoria matéria-prima reciclável, com lucro e mais-valia agregada.

Inicia-se, então, a segunda etapa do processo. O sucateiro tem uma máquina de prensagem em seu quintal, juntadas as 150 latas de cada uma das catadoras das quais compra, ele ou alguém que trabalhe para ele, que geralmente pertence ao seu núcleo familiar, comprimem as latas em fardos de 1 tonelada e vendem cada um deles por R\$ 3.000 reais ao dono de uma fábrica de placas de alumínio. Percebe-se que nesse momento, pode haver a geração imediata da mais-valia, na medida em que o sucateiro pode ter, eventualmente, trabalhadores submetidos a ele, não apenas gerando o lucro na venda do fardo, mas, gerando mais-valia.

Inicia-se, então, a terceira etapa, a mercadoria do processo anterior é comprada pelo fabricante de placas de alumínio como matéria-prima para seu processo produtivo. Em sua fábrica, ele optou em contratar o serviço de uma empresa terceirizadora, que paga aos trabalhadores um salário mínimo em contratos temporários de três meses. Na fábrica, mulheres e homens transformam os fardos de alumínio reciclável em placas do metal em dois principais processo: fundição e laminação. E, assim, esse capitalista, agrega mais-valor imediatamente e de forma típica, através da exploração do trabalho, e encerra mais essa etapa do processo, vendendo as placas de alumínio reciclado para o dono da fábrica de latinhas a R\$ 200,00 reais a cada 10kg.

Inicia-se, por fim, a última etapa aqui abordada, na qual o fabricante de latinhas compra a mercadoria do processo anterior como matéria-prima e repete o processo de trabalho, agora não mais para fabricar placas, mas para tornar as placas, finalmente, latinhas recicladas. Desenvolve-se, novamente, todo o processo descrito, até que a latinha se transforme em lixo aproveitável para os trabalhadores da catação.

Chega-se a seguinte afirmação: as trabalhadoras e os trabalhadores da catação de materiais recicláveis, trabalhando de forma “independente” ou para um atravessador ou associados em instituições de trabalho, estão submetidos ao modo de produção capitalista. Nesse sentido, como coletivo de trabalho esses trabalhadores são, portanto, força de trabalho explorada pelo capital e mediante essa análise, torna-se possível identificar uma forma de

exploração do trabalho que, embora subordinada à lógica do Capital, precede historicamente o trabalho assalariado, como ponto de partida do processo de reciclagem industrial.

Assim, novamente citando Marx (2013), o que diferencia “as formações econômicas da sociedade”, como a escravatura do assalariamento, é a forma pela qual o mais-valor é extraído. O valor de uma mercadoria é, portanto, determinado pela quantidade de trabalho nela contido, mas essa própria quantidade é socialmente determinada. “A taxa de mais-valor é, assim, a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista” (MARX, 2013, pp. 286-294).

Não importando no processo de valorização, o conteúdo determinado, a finalidade e o caráter técnico do trabalho (trabalho abstrato, trabalho social em geral) empregado, ele adiciona uma grandeza determinada de valor não porque seu trabalho tenha um conteúdo útil particular, mas porque dura um tempo determinado e isso não se dá apenas imediatamente na fábrica, mas em toda a sociedade (MARX, 2013, pp. 265- 278).

Quando se afirma que o trabalho de catação está submetido a uma produção e reprodução tipicamente capitalista, afirma-se que ele está subordinado a essas relações. Mesmo inserido em um processo de estrutura irregular e informal, ele se estrutura aos moldes da produção capitalista industrial. Assim, como uma estratégia para o capital, na sociedade industrial contemporânea, parte do lixo outrora “invisibilizado”, embora nunca tenha sido escondido da população mais pobre, passa a ser “redescoberto” pela própria sociedade que o escondeu. Em outras palavras, a visibilidade do lixo passível de reutilização, esses materiais recicláveis geradores de lucro, se torna fundamental, criando não apenas um novo destino para o lixo, mas, um novo lixo para esse destino.<sup>63</sup>

Como pode ser observado na fala de Nilva:

*Quando nós morávamos no sítio, nós íamos na feira vender ferro velho. Juntávamos peça, bicicleta velha, roda. Aí nós íamos na feira para vender. Nós saíamos às 4h da manhã e voltávamos ao meio dia*

---

<sup>63</sup> Veja, por exemplo, a questão da chamada “obsolescência programada”, que consiste em uma estratégia econômica que visa a estabelecer um determinado tempo de vida útil aos produtos de consumo como, por exemplo, celulares, computadores e eletrodomésticos, não apenas de tempo útil de seu *design* e tipo funções, estabelecidos de forma muito mais complexa, mas de tempo de vida de seus componentes programados para em algum momento pararem de funcionar. Outro exemplo de lixo criado por e para a reciclagem industrial são as latas de alumínio, criadas nos Estados Unidos na década de 1960 e difundidas como “as latas fáceis de abrir”, chegando ao Brasil na década de 1990. O mesmo ocorreu com as garrafas PET, criadas em 1970 como forma de embalagem, que chegaram ao país no final da década de 1980. Nesse sentido, para Raquel de Sousa Gonçalves (2004), que há mais de uma década estuda a catação de materiais recicláveis no Brasil, com o agravante da produção em massa de lixo, os hábitos de consumo e desperdício expressivamente estimulados na população, teriam contribuído para a geração ampliada e variada de resíduos, o que agravaria a utilização crescente de embalagens descartáveis, por exemplo, de alumínio, de ferro, de vidro, de plástico e de papel.

*para casa, de carroça. Ele e eu montado na carroça. Mas, naquele tempo, o ferro velho era mais comprado. A gente ia nas casas comprar e depois vendia. Ninguém jogava fora, ninguém fazia nada, eles guardavam pra vender. O que não tinha era garrafa PET, que naquele tempo não tinha muito (Nilva, 77 anos).*

No contexto ampliado de exploração da força de trabalho no Brasil de hoje, parece importante resgatar Marx, sobretudo, para compreender em que medida se dá a produção e reprodução capitalista sob o signo de trabalhos informais como este que descrevemos acima.

A questão, como Marx afirma, toma outra dimensão quando se passa a considerar não o capitalista e o trabalhador individuais, mas as classes sociais. Não “o processo de trabalho isolado de produção de mercadorias, mas o processo de produção capitalista em seu fluxo e em sua escala social” (2013, p. 647). Trata-se, assim, de um processo não apenas de relações individualizadas, mas, sobretudo da consideração de uma “capacidade de trabalho socialmente combinado” (MARX, 1985, p. 110). A questão principal que se deve levar em conta, portanto, apesar da exploração ter sido demonstrada no processo isolado de produção da reciclagem, é a de que, usando as palavras de Marx:

O capital que foi alienado em troca de força de trabalho é convertido em meio de subsistência, cujo consumo serve para reproduzir os músculos, os nervos, os ossos, o cérebro dos trabalhadores existentes e para produzir novos trabalhadores (MARX, 2013, p. 647).

Nesse sentido, a exploração, ou a autoexploração do trabalho, pode ser relacionada a um processo de reprodução da classe trabalhadora em seu sentido ampliado. Isto, na medida em que o trabalho, especificamente tratado em nosso estudo, de catação, realizado por trabalhadores como Nilva, é parte fundamental do processo de valorização do capital. A cadeia industrial de reciclagem, dessa forma, se ramifica com o objetivo de, ao ampliar o sobretabalho e desvalorizar a força de trabalho, criar maiores taxas de mais-valia.

### 3.2 – O TRABALHO NA ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE PAPEL, PAPELÃO E MATERIAIS RECICLÁVEIS DE ARAÇATUBA (ACREPOM)

Na ACREPOM, o fogão grande de seis bocas é o primeiro equipamento a funcionar quando a primeira trabalhadora chega às oito horas da manhã. É quando o café quente e o pão

com manteiga são servidos na cozinha, os outros trabalhadores começam a chegar e os portões se abrem para o início das atividades.

No fundo do terreno, escondidos por verdadeiras montanhas de garrafas PET e de “plástico duro”, os primeiros catadores começam a trabalhar na esteira, onde mulheres e homens separam os materiais enquanto conversam sobre suas alegrias e tristezas com bastante intimidade. Cada pessoa é responsabilizada por recolher dois ou três tipos de materiais. No início da esteira está o despejador, que fica no topo de uma escada, encostado na máquina, abrindo os sacos de materiais armazenados e os despejando em um grande funil que os derrama na esteira.

A separação de materiais é distinta entre garrafa PET, Tetra Pak, papel, papelão, plástico duro (por exemplo, garrafas de produto de limpeza e tampas de garrafas PET), plástico mole (sacos e sacolas), garrafas de óleo e pilhas.

Os demais materiais, de acordo com as relações que a associação estabeleceu com os compradores de matéria-prima reciclada como, por exemplo, o isopor e o alumínio não têm valor comercial para a ACREPOM. Mesmo os materiais com os quais ela trabalha, citados acima, há produtos como os copos plásticos descartáveis usados para água ou café, que não compensam o trabalho de separação e estocagem e são devolvidos ao “lixo”. Isto porque não há compradores deste tipo de plástico na região da cidade e o custo/benefício do armazenamento em grande quantidade, prensados em fardos dentro da associação até que algum comprador apareça e venha buscá-los, é economicamente desvantajoso.

Pelo mesmo motivo da distância da associação dos compradores desses materiais, somado ao fato de a oferta ainda ser muito superior à demanda, as trabalhadoras e os trabalhadores muitas vezes acabam perdendo meses de trabalho, quando fardos de materiais ficam estocados por muito tempo a céu aberto, principalmente em época de chuvas. Eventualmente, acontece dos fardos encharcarem e romperem as amarrações ou ficarem tanto tempo expostos à chuva e ao sol que começam a se deteriorar, não sendo mais propícios à venda.

Na recepção, as atividades são reformuladas várias vezes ao dia, tentando dar uma ordem para as atividades e para atender aos pedidos dos moradores da cidade, marcando horários para receber os catadores, que buscam o material com o carrinho ou com o caminhão, conforme a necessidade. Enquanto a recepcionista atende ao telefone alguém verifica o próximo posto de coleta e indica a direção ao papeleiro ou ao motorista do caminhão. O barulho das prensas apenas diminui quando o barulho do telefone o sobrepõe, tocando muito

alto e várias vezes ao dia, com pedidos, vendas, informações, burocracia, dúvidas, reclamações.

Na sala ao lado, às quintas-feiras, acontecem as aulas de reforço escolar. A professora, a partir do ditado de algumas palavras, incentiva a escrita de pequenos textos que contam histórias próprias ou inventadas. A sala de TV é o espaço de descanso, conversas, almoço, é a hora de ouvir as notícias do telejornal, mas também, é um espaço onde alguns trabalhos, como o picote de papel sigiloso, é realizado.

Afastados da esteira, da cozinha e da secretaria, outros trabalhadores realizam tarefas como a “a separação do papel branco”, a amarração de jornais e a separação de livros e materiais escolares, de forma isolada e além dos trabalhadores que dividem funções na associação, há também o trabalho de uma psicóloga contratada, um voluntário que esta diariamente à disposição e uma assistente social que exerce a presidência da instituição. Além de um número grande de pessoas que são encaminhadas à associação para cumprir pena de prestação de serviços à comunidade, trabalhando na ACREPOM em período estabelecido judicialmente.

A jornada de trabalho da ACREPOM é, normalmente, de segunda à sexta-feira das 8h da manhã às 17h30 da tarde, com pausa para uma hora e meia de almoço e meia hora para o café da tarde. As atividades são suspensas nos feriados e, nas festas de final de ano, as atividades param ao meio dia da véspera e retornam no próximo dia útil. Não há regras para férias e às vezes são concedidos afastamentos justificados. Isto porque “a cidade não pode ficar sem a coleta”, explica a secretária da ACREPOM.

Fora os dias normais de trabalho, são organizados mutirões, quando o volume de materiais está acumulado em alguns dos setores ou quando há a necessidade de produzir mais fardos de algum material para vendê-los em maior quantidade. Nesse caso, os trabalhadores são convocados ao trabalho em finais de semana e feriados, “conforme a necessidade”, como explica Juliana, a cozinheira da associação:

*Nesse caso não vem quem quer, porque a gente acha assim: no final do mês o dinheiro será dividido igualmente então, todos são obrigados a vir (Juliana, 59 anos).*

Há, também, os trabalhos que saem da rotina, executados, igualmente, conforme a necessidade, como o picote de papel sigiloso, geralmente encaminhado por órgãos do governo

em grande volume, e a separação entre materiais e cores de plástico duro e PET das garrafas, ou seja, entre tampas e garrafas.

A coleta diária de materiais recicláveis nas ruas da cidade é a maior fonte de arrecadação de materiais, mas além deste material a ACREPOM desenvolveu campanhas educativas e conseguiu instalar alguns postos comunitários de coleta seletiva, junto a entidades e grupos de colaboradores voluntários. O material arrecadado, em média cem toneladas/mês, é pesado, acondicionado em fardos e comercializado. 70% do total arrecadado é pago aos associados, conforme as atividades desenvolvidas, como forma de remuneração (“geração de renda”) e o restante forma o fundo comunitário para despesas com: alimentação, medicamentos, quando não conseguidos na rede pública, moradia e eventuais despesas. A maioria dos trabalhadores recebe um pagamento mensal dividido da parte dos lucros da associação, mas há os que recebem conforme a quantidade de material separado e alguns recebem um pouco menos por já possuírem aposentadoria, assim como alguns recebem um pouco mais como é o caso da principal recepcionista e da cozinheira.

Atualmente, há um grupo composto por vinte associados, doze homens e oito mulheres e as idades variam de 26 a 60 anos, tendo a maioria mais do que 40 anos. No início da pesquisa em 2009 o número era de trinta, na época da primeira coleta dos relatos orais em 2010, esse número caiu para vinte e quatro. No decorrer da pesquisa houve duas mortes, uma em decorrência do vírus HIV e outra em decorrência de um câncer e dois afastamentos por idade.

Embora o número atual de trabalhadores seja pequeno, a ACREPOM divulga atingir, de forma indireta, aproximadamente cem pessoas, considerando os “terceiros”, que são pessoas e grupos informais que coletam de forma autônoma e vendem o material para a ACREPOM.

Durante as entrevistas, uma trabalhadora que está na associação desde o princípio, relatou que no início das atividades eram em cerca de 90 pessoas associadas e que com o passar do tempo o número foi diminuindo. Um dos fatores apresentados para a diminuição desse número é o de que não são todas as trabalhadoras e trabalhadores que se enquadram no perfil dos objetivos da associação. Alguns possuem um longo histórico de vida nas ruas da cidade, alguns possuem o agravante da dependência química e dificilmente conseguem cumprir os horários e, principalmente, trabalhar sem o uso dessas substâncias. Não aceitando submeter-se aos tratamentos oferecidos pela instituição, acabam se desvinculando dela e vendendo o material coletado, conforme o ritmo de seu trabalho.

Contudo, muitos, provavelmente, desvinculam-se por não se ajustarem à disciplina do trabalho exigida pela associação, a começar pela divisão das tarefas, pela hierarquia de remunerações e pela jornada de trabalho.

Como relata uma trabalhadora da associação:

*Falaram que ia ser bom. Você não sabe: todo dia, todo dia estar aqui e nunca acabar (...) (sigilo).*

Os trabalhadores não usam nenhum tipo de equipamento de segurança. As tardes no centro da cidade, chegam a temperaturas de 38° durante quase todo o ano, o que torna muito incômodo o uso de botas, luvas e máscaras. Conforme recorda Letícia, uma catadora da associação, as luvas doadas só foram usadas uma única vez:

*Quando veio o pessoal que doou os maquinários, tirar fotografia, a gente teve que usar (...). Eu não gosto de luva, a luva é muito ruim, sua muito a mão. Só pra eles vê que a gente usa. Eles compram aquelas luvas de médicos, corta tudo, não adianta nada (Letícia, 48 anos).*

Concordando com Letícia, Juliana completa:

*Eu sei que eu não deveria usar chinelo por causa da faca cair, mas não dá, é muito calor. Tênis é só uma vez no ano, só quando faz frio e as luvas, só quando vem a reportagem que a gente usa (Juliana, 59 anos).*

O que aumenta caráter insalubre do local é o barulho das máquinas, do telefone e dos rádios ligados em cada setor, geralmente tocando músicas sertanejas, em um volume bastante alto, fazendo com que os trabalhadores conversem em vozes ainda mais altas. O que remete às condições de trabalho do século XVIII na Inglaterra.

O capital, assim, opera funcionalmente, utilizando formas de trabalho “primitivas” e ultramodernas, combinando-as socialmente para expandir a produção de mercadorias.

Os trabalhadores são, também, conforme a necessidade, encaminhados a tratamentos odontológicos e psicológicos com o apoio de universidades locais como a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e a Universidade Paulista (UNIP) e com o apoio do Centro de

Atenção Psicossocial (CAPS), a associação realiza um trabalho de apoio aos dependentes químicos associados.<sup>64</sup>

Uma vez que a renda média dos trabalhadores é de R\$ 400,00 reais, a ACREPOM se esforça para garantir o café da manhã, o almoço e uma cesta básica. Os alimentos são adquiridos por doações de cestas, principalmente, por intermédio do poder público judiciário que encaminha cumprimentos de pena de prestação de serviços à comunidade. Dessas cestas são retirados alguns alimentos, como o café e o óleo. O restante dos alimentos é adquirido através do Programa Fome Zero do Governo Federal<sup>65</sup> e caso falte algo, se possível, é comprado com o dinheiro da associação, assim explica Juliana:

*Tem gente que fala que a ACREPOM é rica. Mas, não. É que nem a casa da gente, tem dias que não tem coisas suficientes (...). E agora que a gente tem esse Programa da Fome Zero que vêm as verduras e os legumes, então, a gente têm bastante verduras agora, ajuda bastante, não precisa estar comprando (Juliana, 59 anos).*

A carne, o pão e a manteiga são comprados com dinheiro da associação e usados no café da manhã e almoço. O leite, também retirado no Programa Fome Zero junto com frutas, verduras e legumes, é distribuído para os associados, de acordo com o número de crianças dependentes. O mesmo critério é estabelecido para a distribuição das cestas básicas.

Cada associado que mora sozinho ou com sua família, recebe uma cesta. Nos casos em que os associados dividam uma casa com outro associado, recebem apenas uma cesta para a dupla e quando os trabalhadores perdem a força física necessária para as tarefas diárias da associação ou quando se machucam, são dispensados das atividades. Assim, na ausência da aposentadoria pública, eles passam a receber um auxílio da própria associação.

O trabalho de catação de materiais recicláveis, inclusive dentro das associações, é completamente insalubre, não apenas pelo contato direto com a sujeira como poeira e restos de comida que atraem todo tipo de insetos, entre outros animais e seus excrementos, mas por

---

<sup>64</sup> Os CAPS são instituições brasileiras que visam à substituição dos hospitais psiquiátricos – antigos hospícios ou manicômios - e de seus métodos para cuidar de afecções psiquiátricas. Os CAPS, instituídos juntamente com os Núcleos de Assistência Psicossocial (NAPS), através da Portaria/SNAS Nº 224 – 29 de janeiro de 1992, são unidades de saúde locais/regionalizadas e que oferecem atendimento de cuidados intermediários entre o regime ambulatorial e a internação hospitalar, em um ou dois turnos de 4 horas, por equipe multiprofissional, constituindo-se também em porta de entrada da rede de serviços para as ações relativas à saúde mental.

<sup>65</sup> Frutas frescas, legumes, verduras, ovos, feijão, milho, leite e iogurte, são os alimentos que compõem o kit que é entregue semanalmente às famílias cadastradas nos programas dos quatro Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Araçatuba, todas as quartas-feiras. A ação faz parte do Programa Federal Fome Zero e beneficia mais de 400 famílias. Semanalmente são distribuídas 4 toneladas de alimentos para os CRAS. O kit sempre traz alimentos diferenciados, que variam de acordo com a oferta dos pequenos produtores.



exigir muita atenção e cuidados no manuseio dos materiais, além de requerer um condicionamento físico adequado.

Os trabalhadores sentem muitas dores nas pernas por trabalharem em pé e sofrem com as dores nos braços e nas costas por terem que pegar os materiais no balcão à sua frente e colocá-los nos sacos que ficam às suas costas.

Como relata a catadora Letícia:

*“Vira pra um lado, vira pra outro, fica que nem robô. Chega de noite, isso aqui [os ombros] ta tudo doendo”* (Letícia, 48 anos).

Nesse sentido, a organização da associação se compara à de uma empresa capitalista tradicional, onde estão presentes não apenas a divisão de tarefas, a hierarquia de remunerações e uma rígida jornada de trabalho, conforme a disciplina de trabalho exigida pela ACREPOM, mas também, a rotinização de gestos e movimentos, a adequação psicofísica dos trabalhadores, observada na fala de Letícia, além de uma seleção criteriosa de um perfil de trabalhador e, até mesmo, investimentos em qualificação técnica e de educação de nível básico.

Aprofundando essas semelhanças com a empresa tipicamente capitalista, percebe-se também a divisão sexual no interior da associação, o que demonstra a permanência do antagonismo, da dominação e opressão, reforçando a hipótese de que essas instituições de atividades produtivas não possuem as condições suficientes e necessárias para engendrar uma outra economia que não a capitalista.

Como pano de fundo dessa discussão, tem-se o texto da socióloga francesa Danièle Kergoat, *La division du travail entre les sexes*, no qual entende-se que na divisão social do trabalho entre os sexos, há dois princípios organizacionais. O *principe de séparation*, onde há trabalhos convencionalmente femininos e trabalhos convencionalmente masculinos, e o *principe de hiérarchique*, no qual os trabalhos masculinos costumam ter maior valor e prestígio do que os femininos.<sup>66</sup>

No interior da associação, os dois princípios, o de separação e o de hierarquia, aparecem no processo de trabalho. Os homens ocupam os trabalhos com os carrinhos, com as prensas e com o caminhão. O “papeleiro” é um trabalhador fundamental no processo de catação, é ele quem coleta o material reciclável nas ruas e em postos de coleta, após o descarte

---

<sup>66</sup> Será analisado com maiores detalhes e de forma conceitualmente mais ampliada, no próximo capítulo.

desse material por residências, hospitais, empresas, escolas e organizações públicas e o transporta em carrinhos até a associação, ele é quem dá início ao processo industrial que vai do “lixo” ao produto final já reciclado. Na ACREPOM, esse trabalhador recebe o salário “por produção” o que significa que ele recebe o pagamento de acordo com os quilos que carrega no carrinho.

“Papeleiro” é o modo como dentro da associação é chamado este trabalhador externo que desenvolve o serviço de coleta de materiais recicláveis com o uso do carrinho. Segundo Gonçalves, em um dos primeiros textos sobre a catação de materiais recicláveis no Brasil, o papeleiro também é chamado de “trapeiro”, “garrafeira”, “catador”, além de expressões pejorativas como "burro sem rabo" (GONÇALVES, 2004).

Diariamente, o caminhão facilita o trabalho da coleta de materiais. Há os pontos fixos onde os “papeleiros” ou o caminhão recolhem o material uma, duas ou até três vezes por semana. Há, também, os agendamentos de coleta e há a coleta seletiva em alguns bairros da cidade, estabelecida em um acordo com a prefeitura. O ajudante do motorista é o único trabalhador que precisa saber ler e escrever, para auxiliá-lo a localizar o lugar onde será recolhido o material.

A falta desse trabalhador é sempre um problema, pois a única pessoa alfabetizada e disponível para auxiliar o motorista na leitura é uma mulher, a ajudante geral da associação, como descreve Mariana, a secretária da associação:

*Na falta dele vai ela, mas ela não consegue fazer as coisas igual, carregar os sacos, essas coisas. Ela vai mais devagar (Mariana, 29 anos).*

As duas prensas da associação são comandadas por um único trabalhador. O trabalho consiste em fazer uma estrutura de papelão para que o fardo fique bem acomodado, encher a prensa com o material já separado nos outros setores e apertar um botão para que a máquina prenda. Essa tarefa é executada sucessivamente até que se forme um fardo de cerca de 200kg, dependendo do tipo de material. O trabalho masculino é justificado pela necessidade de força física para retirar o fardo da prensa, pesá-lo e acomodá-lo aos fundos da associação, com o uso de alavancas e de carrinhos.

Alguns trabalhadores, além do serviço que lhes cabem na associação, também trabalham recolhendo materiais por conta própria, fora do expediente da ACREPOM e fazem disso uma possibilidade de aumentar o seu salário, recebendo dinheiro a mais, conforme a

quantidade de material coletado. Alguns, no período de horário de verão chegam a trabalhar das 8h da manhã até às 20h da noite e nos finais de semana realizam bicos como assistente de pedreiro e ajudante em carregamentos de móveis de mudanças.

A esteira, como o único trabalho compartilhado entre mulheres e homens na associação, é o que tem maior demanda de trabalhadores, pois o volume de materiais separados na esteira é bem maior do que em qualquer outro. Por essa razão, esse trabalho é realizado nos fundos da associação, onde há mais espaço. Todas essas trabalhadoras e trabalhadores recebem um salário distribuídos dos 70% dos lucros da ACREPOM. No início da esteira, uma pessoa é responsável por abrir os sacos e despejar o lixo. Conforme a esteira rola catadora e cada catador separa três tipos de materiais e o que é considerado lixo, continua passando pela esteira até cair em um saco.

Há um revezamento de posições durante a semana e sempre há mais de uma pessoa responsável por um único tipo de material, variando as posições, tipos de material e até mesmo o serviço de colocá-los no grande recipiente que os despeja na esteira. As garrafas PET são a maior quantidade de materiais separados, são lançadas formando verdadeiras montanhas do material.

Nesse sentido, mais do que um espaço compartilhado, a esteira é expressão emblemática da indústria aos moldes do fordismo-taylorismo, como foi dito acima sobre toda a estrutura da associação, onde há divisão de tarefas, rotinização de gestos e movimentos.

Já os trabalhos definidos como femininos, são realizados na cozinha, na recepção e na chamada “separação do papel branco”. A cozinheira da associação é a primeira trabalhadora a chegar. Todos os dias ela chega com uma hora de antecedência para que o café da manhã esteja pronto às 8h da manhã e para que em seguida comece a fazer o almoço. É essa trabalhadora quem decide o que haverá para as refeições, pois tem o controle sobre todos os alimentos que chegam e que se acabam na cozinha, assim como os restos de comidas que ficam congelados para virarem novas receitas. É ela também quem organiza a distribuição das cestas básicas e dos demais alimentos.

A cozinha é um lugar de trânsito contínuo de trabalhadores. Mas é um lugar bastante organizado onde nenhum copo, prato ou talher usado é deixado na pia. Imediatamente após tomar água os trabalhadores devem lavá-lo e o mesmo ocorre para os demais utensílios das refeições.

A secretaria é outro setor de bastante trânsito, principalmente das trabalhadoras. Ali fica a secretária, que é a única trabalhadora mulher que precisa saber ler, escrever e,

principalmente, fazer contas. É ela quem organiza o cotidiano da associação e é ela quem trata diretamente com os compradores, doadores, com o pagamento dos trabalhadores, com a retirada de dinheiro do caixa e com as anotações de pesagem do trabalho dos associados que trabalham “por produção”. Fica ali também uma ajudante geral e eventualmente, especialmente na época das festas de final de ano, algumas trabalhadoras, revezadamente, fazendo artesanatos de materiais recicláveis para serem revertidos em dinheiro para a associação. É na secretaria, que também acontece o picote de papéis sigilosos e quem realiza esse trabalho é a secretária e a ajudante.

A única mulher trabalhadora externa é a responsável pela triagem dos materiais na Rede Pão de Açúcar. Ela trabalha na estação de reciclagem durante a manhã e, durante às tardes, acompanha as mulheres na secretaria em algo que seja necessário.

A “separação do papel branco”, exceto pelo trabalho da secretária, é o trabalho que exige mais habilidades na associação, contudo o seu salário é pago “por produção”. É sempre uma mulher responsável por esse trabalho, que consiste em separar papel, plástico e papelão que tem origem, especialmente, em escritórios e instituições financeiras. O objetivo é separar a maior quantidade possível de papel branco de tipo A4, inteiro e sem rasgos.

A trabalhadora rasga os sacos e separa os materiais em papel branco (que não tenha nenhum traço de tinta colorida de qualquer espécie), papel colorido, papel rasgado papelão, papelão colorido, papelão rasgado, plástico mole (sacolas plásticas, por exemplo), plástico duro, garrafa PET (plástico transparente ou verde destinados ao armazenamento de refrigerantes e plástico apenas transparente destinado ao armazenamento de detergentes de cozinha, por exemplo), jornal e lixo (material orgânico, papéis adesivos, copos de água descartáveis, etc.).

Depois de separados, os materiais são prensados e pesados e o recebimento financeiro da trabalhadora é cerca de R\$ 0,15 centavos de reais pelo quilo de cada material, exceto a garrafa PET que ainda será armazenada juntamente com as garrafas separadas na esteira para, em algum momento, serem novamente separadas entre garrafas transparentes e verdes e tampas.

Esse trabalho é basicamente igual ao da esteira, com a diferença de exigir maior atenção sobre a separação de papéis, ser realizado de forma solitária e receber menor salário. Embora o trabalho na esteira se depare com materiais mais sujos, por causa dos restos de alimentos nos materiais, é melhor remunerado e as trabalhadoras e os trabalhadores passam o dia em maior interação.

Olhando para a descrição desses processos de trabalho, neles se reproduz a lógica do interno e externo pressuposta nos princípios de separação e hierarquia apontados por Kergoat. Até mesmo as prensas ficam à frente da associação, literalmente de frente para a rua, onde um grande portão aberto visibiliza os homens que ali estão trabalhando e os que chegam das ruas com os carrinhos para pesar o material.

Além da estrutura da associação ser aos moldes do fordismo-taylorismo, onde há, como supracitado, ela foi estruturada em programas sociais apoiados por instituições bancárias, pelos poderes públicos e pela igreja católica aos moldes dos atuais preceitos da chamada “Economia Solidária”, tendo a sua origem uma relação com a busca pelo “resgate da dignidade” dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis da cidade

Em 1995, a partir de uma preocupação em relação a dezenas de trabalhadoras e trabalhadores catadores de materiais recicláveis vivendo e trabalhando em condições de completa insalubridade tanto na área urbana como na rural, quando o lixão a céu aberto ainda estava ativo, o Centro de Direitos Humanos de Araçatuba em parceria com a Pastoral da Juventude, reuniram um grupo de voluntários que começaram a realizar reuniões resultando, assim, na fundação da associação em 1996.

Isso se encaminhou de duas formas, pela busca pela “cidadania” e de “inclusão social”. As preocupações vão desde a alimentação, saúde e moradia até a educação. A palavra “resgatar” significa<sup>67</sup>, entre outras coisas, “adquirir de novo”, a associação busca por um lado, em caso de ausência de documentação pessoal, efetuar cadastros nos documentos oficiais do Brasil, colocando-os ao exercício formal da “cidadania” brasileira, dos direitos e deveres legais e assegurando-as (os), através de um projeto interno de aposentadoria no qual as trabalhadoras e os trabalhadores, que não conseguem através da seguridade pública, são afastadas (os) da associação, mas continuam recebendo um vencimento mínimo, de acordo com a atividade que exercia dentro da instituição, algo em torno de R\$ 400,00 reais.<sup>68</sup>

Por outro lado, a associação busca para as trabalhadoras e os trabalhadores a formação da identidade de cidadãos e cidadãs, ou seja, de mulheres e homens trabalhadores portadores de direitos e deveres na vida em sociedade, o que pode ter maior relação com outro significado da palavra “resgatar”: “tirar do esquecimento”, o que se torna ambíguo se o “resgate da dignidade”, tirando-os) do esquecimento for relacionado a outros dois significados da palavra, “salvar” e “libertar”.

---

<sup>67</sup> Segundo o dicionário de língua portuguesa *Houaiss*.

<sup>68</sup> Em um entendimento simplificado de cidadania, de participação na sociedade portando direitos e deveres.

De uma forma sucinta, “tirar” esses trabalhadores do “esquecimento” tem menor relação com o conceito clássico de cidadania, de designação de direitos aos cidadãos, do que de seu conceito mais ampliado, no qual se entende que valores sociais determinam o conjunto de direitos e deveres. Segundo Edmundo Fernandes Dias, esta última definição é o fundamento da ideia da “cidadania burguesa”, tratando-se, em suas palavras, de “um pacto, uma construção histórico-política, que expressa a racionalidade das classes dominantes concretizadas estrutural e conjunturalmente nas correlações de forças” (DIAS, 1997, p. 50 e 51).

Nesta concepção, a “abstrata” e “genérica” cidadania, buscaria incorporar tudo e todos à uma realidade estatal, porém, onde as desigualdades nunca teriam sido questionadas e portanto, isto ocultaria a constituição das classes, permitindo, em seu lugar, a constituição de uma “liberdade mínima”, vivenciada com uma “opressão máxima”, transformando, nesse sentido, mais uma vez em suas palavras, “homens livres em ‘agentes iguais e autônomos’” (DIAS, 1997, p. 50 e 51).

Para compreender isto, basta levar a cabo a premissa da cidadania burguesa e androcêntrica: “todos nascem iguais perante à lei” e, no entanto, verificar que, por exemplo, “só após a metade do século XIX se estendeu às classes subalternas o direito de voto” e a partir da segunda década do século XX o direito ao voto foi estendido às mulheres. Apesar de a Nova Zelândia ter sido o primeiro país a decretar o direito de voto da mulher, em 1893, a Alemanha decretou apenas em 1918, a Suécia em 1919, os Estados Unidos em 1920, o Brasil em 1932 e a França, tardiamente, em 1944 (DIAS, 1997, p. 50 e 51).

Através desse trabalho de “resgate”, a associação de catadores divulga perceber a elevação da autoestima das associadas e dos associados, que por meio dela se sentem mais fortes, como é possível observar na fala de Larissa, catadora da associação há oito anos. Em seu relato ela incorpora a ideia, mesmo que o trabalho com o carrinho pelas ruas a incomodasse no início, de que este trabalho seria importante para a qualidade de vida e desenvolvimento da cidade. Em suas palavras:

*Como era antes? Ah, como eu posso dizer? Eu não tinha nada. Eu era pobre, pobre de espírito, essas coisas, isso e aquilo (...)* (Larissa, 49 anos).

Tendo sido declarada de utilidade pública municipal pela Câmara de Vereadores de Araçatuba em 21 de maio de 2001, pela Lei Municipal 5946/01, o que lhe permite estabelecer

convênios com instâncias do governo, foi possível firmar um convênio entre a ACREPOM e a Fundação Banco do Brasil com recursos oriundos do Ministério do Trabalho e Emprego.<sup>69</sup> Foi por meio desse convênio que parte dos equipamentos da associação foi adquirida, como uma fragmentadora de papel para papéis sigilosos; uma esteira para a seleção de materiais recicláveis; uma estrutura metálica para cobertura do galpão; vinte carrinhos para a coleta manual de material reciclável; e, um veículo Kombi com nove lugares. Sobre essa união entre o Banco do Brasil e o poder público federal no processo de consolidação da associação e, portanto, de construção da “inclusão social” e da “cidadania” das trabalhadoras e trabalhadores, a ACREPOM divulga no site da associação a seguinte nota:

Que a nossa gratidão possa ser expressa, por exemplo, através do sorriso de dignidade de cada catador e catadora de papel que acessa sua conta num terminal do Banco do Brasil, inaugurando mais uma etapa em direção à inclusão social e cidadania (ACREPOM, 2009).

A Prefeitura Municipal de Araçatuba teve importante participação na constituição da ACREPOM, cedendo, a título de empréstimo, o prédio para a sede no centro da cidade, o que hoje é motivo de conflitos políticos e insegurança da permanência da associação, devido a inauguração em julho de 2011 da Cooperativa de Coleta Seletiva e Beneficiamento de Materiais Recicláveis de Araçatuba (Cooper Araçá), composta, aos moldes mais recentes dessas instituições, majoritariamente por mulheres (26 mulheres em relação à apenas três homens), trabalhando nas instalações do aterro sanitário localizado na zona rural da cidade, com o apoio direto da Prefeitura de Araçatuba e da Revita Engenharia, a empresa responsável pela limpeza pública da cidade.

Outra instituição que trabalha em parceria com a ACREPOM é a Rede Pão de Açúcar que disponibiliza reservatórios para a população depositar o lixo reciclável. Uma das associadas da ACREPOM realiza no local a separação dos materiais, que depois são levados até a associação e a rede de supermercados fornece o pagamento de seu INPS e de vale transporte para a locomoção da trabalhadora, com isso a rede ganha popularidade. Trata-se do Programa de Reciclagem Pão de Açúcar Unilever, criado em 2001. Ao todo, a empresa

---

<sup>69</sup> Segundo a Prefeitura do Estado de São Paulo, a Declaração de Utilidade Pública é um documento de reconhecimento pelo Poder Público de que uma entidade civil presta serviços, de acordo com o seu objetivo social, de interesse para toda a coletividade e pode ser concedido nas três esferas federal, estadual e municipal, cada qual com exigências estabelecidas em leis. Em resumo, a declaração de Utilidade Pública possibilita à entidade obter verbas, isenções e outros benefícios do Governo.

executa seis projetos voltados à reciclagem, com os quais busca em parceria com outras empresas como a Unilever, a Nokia, Extra e P&G, expandir a indústria de reciclagem.

Com o discurso “verde” e de “geração de emprego e renda”, essas empresas impulsionam o mercado, garantindo uma experiência cujos resultados de vendas e estratégias de comunicação estão alinhados.<sup>70</sup> Trata-se, nesse sentido, de se aproveitarem do trabalho de catação de materiais recicláveis para diminuir os custos produtivos e expandirem o número de vendas.

O poder público e a Fundação Banco do Brasil não foram as únicas instituições fundamentais na constituição da associação de forma isolada, mas grande parte dos equipamentos necessários foram adquiridos através de outro projeto social, dessa vez apoiado pela organização religiosa Cáritas Brasileira, em junho de 1997.

Nesse contexto, com o projeto *O Luxo do Lixo* de 1994, realizado pela Cáritas do Estado de São Paulo, foi doado para quinze instituições do Estado, dentre elas, a ACREPOM, não apenas os equipamentos como prensas, elevador para fardos, balança, triturador de vidro, além de mais vinte e cinco carrinhos destinados à coleta nas ruas, mas todo o fundamento ideológico da Economia Solidária gerado pela igreja católica.

Embora a formação da ACREPOM date no período anterior ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT) é relevante lembrar que Souza aponta a forte presença do catolicismo progressista nos governos de “Lula” e Dilma Rousseff, o que se relaciona com o período de maior expansão dessas instituições.<sup>71</sup> Dessa forma, vários dos atuais “empreendimentos solidários” seriam formados com o apoio de pastorais sociais, organismos católicos e do próprio partido (SOUZA, 2013, p. 19), embora a sua expansão tenha início no período anterior ao governo do PT.<sup>72</sup>

---

<sup>70</sup> Está tramitando no congresso uma proposta de emenda constitucional (PEC 1/2012) na qual, se aprovada, as empresas que utilizam embalagens recicladas tiveram os impostos sob os produtos, reduzidos em até 100%. Trata-se de uma lucrativa aliança.

<sup>71</sup> Segundo dados da “associação empresarial dedicada à promoção da reciclagem e gestão integrada do lixo”, a CEMPRE (Compromisso Empresarial para a Reciclagem), em 1994, apenas 81 municípios desenvolviam programas de coleta seletiva; em 1999, 135 municípios; em 2002, 192; em 2004, 237; em 2006, 327; e em 2010, 443 municípios brasileiros operaram programas de coleta seletiva (CEMPRE, 2010). De forma parecida, avaliando o processo de crescimento de instituições produtivas voltadas à reciclagem, Paul Singer apresenta dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), que mapeou, em conjunto com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), entre 2005 e 2007, cerca de 22.000 Empreendimentos Econômico Solidários (EES) em 2.934 municípios brasileiros, dos quais 386 empreendimentos econômicos solidários atuam no setor de serviços de coleta e reciclagem de materiais (SINGER, 2011, p. 1).

<sup>72</sup> É importante informar que a principal responsável pela existência da ACREPOM é a vereadora de Araçatuba Edna Flor, exercendo o seu terceiro mandato, atualmente filiada ao Partido Popular Socialista (PPS), mas anteriormente filiada ao PT.



Ademais, a igreja católica não tem participação apenas na doação de equipamentos e dos preceitos político-econômicos da associação, mas tem participação direta na vida de parte das trabalhadoras e trabalhadores, que passaram a viver em comunidade em um condomínio de 10 casas e uma capela doado à associação por um padre da cidade, o Núcleo Sagrada Família, que também acolhe suas famílias. Através de fundo próprio comunitário de recursos da ACREPOM, a associação mantém mais uma casa, onde moram alguns coletores que viviam sozinhos, morando nas ruas.

No condomínio do Núcleo Sagrada Família há dez casas de quatro cômodos cada, doadas por um padre da cidade. As moradoras e moradores apenas encarregam-se de pagar as contas de água e energia elétrica e o fazem com o dinheiro do salário que recebem da associação. Algumas trabalhadoras moram sozinhas, há casais e há duplas, não são todas as associadas e associados da ACREPOM que moram ali, há quem possua residência própria, quem more na outra casa mantida pela associação e há quem prefira pagar aluguel para morar com a família em outro lugar. O condomínio está localizado no Bairro Alvorada, na periferia da cidade, a mais ou menos seis quilômetros da associação, muitos moradores seguem até o trabalho a pé, outros de ônibus, bicicleta ou bicicleta motorizada.

Ao chegar ao portão de entrada a impressão que se tem é a de que é apenas uma capela. A capela está à frente e as casas nas laterais do terreno. No centro há um tanque de areia com brinquedos de criança e um tanque de terra onde eventualmente algum morador planta verduras ou flores. Há também, no fundo, uma área coberta, que as moradoras e moradores usam para o lazer.

Eventualmente há missas na capela, mas o local ficou reservado aos trabalhadores da associação. Em todos os primeiros domingos do mês, há uma comemoração religiosa na capela. As moradoras e os moradores se reúnem com convidados, visitantes, moradores do bairro e com a fundadora da ACREPOM, que orienta a celebração, fazendo orações e discursando sobre o perdão, a caridade e os princípios básicos da igreja católica durante uma hora. Ocorrem orações em círculo e de mãos dadas e começam a cantar músicas religiosas. No final, todos se abraçam, cantando uma canção que deseja a paz. Há bolos e refrigerantes e todos permanecem ali reunidos por mais alguns instantes conversando.

É um momento de tranquilidade no Núcleo Sagrada Família, bastante agitado nos finais de semana, quando as trabalhadoras e os trabalhadores, igualmente à jornada de trabalho na ACREPOM, ligam os rádios, fazem churrascos, lavam roupas, limpam as casas, recebem amigos, entre outras coisas, mas é também um momento no qual são expostos os

ganhos e as perdas da associação no mês que se passou. É um momento em que agradecem por doações de materiais, por consertos de equipamentos, por assistências médicas concedidas, É o momento em que pedem a Deus que lhes ajudem a conseguir o montante de dinheiro necessário para cobrir todas as despesas do mês que se inicia. Naquele momento é exposto as necessidades materiais do grupo e algumas necessidades individuais como adocimentos e alguma desavença.

No término da comemoração as trabalhadoras e os trabalhadores que estão com algum problema pessoal ou no trabalho, solicitam a ajuda da fundadora da associação, ela é quem resolve os problemas das associadas e dos associados, em muitos momentos até mesmo tomando decisões por eles. A comemoração mensal não é apenas um momento de oração ou de festividade/sociabilidade, mas é um momento de encontro onde suas necessidades são expostas nos pedidos ou agradecimentos.

Apesar da vida em comunidade dos trabalhadores da associação, é preciso deixar claro que as que os trabalhadores estabelecem com a ACREPOM, se estruturam em torno de relações de emprego. Para esses trabalhadores, embora estruturada nos preceitos associativos de divisão dos lucros, o trabalho na associação nada tem relação com o trabalho associativo como a “Economia Solidaria” divulgada, mas se sustenta nos moldes de uma empresa capitalista. Para os associados, eles são empregados dentro dos mesmos princípios que estiveram empregados em outros momentos de suas trajetórias, como trabalhadores fixos ou em regime de contratação temporária. A ACREPOM significa para eles um emprego, independente da existência de contratos.

Isto se confirma na fala de Larissa, que já trabalhou em uma antiga fábrica de extratos de tomate, em um frigorífico e de faxineira:

*Eu era pobre de espírito, então uma vez eu passei necessidade e falei assim: ai meu deus do céu, eu to morrendo de fome. E ele [o ex-companheiro] falou que não, que não ia me ajudar. Daí eu falei assim: meu deus, e agora, o que é que eu vou fazer da minha vida? Aí, eu comecei a pedir, a bater palma na casa dos outros. Mas, essa vida não é pra mim (Larissa, 49 anos).*

Foi quando ela aceitou o convite de uma amiga para ir até a câmara dos vereadores da cidade, para uma palestra sobre como resolver a questão das dívidas dos pagamentos de água, esgoto e energia elétrica. Ela foi, porque estava há muito tempo sem água e tinha medo que alguém da família contraísse cólera. Na palestra, sentiu-se ofendida por uma pessoa que a

chamou de ladra por não pagar as contas, se envolveu em uma discussão na presença da vereadora Edna Flor, uma das principais fundadoras da ACREPOM, que a ofereceu um carrinho para trabalhar na associação:

*Ela falou: passa lá que eu vou te arrumar um trabalho. Eu nem sabia o que era esse carrinho, cheguei no endereço que ela me deu e ela [a pessoa que a recebeu na associação] falou pra mim: vamos lá, você quer isso mesmo? Eu disse: quero! Daí ela disse: estou com dó de você, não sei nem como eu te falo, o carrinho é aquele ali. Aí, eu olhei na porta e falei: o quê? Olhei e falei: ah, eu não quero não! (...) Aí na terceira vez [que olhou], levantei a mão pro céu e disse: seja o que deus quiser. (...) eu parei de ter vergonha (Larissa, 49 anos).*

A relação de “vínculo empregatício” fica ainda mais clara na fala de outra associada:

*Se eu sair eu perco todos os meus direitos. O que me interessa aqui é o dinheiro mesmo (sigilo).*

Analisando a trajetória de trabalho dos associados da ACREPOM, o perfil das trabalhadoras da ACREPOM indica a predominância do trabalho informal ao longo da trajetória laboral das catadoras, com a maior parte no trabalho de faxina, em seguida como catadoras no lixão da cidade, como trabalhadoras das fábricas e, na agricultura e corte de cana. Enquanto que o perfil do trabalhador masculino indica maior participação nos contratos temporários das usinas de cana-de-açúcar.

Como pode ser observado nos gráficos abaixo, elaborados conforme o número de ocorrências, o perfil das mulheres e homens associados, de acordo com as atividades que trabalharam antes de serem associados:

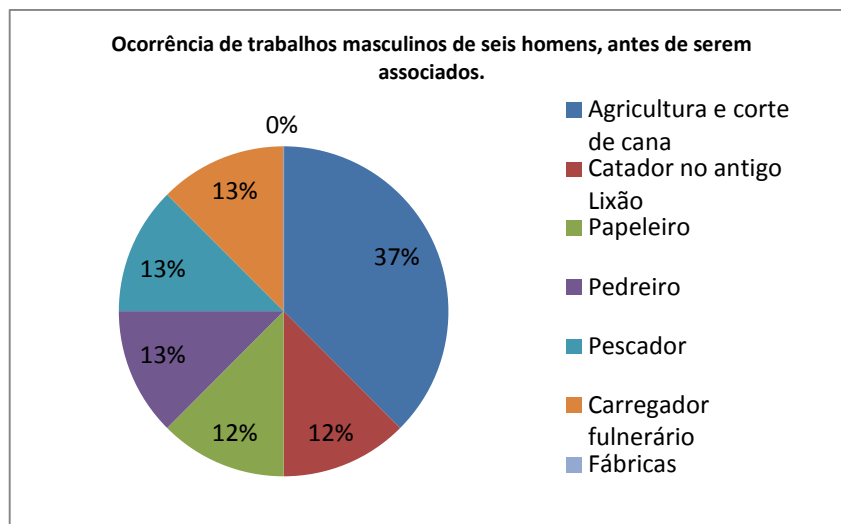


GRÁFICO 1. OCORRÊNCIA DE TRABALHOS MASCULINOS DOS ASSOCIADOS DA ACREPOM

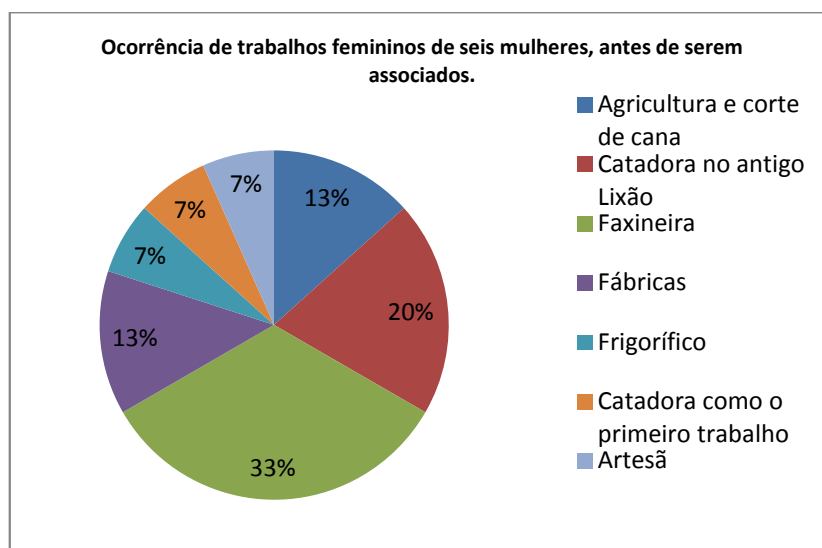


GRÁFICO 2. OCORRÊNCIA DE TRABALHOS FEMININOS DAS ASSOCIADAS DA ACREPOM

A trajetória laboral das trabalhadoras e trabalhadores da ACREPOM, as rupturas e continuidades de seu trabalho, podem ser analisadas de acordo com as transformações tecnológicas implantadas na região, que indica, por um lado, que dos anos 1980 à metade da década seguinte ocorreu vasta distribuição de força de trabalho nas fábricas da cidade, ocorrendo alto nível de demissões no período posterior, se arrastando aos dias atuais, embora essas empresas tenham conquistado um crescimento significativo da produção. De outro lado, percebe-se o deslocamento dessa população para trabalhos informais e os contratos temporários do ramo sucroalcooleiro.

Os núcleos de força de trabalho foram compostos na região por migrantes nordestinos e imigrantes italianos, espanhóis, portugueses e japoneses, a partir de meados da década de 1930, atraídos pelo trabalho na plantação de café pela *The San Paulo Land, Lumber & Colonization Company* (Companhia de Terras, Madeiras e Colonização de São Paulo).

Essa história se inaugura com o extermínio dos índios caingangues que habitavam aquelas terras e que ainda resistem em três pequenas aldeias na região<sup>73</sup>, para a tomada das terras e a expansão da ferrovia que ligaria os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, favorecendo o comércio, principalmente, com a Argentina e o Uruguai, com o intuito de expandir a exportação de café, sobretudo com a utilização de força de trabalho de migrantes nordestinos e, um pouco depois, nos anos de 1930, com a utilização da força de trabalho de imigrantes italianos, espanhóis, portugueses e japoneses, passando pela agropecuária e lavouras de algodão, feijão, milho e soja (BINI, 2011 e ENNES, 2005).

Embora a expansão do que hoje é a Região Administrativa de Araçatuba<sup>74</sup> tenha se dado pelo café, sua economia é historicamente ligada à pecuária, chegando a ser conhecida nos anos de 1960 como “a cidade do boi gordo”, o que a partir da década seguinte passou a estar relacionada à indústria, principalmente de fábricas do ramo alimentício. Atualmente, com cerca de 180.000 habitantes, é sede de um dos principais terminais sucroalcooleiros e responsável pela maior produção de etanol do Estado de São Paulo.

A fábrica que mais se destaca nesse processo é a de extratos de tomate que no ano de 1999, completando 25 anos, cerca de cem mil trabalhadoras e trabalhadores já haviam trabalhado ali. Naquele ano, a fábrica empregava 850 funcionários fixos, chegando à 1200 em períodos de safra. Inaugurada em 1974 pelo empresário Carmelo Pauletti, já pertenceu ao grupo Fenícia (1979), à Parmalat (1998), à Hypermarchas (2006) e atualmente, desde o ano de 2011, com um quadro de 400 trabalhadoras e trabalhadores, pertence à empresa Bunge, sendo que a cada venda da marca para uma nova empresa, ocorrem prováveis novos investimentos em tecnologia ou pelo menos, ao que tudo indica, transformações no regime de contratações (NOGUEIRA, 1999 e 2006; SILVIA HELENA, 2011 e 2013; LANGSDORFF, 2011).<sup>75</sup>

---

<sup>73</sup> Embora os índios caingangues tenham sido exterminados no confronto com os paulistas em um processo de expansão da plantação e comercialização de café no sentido ao Estado de Mato Grosso, ainda persistem três grupos ocupando um pequeno espaço de terra, que o Serviço de Proteção ao Índio lhes ofereceu em 1912, são elas a aldeia de Icatú em Braúna e as aldeias Capitão Kenkra e Vanuire em Tupã.

<sup>74</sup> A Região Administrativa de Araçatuba (RAA) é composta por 43 municípios e a região abrange 7% do território estadual.

<sup>75</sup> Quando maior volume de demissões na fábrica se deu com a passagem da gestão da Parmalat para a Hypermarchas, mesmo após a empresa anterior expandir a produção de extrato de tomate para a linha de molhos (SILVIA HELENA, 2011 e NOGUEIRA, 1999).

A exemplo do desemprego em massa, no qual a fábrica de extratos de tomates em uma década diminuiu pela metade o número de trabalhadoras e trabalhadores contratados, embora tenha expandido a produção, segue a fábrica de alimentos da Nestlé, inaugurada na cidade em 1963, empregando apenas 300 trabalhadoras e trabalhadores no ano de 2006 (NOGUEIRA, 2006).

Atualmente as principais usinas de cana-de-açúcar da região, nos períodos que antecedem as safras, abrem cerca de 5,5 mil vagas temporárias (SILVIA HELENA, 2013).<sup>76</sup>

O histórico de vasta área de cultivo de cana-de-açúcar vem acompanhado da exploração da força de trabalho da população de toda a região e de migrantes, especialmente do Norte e Nordeste do Brasil, com corriqueiras denúncias de degradantes condições de vida das trabalhadoras e trabalhadores e até mesmo de trabalho análogo à escravidão.

É possível concluir, com essas informações, que se nos últimos anos os catadores da ACREPOM se tornaram trabalhadores “empregados” pela associação, em outros momentos, conforme as necessidades do capital, estiveram ora empregados nas fábricas da região, ora empregados nas usinas de cana-de-açúcar e entre um vínculo e outro ou como dado permanente de suas histórias de trabalho, trabalhando na informalidade como faxineiras e assistentes de pedreiros, ora, no limite da miserabilidade, como catadoras e catadores nas ruas e nos lixões.

Diante desses dados sobre a trajetória laboral dos trabalhadores da ACREPOM e da formação dos núcleos de força de trabalho da região de Araçatuba a seguinte conclusão pode ser encaminhada: o número elevado de trabalhadoras e trabalhadores, cerca de 800 mil em todo o país, não tem relação direta com o processo de demissões em massa gerados pela última reestruturação produtiva, mas se relaciona e esse processo na medida em que faz parte de um longo processo onde a informalidade nas relações de produção, onde há um processo de produção de uma população excedente, a qual, nas palavras de Marx, “é produto necessário da acumulação, é alavanca da acumulação, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista (...), ela proporciona o material humano à serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronta para ser explorada (...)” (MARX, 2013, p. 703).

---

<sup>76</sup> No ano de 1999, sob a gestão da Parmalat, a fábrica da empresa Etti ampliou a produção de extratos de tomates para a fabricação de molhos. A fábrica da Nestlé, com um investimento de cerca de R\$100 milhões, ampliou a produção de linha de leites para fórmulas de nutrição infantil, como NAN Pro 1 e NAN Pro 2, além de Nestogeno 1, Nestogeno 2, Nestogeno Plus, Nidex e NAN AR, no ano de 2007 (PFB, 2007).

Para além disso, pretende-se, no próximo capítulo, desenvolver a seguinte questão. A divisão social do trabalho entre os sexos, como mantenedora das desigualdades entre mulheres e homens é, também, produto das relações de produção. Nesse caso, verificar-se-á que não apenas há no processo de transformações sociais, políticas e econômicas do final do século XX e início do século XXI, o crescimento da informalidade, a produção de uma população excedente, a utilização de associações de trabalho, mas há também, a apropriação da divisão entre os sexos, sendo a exploração da força de trabalho na indústria da reciclagem um exemplo da articulação desses fatores intensificadores da extração de mais-valia.

#### CAPÍTULO IV – COZINHA, COSTURA, LIMPA, CUIDA E CATA: A APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA DIVISÃO DO TRABALHO ENTRE OS SEXOS E O TRABALHO DA MULHER EM TEMPOS DE INFORMALIDADE

Até aqui, procurou-se demonstrar a exploração da força de trabalho oculta no processo industrial de reciclagem. Esta demonstração foi realizada na medida em que se traçou uma relação entre a expansão da reciclagem e as transformações político-econômicas e sociais do final do século XX e início do século XXI. Apontou-se, como expressão desse momento e como justificativa para o enorme contingente de trabalhadores que a reciclagem industrial recrutou para se desenvolver, o crescimento da informalidade, especialmente nas últimas três décadas. Articulado a isso, apontou-se para o crescimento da produção de uma população excedente em relação à necessidade média de trabalhadores ocupados para a valorização do capital. Demonstrou-se, também, a reverberação das associações de trabalho estruturadas, atualmente, pelos preceitos da chamada “Economia Solidária”, que seus entusiastas divulgam caminhar paralelamente ao capitalismo e, em certa medida, se colocando como alternativa a ele.

O que se evidenciou nesse processo foi uma crescente desregulamentação das relações de trabalho, uma intensificação da concentração de capitais, da mistificação da relação capital/trabalho e da desvalorização da força de trabalho com a desregulamentação das leis de proteção ao trabalhador e das relações de trabalho. Em outras palavras, verificou-se uma expansão do capitalismo mediante um aprofundamento nas desigualdades entre as classes, marcada, sobretudo, por um aprofundamento da subalternidade da classe trabalhadora em relação ao capital.

Diante disso, acrescenta-se o seguinte argumento: em meio a esse processo no qual a reciclagem industrial é possibilitada, não há apenas uma crescente informalidade nas relações de produção, uma expansão da produção de uma população excedente e a reverberação das associações de trabalho como fatores intensificadores da exploração capitalista, mas há também um rearranjo da utilização da força de trabalho das mulheres que colabora decisivamente nesse processo de subalternização da classe trabalhadora.

Nos capítulos anteriores, indicou-se que os postos de trabalho não são ocupados indiferentemente por homens e mulheres; que no processo de reciclagem industrial a utilização da força de trabalho de mulheres tem número superior em relação à utilização da força de trabalho de homens, que o trabalho informal contribui para a manutenção da



“segmentação por gênero no mercado de trabalho” e que no interior dos “empreendimentos” que fazem parte da “Economia Solidária”, nos quais a presença das mulheres é, também, superior em relação aos homens, reproduzem-se essas desigualdades e as condições de trabalho impostas pela informalidade (ARAÚJO e DURÃES, 2010 e 2012; e WIRTH, 2013).

Tendo em vista essa reprodução das desigualdades entre mulheres e homens e a permanência das condições de informalidade no interior desses “empreendimentos”, apontou-se, também, como fator dissimulador da exploração da força de trabalho na relação desses “empreendimentos” com o capital, o equívoco de se eleger um sujeito, o sujeito mulher, historicamente dotado de capacidades para operá-los supostamente contra as desigualdades entre os sexos e até mesmo contra o próprio capital (GUÉRIN, 2005; LAVILLE, 2009; e WIRTH, 2013).

Ao contrário, aponta-se aqui para subordinação da informalidade ao capital e para um rearranjo nos processos produtivos nas últimas décadas que se apropria do trabalho das mulheres, mantendo a divisão sexual do trabalho, aprofundando desigualdades entre mulheres e homens e resgatando formas primitivas de exploração, o que, certamente, distancia-se da proposta de que as mulheres são maioria nessas “iniciativas populares” pelo fato de estarem mais aptas a reconhecerem os problemas da vida cotidiana, estabelecendo uma ligação entre o feminismo e a ecologia, fazendo com que as mulheres sejam os sujeitos portadores da transformação social por uma via “não capitalista” (LAVILLE, 2009, p. 20, 31 e 42) ou de que por serem mais pobres, possuem as características necessárias ao desenvolvimento do solidarismo (SINGER, 2001).

Neste capítulo, com o objetivo de demonstrar com mais profundidade o rearranjo na utilização da força de trabalho das mulheres como fator intensificador da exploração capitalista, propõe-se o seguinte caminho. Primeiramente, será feita uma historicização da divisão do trabalho entre os sexos com a finalidade de demonstrar que essa divisão toma dimensões diferentes ao ser apropriada pelo capitalismo. Em seguida, a apropriação capitalista da divisão será analisada de acordo com as transformações político-econômicas e sociais do final do século XX e do início do século XXI.

Por esse caminho se evidenciará as razões pelas quais o trabalho da mulher compõe em maior parte o trabalho de catação de materiais recicláveis no que se refere ao Brasil, seja ele realizado nas ruas e nos domicílios dos trabalhadores ou em associações de trabalho.

#### 4.1– A APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA DIVISÃO DO TRABALHO ENTRE OS SEXOS

Analisando a não problematização da questão da divisão sexual na análise do capital, Christine Delphy (1984) divulga que as mulheres trabalhadoras seriam invisíveis. Elas estariam ausentes da análise do mercado de trabalho por um lado, e seu trabalho doméstico e sua exploração seria tomada como dada, por outro. Contudo, essa não problematização de Karl Marx e de alguns marxistas posteriores, de nenhuma forma impediria a aplicação de conceitos materialistas à opressão das mulheres. Para ela, o materialismo não seria uma ferramenta possível, entre outras, para os grupos oprimidos, mas ela seria precisamente a ferramenta por excelência, na medida em que seria a única teoria da história pela qual a opressão seria uma realidade fundamental, o ponto de partida (DELPHY, 1984, p. 159).<sup>77</sup>

Para Delphy, os conceitos de *classe* e de *exploração* não derivam do estudo do capitalismo, ao contrário, estão colocados *a priori* na análise de Marx. Nesse sentido, com base no materialismo histórico esses conceitos de nenhum modo requereriam que as divisões sexuais fossem ignoradas mas, ao contrário, são eminentemente úteis em explicá-las. Segundo Delphy, o materialismo histórico teria sido rejeitado nas análises sobre as desigualdades entre os sexos, justamente por ter sido reduzido à uma análise supostamente apenas economicista do capital, onde os conceitos de *classe* e de *exploração* teriam ficado restritos a uma análise assexuada do capital (DELPHY, 1984).

Karl Marx, em *O Capital*, descreve o processo de apropriação capitalista do trabalho da mulher da seguinte forma. Na medida em que a força muscular tornou-se prescindível, a maquinaria teria se convertido a utilizar trabalhadores e trabalhadoras com pouca força muscular, as mulheres, e com desenvolvimento corporal imaturo, as crianças. Por essa razão, o trabalho feminino e infantil teriam sido palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria, submetendo ao *comando imediato do capital* todos os membros da família dos trabalhadores, nesse momento, sem distinção de sexo ou idade (MARX, 2013, p. 468).

A principal questão trazida nesse processo teria sido a entrada de todos os membros da família de trabalhadores no valor da força de trabalho, que de um único trabalhador passa a ser distribuído por toda a sua família, ocorrendo uma desvalorização da força de trabalho com a desregulamentação das leis de proteção ao trabalhador e das relações de trabalho. Seria possível que a compra de uma família parcelada em, por exemplo, quatro forças de trabalho,

---

<sup>77</sup> Em suas palavras: “to me this means that materialism is not one possible tool, among others, for oppressed groups; it is the tool precisely in so far as it is the only theory of history for which oppression is the fundamental reality, the point of departure” (DELPHY, 1984, p. 159).

custasse mais do que a compra de um trabalhador, porém, para uma família viver passa a ser necessário que quatro pessoas forneçam não apenas trabalho, mas mais-trabalho. Dessa equação, resultaria a desvalorização da força de trabalho e uma das formas históricas de expansão do capital (MARX, 2013, p. 468).<sup>78</sup>

Nesse sentido, o trabalho da mulher no capitalismo ganha uma dimensão precária desde a sua fase inicial. Para além dessa questão, as mulheres passam a agregar valor ao capital de forma direta, como força de trabalho desvalorizada, e de forma indireta, através do trabalho doméstico, fornecendo as condições materiais diretas e indiretas do desenvolvimento da produção e da reprodução das relações capitalistas.

A socióloga francesa, Colette Guillaumin, tem uma contribuição importante para esse debate. Haveria uma divisão entre duas “classes sexuais”: homens e mulheres somadas a divisão da sociedade em “classes econômicas”. Esse “sistema de classes sexuais” teria por base o papel da mulher na reprodução (GUILLAUMIN, 2003, tradução própria).<sup>79</sup> Essa proposição encontra respaldo na seguinte proposição de Engels. Em um velho manuscrito inédito, redigido em 1846, o que posteriormente culminou no livro *A ideologia alemã*, Engels teria encontrado a seguinte frase escrita por ele e por Marx: “a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”. No momento em que escreveu *A origem da família da propriedade privada e do Estado*, Engels acrescentou: “o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino” (ENGELS, 2012, p. 70 e 71).

Para Guillaumin, quando a exploração das mulheres é analisada e descrita, a ideia da “força de trabalho” ocuparia uma posição central, sendo utilizada na perspectiva de relação social. Contudo, em sua opinião, o conceito de “força de trabalho” compreenderia o trabalhador homem, mas não a “classe” que compõe cerca de metade da população, ou seja, as mulheres (GUILLAUMIN, 2003, tradução própria).<sup>80</sup>

Distinguindo uma dupla apropriação unida a exploração da força de trabalho da mulher, Guillaumin defende que as mulheres não sofrem apenas a exploração de sua força de

---

<sup>78</sup> Apesar de Marx reproduzir noções machistas ou falocêntricas da relação entre mulheres e homens, como caracterizar o homem como “chefe” ou vendedor da força de trabalho das mulheres e dos filhos, como um “mercador de escravos”, como possuidor dispondo-os ao capitalismo e de reproduzir a noção de que as mulheres ocupam determinados postos de trabalho de acordo com uma disposição geral de seus corpos: pequenos e delicados, sua proposição de desvalorização da força de trabalho na utilização do trabalho das mulheres é fundamental para a compreensão capitalista da divisão do trabalho entre os sexos (MARX, 2013, p. 468 e 469).

<sup>79</sup> Essa é uma das principais características das teorias da corrente do feminismo materialista francês.

<sup>80</sup> Essa é uma das principais características das teorias da corrente do feminismo materialista francês.

trabalho, mas também uma apropriação física direta de seus corpos. Haveria uma “apropriação individual” de seu corpo no âmbito privado, com a utilização do trabalho da mulher nas tarefas domésticas e uma “apropriação coletiva”, no âmbito social (FALQUET, 2013 e GUILLAMIN, 2003, p. 179 e 180).

A autora defende que esse tipo de relacionamento de apropriação física direta não é exclusivo para o relacionamento entre os sexos, estendendo-os para as relações de escravidão e de servidão. Guillaumin cita a história recente caracterizada pela plantação do trabalho escravo, que não desapareceu no “mundo industrial”, embora há quase um século atrás nos Estados Unidos, em 1865 e no Brasil em 1890, foi decretado em lei o seu fim. Outra forma de apropriação física direta seria a servidão, que teria caracterizado o latifúndio feudal, que teria tido o seu fim divulgado no final da século XVIII na França, mas teria persistido por mais de um século em certos países europeus (GUILLAMIN, 2003, p. 179 e 180).

Nessa concepção, ao homem estaria assegurado o seu uso exclusivo, pessoal e integral, apropriando-se de seus “serviços” sexuais, de sua produção doméstica e das filhas e filhos que ela possa colocar no mundo, mas, antes de tudo, torna efetiva a manutenção da produção de bens, de serviços, de mais força de trabalho (filhas e filhos), em benefício da sociedade, ou seja, a outra forma de sua apropriação, a coletiva, servindo à classe dos homens por inteiro (JUTEAU e LAURIN, 1988, p. 194 *apud* FALQUET, 2013, p. 14).

Cabe, nesse momento, resgatar as análises de Gayle Rubin. O trabalho doméstico seria, para a autora, uma peça-chave no que refere ao processo de reprodução do trabalhador, do qual a mais-valia é extraída. Uma vez que, usualmente, são as mulheres as responsáveis pela realização desse trabalho, elas estariam, na opinião de Rubin, “articuladas ao nexo global da mais-valia”. Esta formulação de Rubin, menos divulgada frente o grande impacto que sua formulação “sistema de sexo/gênero” possui, é para este estudo, a sua principal contribuição. A ideia de que, também, o trabalho doméstico é responsável pela reprodução da força de trabalho, é fundamental para o desenvolvimento da análise aqui proposta (RUBIN, 1993, p. 04).

É importante ressaltar que se entende essa questão da seguinte forma. Há uma diferença entre uma concepção de reprodução da vida propriamente dita e uma concepção de reprodução da sociedade. No entanto, ambas leituras encontram fundamento nos escritos de Marx. A primeira fundamenta-se na seguinte passagem: “a constante reprodução ou perpetuação do trabalhador é a condição *sine qua non* da produção capitalista”. Na segunda, divulgada por Rubin e a que esse texto se ancora, a articulação da mulher através do trabalho

doméstico ao “nexo global da mais-valia” em nada se relaciona com a capacidade biológica das mulheres em gerar vidas e, portanto, gerar ainda mais força de trabalho para o capital. Resgatando os escritos de Marx apresentados no primeiro capítulo, em termos não economicistas, trata-se da produção e reprodução da própria relação capitalista. Nas palavras dele: “a manutenção e reprodução constantes da *classe trabalhadora* continuam a ser condição constante para a reprodução do capital” (MARX, 2013, pp. 563 a 647, grifos próprios).

Nesse sentido, o que articula as mulheres ao capital através do trabalho doméstico, é a reprodução das relações sociais da sociedade capitalista possibilitadas pelas relações entre os sexos. Por exemplo, o fornecimento gratuito das necessidades vitais dos trabalhadores (aqueles que terão sua força de trabalho extraída em imediato pelo capital), como a sua alimentação. Nas palavras de Rubin, “o trabalho doméstico pode não ser ‘produtivo’, no sentido de produzir diretamente mais-valia e capital e, no entanto, ser um elemento crucial na produção de mais-valia e capital” (RUBIN, 1993, p. 26).

De acordo com a autora, o capitalismo apenas teria se apropriado e reciclado noções de masculino e feminino e a expressão disso seria o fato de que nem mesmo a reprodução da força de trabalho explicaria os motivos pelos quais, usualmente, as mulheres realizam os trabalhos de casa e não os homens. Diante disso, Rubin aponta para o “elemento histórico e moral” que Marx atribui ao valor da força de trabalho. Na opinião de Rubin, seria esse “elemento histórico e moral” que teria dotado o capitalismo de uma herança cultural de formas de masculinidades e de feminilidades (RUBIN, 1993, p. 05).

A análise de Antonio Gramsci sobre o americanismo e o fordismo, explicita essa questão. Com a “difusão” e “inculcação” de ideologias puritanas, “os instintos sexuais” teriam sido os que sofreram maior repressão por parte das sociedades em desenvolvimento. Teria ocorrido uma regulamentação e uma perversão desses instintos, com consequência na formação de novas personalidades feminina e masculina (GRAMSCI, 2011a, p. 249-252).

Para Gramsci, a questão sexual seria um aspecto específico, mas fundamental, da questão econômica, capaz de colocar complexos problemas do tipo “superestrutural”. Haveria uma função econômica na reprodução. O autor discorre sobre a reprodução não ser apenas um fato geral que interessaria à sociedade em seu conjunto, tendo em vista “a produção e a manutenção da parte passiva da população”, como a questão da proporção entre jovens e velhos, o “arrimo da velhice”. Estando de acordo com o que foi dito acima sobre a reprodução

da sociedade, para ele, a reprodução seria “fato molecular interior aos menores aglomerados econômicos, como a família” (GRAMSCI, 2011a, p. 249).

Diante disso, a vida na indústria exigiria certo aprendizado. Através dos progressos de higiene que elevaram a vida humana média, por exemplo, a questão sexual no fordismo teria sido resolvida “candidamente”. Gramsci defende que os industriais, em especial Ford, se interessavam pelas relações sexuais e pelas organizações das famílias de seus empregados. O método taylor-fordista teria exigido uma rígida disciplina dos instintos sexuais, um fortalecimento da família e a regulamentação e estabilidade das relações sexuais (GRAMSCI, 2011, pp. 249-264).

Seria consequência do trabalho “obsessivo” certa depravação alcoólica e sexual, segundo o autor, inimigos perigosos das “energias nervosas” e em torno delas teriam ocorrido tentativas de intervenções de Ford e de seus inspetores, para controlar, especificamente, como gastavam seus salários e como viviam. A solidez das relações, à luz do campesinato, impediria o desvio do consumo de mercadorias para o alcoolismo ou o que chamavam de “caça à mulher”. Surgiria uma nova forma de união sexual, sem as cores da fantasia romântica do pequeno-burguês e do boêmio vadio. Nas palavras de Gramsci: “revela-se claramente que o novo industrialismo quer a monogamia, quer que o homem-trabalhador não desperdice suas energias nervosas na busca desordenada e excitante da satisfação sexual ocasional: o operário que vai para o trabalho depois de uma noite de ‘orgias’ não é um bom trabalhador” (GRAMSCI, 2011, p. 268 e 269).

Diante das questões apresentadas, acrescenta-se a análise da pesquisadora francesa Michelle Perrot. Para ela, desde sua primeira fase “proto-industrial”, a industrialização teria introduzido uma segregação sexual ainda mais rigorosa da divisão do trabalho, que teria induzido às “especialidades” das mulheres. Por exemplo, a produção do cálico impresso (tipo de tecido) seria, por esse ângulo, um laboratório de experiências.<sup>81</sup> Nas especialidades do bordado e da costura, as mulheres receberiam um salário que não teria relação alguma com suas competências reais (PERROT, 1987, tradução própria). Em outras palavras, as especialidades tipicamente femininas desenvolvidas na apropriação capitalista da divisão sexual, em nada se referem à características essencialistas das mulheres ou à competências biológicas.

Nesse sentido, no capitalismo, a divisão do trabalho entre os sexos ganha uma dimensão não apenas dividida, onde haveria trabalhos femininos e trabalhos masculinos, mas

---

<sup>81</sup> “*Pinceleuses, picoteuses, rentreuses*” (PERROT, 1987).

hierarquizada. Essa questão foi levantada pela socióloga francesa Danièle Kergoat no texto *La division du travail entre les sexes* desenvolve essa questão. As teses contidas nesse texto publicado pela primeira vez em 1998, foram bastante difundidas no Brasil, especialmente por sua parceria com a pesquisadora Helena Hirata, cuja trajetória de pesquisa sobre trabalho e divisão sexual no contexto francês, japonês e brasileiro, é bastante vasta (KERGOAT, 2010, tradução própria).<sup>82</sup>

Kergoat tem como ponto de partida duas “concepções dominantes” de divisão social. A primeira seria fundada na concepção de produção como processo material de apropriação da natureza e a segunda, fundamentada na concepção de produção social da vida humana. Uma vez que, para a autora, o trabalho é a questão primordial da divisão social entre os sexos, ela reflete sobre o trabalho de produção da vida apontando um “modo de produção doméstico” como uma relação de serviços, no qual a mulher dispõe permanentemente de seu tempo em função da família (KERGOAT, 2010).

Dentro desse raciocínio, a divisão sexual do trabalho tem por característica a atribuição prioritária do homem à esfera produtiva e da mulher à esfera reprodutiva, assim, simultaneamente, ocorre uma capacitação do homem às funções com grande valor social agregado, como, por exemplo, a política e o militarismo. Dessa forma, completa Kergoat, na divisão social do trabalho entre os sexos, há dois princípios organizacionais. O *principe de séparation*, onde há trabalhos convencionalmente femininos e trabalhos convencionalmente masculinos, e o *principe de hiérarchique*, no qual os trabalhos masculinos costumam ter maior valor e prestígio do que os femininos, o que é, de certa forma, legitimado por uma ideologia naturalista, na qual essa relação aparece como imutável. Agregando, assim, às análises sobre classes antagônicas, as relações antagônicas entre os sexos (KERGOAT, 2010, p. 64).

#### 4.2 – A FUNCIONALIDADE DO TRABALHO DA MULHER EM UM CENÁRIO DOMINADO PELA INFORMALIDADE

Resgatando a principal questão da apropriação da divisão sexual do trabalho no capitalismo, apontado acima a partir da análise de Karl Marx, o trabalho da mulher ganha uma

---

<sup>82</sup> Utilizou-se o artigo *Le rapport social de sexe: de la reproduction des rapports sociaux à leur subversion*, publicado pela primeira vez em 2001, onde há um item que traz o texto de 1998 de forma resumida. Embora haja uma tradução de Alain François para a língua portuguesa do texto de 2001, publicada na revista *Pro-Posições* - vol. 13, nº 1 (37) – jan./abr de 2002, optou-se aqui pela leitura do texto original de Danièle Kergoat, em uma republicação no ano de 2010.

dimensão precária desde a sua fase inicial, desenvolvendo-se na sociedade, posteriormente, os princípios de divisão e de hierarquia. Tendo em vista a permanência do caráter precário do trabalho da mulher, verificado, por exemplo, no fato de as mulheres ocuparem os mesmos cargos que os homens e mesmo sendo mais escolarizadas, receberem salários inferiores (LOMBARDI, 2010)<sup>83</sup>, e a astuta apropriação dessa questão no processo de expansão do capital, à análise de Kergoat deve-se acrescentar um terceiro princípio da apropriação capitalista da divisão sexual. Nesse caso, os princípios seriam: a desvalorização, a divisão e a hierarquização da força de trabalho.

Anunciou-se também o argumento de que para além dessa formulação, as mulheres passam a agregar valor ao capital de forma direta, como força de trabalho desvalorizada, e de forma indireta, através do trabalho doméstico, fornecendo, portanto, as condições materiais diretas e indiretas do desenvolvimento da produção e da reprodução das relações capitalistas.

Diante dessa superexploração, num momento de crise, de novos arranjos dos processos produtivos, o que se verifica é o aprofundamento da desvalorização da força de trabalho da classe trabalhadora com a desregulamentação das leis de proteção ao trabalhador e das relações de trabalho, utilizando-se de uma força de trabalho fundamentalmente já desvalorizada e discriminada disposta na sociedade. A equação proposta, portanto, é simples: se o trabalho da mulher desde as origens do capitalismo foi apropriado através de uma desvalorização da força de trabalho, constituindo-se, portanto, como força de trabalho fundamentalmente desvalorizada, chegar-se-ia ao resultado proposto no começo do texto: mulheres vivendo em condições desiguais em relação aos homens se constituem em força de trabalho ideal diante da intensificação da desvalorização do trabalho.

Essas questões podem ser verificadas em uma série de estudos sobre as atuais configurações da utilização da força de trabalho das mulheres no Brasil.<sup>84</sup>

Para Helena Hirata, por exemplo, analisando a divisão sexual do trabalho a partir da crise econômica de 2008, as mulheres seriam majoritárias nos dados sobre o desemprego e à sua precarização somar-se-ia a precarização da família. Poder-se-ia, também, dizer que uma das consequências dessa crise, da precarização e da flexibilização teriam sido abertos uma

---

<sup>83</sup> Segundo um estudo do economista Márcio Pochmann, no Brasil o salário masculino é, em média, 30% superior ao feminino (POCHMANN, 2005, p.84 *apud* WIRTH, 2013, p. 65).

<sup>84</sup> Mike Davis avalia a situação da seguinte forma: “Assim, em todo o terceiro mundo, com os choques econômicos dos anos 1980, um dos resultados mais espantosos dessa contrarrevolução hemisférica foi a rápida urbanização da pobreza onde a exploraram cinicamente a crença de que a força de trabalho das mulheres tem “elasticidade quase infinita” diante da necessidade de sobrevivência da família. Obrigaram as mulheres a improvisar novos meios de vida como montadoras pagas por peça, vendedoras de bebidas, vendedoras ambulantes, vendedoras de bilhetes de loteria, cabeleireiras, costureiras, faxineiras, lavadeiras, catadoras de papel, babás e prostitutas” (DAVIS, 2006 p. 161).



série de processos de trabalho e emprego femininos, como os *infoproletários*<sup>85</sup> (HIRATA, 2010, p. 22 e 24). Para esta perspectiva, vivenciar-se-ia, assim, o que Cláudia Nogueira descreve como “feminização do mundo do trabalho” (NOGUEIRA, 2004).<sup>86</sup>

Para a socióloga Maria Rosa Lombardi, essa “feminização” traria à tona uma realidade complexa e diversificada, com avanços, recuos e não isenta de contradições. Analisando o trabalho das mulheres no Brasil contemporâneo, Lombardi aponta sete principais tendências no perfil das mulheres trabalhadoras brasileiras, tendo em vista um cenário no qual sobressai a precariedade ou a fragilidade da ocupação feminina em relação à masculina, as segregações setorial, ocupacional e hierárquica sofridas pelas trabalhadoras e as remunerações, sistematicamente inferiores às dos homens (LOMBARDI, 2010, p. 33 e 34).

No trabalho das mulheres no Brasil se sobressairia tendencialmente os seguintes aspectos: (i) persistiria o crescimento da “atividade feminina” no mercado de trabalho; (ii) transformações demográficas teriam se consolidado na população brasileira, com reflexos importantes sobre o perfil da força de trabalho feminina: queda das taxas de natalidade, redução do tamanho das famílias e o envelhecimento da população seriam exemplos dessas questões; (iii) teria ocorrido um aumento da escolaridade para patamares superiores aos dos homens; (iv) persistiria as desigualdades nas posições em que as mulheres se inserem no mercado de trabalho: as mulheres continuariam sendo grupo majoritário nas atividades mais precárias e vulneráveis; (v) o espaço entre a remuneração masculina e feminina teria diminuído: as mulheres continuariam a ganhar menos do que os homens, mesmo realizando as mesmas atividades, porém, a diferença entre ambas seriam menores na última década do século XX; (vi) haveria uma bipolaridade ou dualidade no trabalho feminino: de um lado mulheres trabalhadoras envolvidas com trabalhos precários, mal ou não remunerados e, de outro, um pequeno, mas crescente, contingente de mulheres escolarizadas, envolvidas em carreiras profissionais de prestígio social, ascendendo à cargos de chefia e direção. Isto, na opinião da autora, introduziria mais uma segmentação no grupo das mulheres trabalhadoras; (vii) por último, persistiria a responsabilidade única ou principal das mulheres pelos cuidados das filhas e dos filhos e das famílias (LOMBARDI, 2010, pp. 35 a 41).

Outra questão trazida por Lombardi que ilustra as discussões dessa dissertação dizem respeito à uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2008. Segundo essa pesquisa, apesar do desemprego ter aumentado para ambos os sexos, as

---

<sup>85</sup> Antunes e Braga, 2009.

<sup>86</sup> É preciso salientar que não se trata de uma novidade histórica, mas de um novo processo de feminização, já que a força de trabalho feminina é parte fundamental do processo de valorização.

taxas masculinas teriam se elevado mais do que as femininas. Os homens estariam mais desempregados do que as mulheres. As mulheres brancas apresentariam maior taxa de desemprego em relação às mulheres negras. Isto, segundo a autora, sinalizaria um duplo processo: a manutenção dos empregos pior remunerados e mais precários, onde a população negra é mais expressiva e a destruição de postos de trabalho “de melhor qualidade” (LOMBARDI, 2010, p. 49).

Analisando as repercussões dos ajustes econômicos recomendados pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), citados no primeiro capítulo, entre vários impactos desses ajustes sobre as mulheres, Lombardi<sup>87</sup> traria como o mais importante a transferência para elas dos custos dos serviços públicos “enxugados”. Como foi analisado nos dois primeiros capítulos, com mais expressão no segundo, haveria uma transferência das responsabilidades estatais para a “sociedade civil” e isso, segundo Lombardi, levaria as mulheres a assumir, no âmbito das famílias, atividades que outrora foram atribuições do Estado. Acrescenta-se, aqui, que essa delegação das mulheres a atividades como saúde, cuidados e educação, não se deram apenas no âmbito familiar. Ao contrário, é justamente o recrutamento das mulheres em assumir responsabilidades como a saúde, a educação, os cuidados e, como aqui desenvolvido, o saneamento básico, no âmbito da sociedade, através de seu trabalho explorado é o que configura essa questão em problemática (LOMBARDI, 2010, p. 42 e 43).

Analisando essas questões, a professora da Universidade de Brasília (UnB), Marlene Teixeira, analisou as políticas de enfrentamento à pobreza no Brasil e suas repercussões na vida das mulheres, como o Programa Bolsa Família, demonstrou que nas últimas décadas haveria no Brasil a consagração de direitos sociais que estariam ancorados na ideia de “cidadania universal”, previstas no texto constitucional de 1988, contudo, haveria, sob a hegemonia da ideologia neoliberal, um movimento muito forte de redução do escopo de intervenção do Estado. Haveria nesse processo, um deslocamento da responsabilidade de serviços sociais para à “sociedade civil”, para a família, como dito acima, e, também a adoção de políticas sociais *familistas*, como parte do receituário do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) A família, através do trabalho doméstico da mulher, emergiria como sujeito ativo e fundamental na provisão de bem-estar (TEIXEIRA, 2010, p. 67, 68 e 70). Frente às políticas do bem-estar, para a socióloga Maria Betânia Ávila, da mesma forma que políticas públicas estariam somadas à reprodução capitalista pelo

---

<sup>87</sup> Com base no trabalho de RUBIO, 2001.

trabalho não pago, também se somaria a isto o trabalho doméstico, remunerado ou não (ÁVILA, 2010, p. 121).

#### 4.3 – O TRABALHO DAS MULHERES CATADORAS DE MATERIAIS REICLÁVEIS EM TEMPOS DE INFORMALIDADE

Partindo do estudo sobre o trabalho de catação de materiais recicláveis desenvolvido nesse texto, acrescenta-se ao quadro trazido acima sobre o trabalho das mulheres, os seguintes elementos. Os dados, embora controversos, demonstram a maior participação das mulheres no trabalho de catação de materiais recicláveis. Tanto no que se refere ao trabalho organizado nas casas e nos domicílios das trabalhadoras e dos trabalhadores como no que se refere ao trabalho nas associações de produção.

Segundo uma pesquisa na base do Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES/MTE), participariam nas associações de trabalho de catação, mais de 11.700 catadoras e catadores, sendo a maioria, 58,6%, mulheres (SCHIOCHET & BRANDES *apud* MOURA FÉ & FARIA, 2011, p. 24). Já, segundo o MNCR, estimar-se-ia recentemente que o quadro seria composto em 75% por mulheres (WIRTH, 2011, p. 105).

A análise se fundamenta em um estudo recente compilado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com dados extraídos do censo demográfico de 2010. Segundo os dados do censo, a média de homens catadores de materiais recicláveis é de 68% em todo o país, enquanto que a de mulheres, são minoria, e correspondem a 31,1%, a mesma média de mulheres catadoras na região sudeste. Contudo, o estudo do IPEA ressalva que a maior participação no trabalho de catação é a de mulheres trabalhadoras, mas que elas não se identificam como tais, apresentando-se ao censo como “donas de casa”, por exemplo, onde a atividade de catação seria apenas uma atividade complementar (IPEA, 2013).

Independente da referência de uma estimativa de mulheres catadoras em relação aos homens catadores no Brasil, o interessante é levar em conta na formulação de uma análise sobre as mulheres catadoras de materiais recicláveis, as relações nas quais elas estão inseridas, as quais todo o texto trazido até aqui tentou demonstrar.

A principal questão se refere à informalidade nas relações de produção. Para algumas autoras e alguns autores<sup>88</sup>, o trabalho informal contribuiria para a manutenção da divisão entre

---

<sup>88</sup> Como Ângela Maria Carneiro Araújo (2012), Eugênia Troncoso Leone (2010 *apud* ARAÚJO, 2012) e José Dari Krein e Marcelo Weishaupt Proni (2010 *apud* ARAÚJO, 2012).

os sexos no mercado de trabalho, concentrando as mulheres trabalhadoras, segundo Ângela M. C. Araújo, em certos “nichos ocupacionais” e em postos de trabalho instáveis, desprotegidos e mal remunerados (ARAÚJO, 2012, p. 137).

Ainda segundo Araújo, como pode ser observado no terceiro capítulo, em um texto escrito em parceria com Bruno J. R. Durães, entre as cooperativas e empreendimentos que fazem parte da “Economia Solidária” reproduzem-se as desigualdades de gênero e as condições da informalidade. Segundo dados do Sistema Nacional de Economia Solidária (SIES) de 2007, as mulheres predominariam nesse tipo de trabalho cooperativo. Nos setores da reciclagem, costura, alimentação e calçados, as mulheres seriam maioria e, especialmente, quanto menor for o empreendimento, maior a participação das mulheres, o que, para os autores, significa dizer que para além de haver uma segmentação por gênero na chamada “Economia Solidária”, as mesmas desigualdades de gênero reproduzem-se nos empreendimentos. Persistiria nesses empreendimentos, portanto, conforme Araújo e Durães e as incursões a campo trazidas aqui, as condições da informalidade: baixa remuneração, precariedade das condições de trabalho, instabilidade dos vínculos e total ausência de direitos trabalhistas e de proteção social (ARAÚJO e DURÃES, 2010, pp. 107 a 109).

Um dos principais agravantes desse processo, como se demonstrou neste estudo, é a permanência da divisão do trabalho doméstico entre os sexos e a falta de suporte estatal para a população trabalhadora, como, por exemplo, o direito à creches é o principal fato de manutenção das mulheres nos piores postos de trabalho, os mais precários.

Isto é verificado nas palavras de Nilva, uma catadora de materiais recicláveis da cidade de Marília, apresentada no capítulo anterior, quando indagada sobre a possibilidade de participação no trabalho organizado em instituições de trabalho voltadas para a reciclagem ou em qualquer outro trabalho que não os de jornadas de trabalho flexíveis:

*Criei 10 crianças, depois vieram os netos, criei um neto. Ele veio com dois anos e já está com quase 18 anos. Mas sempre tive filho pequeno e pra trabalhar nesses lugares, você tem que ser livre e desimpedida. Lá [nas instituições de trabalho] a gente tem que fazer assim: cata de manhã cedo, leva lá no depósito, vende, lá eles almoça de lá eles sai de novo, catar. E vai vivendo assim. Agora, eu não podia, porque eu tinha sempre filho pequeno. Como eu ia fazer pra fechar a casa com os filhos dentro? (Nilva, 77 anos).*

Nilva teve duas experiências como faxineira e as duas foram negativas. Dessa forma, disse que nunca mais iria fazer o trabalho de limpeza na casa de ninguém. Quando seus filhos

eram pequenos e estavam de férias da escola, teve que levá-los juntos para a casa de uma senhora na qual fazia faxina. A contratante disse que ela não poderia trabalhar lá com as crianças e Nilva pediu o seu pagamento e foi embora sem nunca mais voltar.

*Falei: então paga o meu que eu vou embora. Aí ela me pagou e não voltei mais. Falei: não vou mais trabalhar de faxineira, prefiro catar papel. Nem trabalhar de faxineira, nem doméstica. O povo paga uma mixaria e ainda... E outra, eu comia resto de comida (Nilva, 77 anos).*

Nesse sentido, é possível perceber a permanência do antagonismo, da dominação e opressão, não apenas no interior das associações de trabalho, como foi demonstrado no capítulo anterior, mas de forma mais ampliada, a separação, a hierarquia e a desvalorização do trabalho entre os sexos são produtos das relações de produção. Afirma-se diante disso, que na indústria da reciclagem operar articuladamente a informalidade, a utilização de associações de trabalho e a força de trabalho das mulheres como fatores intensificadores da extração de mais-valia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, este estudo trouxe uma reflexão sobre o trabalho de catação de materiais recicláveis no Brasil, buscando demonstrar a exploração da força de trabalho no processo industrial da reciclagem no interior paulista, destacando a exploração do trabalho das mulheres catadoras. Ao longo do texto, foram analisadas duas principais formas de se organizar o trabalho de catação, articulando-as a uma análise sobre a organização dos processos produtivos das últimas três décadas no país. Foi destacado que no processo de reciclagem industrial estão articulados, como forma de assegurar ao capital uma maior extração de mais-valia, a informalidade, a utilização de associações de trabalho e a utilização da força de trabalho das mulheres.

Como parte das problematizações trazidas neste estudo, percorreu-se um caminho estruturado em quatro capítulos, que buscou responder às seguintes questões: tendo em vista o período da última reestruturação do capital, que compreende o final do século XX e o início do século XXI, um processo no qual o capital estruturou transformações econômicas, políticas e sociais como saída para a sua crise, entendida, principalmente, em função da estagnação de suas taxas de lucro, de que forma as mudanças na dinâmica do capitalismo se relacionam com a atividade de catação, tendo em vista que essa atividade se expandiu concomitante a elas? Quais pressões diretas e indiretas, exercidas pelo Estado e outras instituições, recaíram sobre essa ocupação laboral de modo a expandi-la? Quais as grandes corporações e outras instituições poderosas estão relacionadas à expansão desse processo industrial? Qual é a situação das trabalhadoras e dos trabalhadores da catação de materiais recicláveis no interior desse processo industrial? E, por fim, tendo como base as questões anteriores e avistando a apropriação capitalista da divisão social do trabalho entre os sexos, qual a situação das mulheres catadoras de materiais recicláveis?

Nesse sentido, no primeiro capítulo, para assegurar uma discussão que não se limitasse à uma perspectiva meramente econômica, *stricto sensu*, discorreu-se sobre a produção capitalista entendida, conforme a elaboração de Marx, em um sentido ampliado, como produção e reprodução de relações sociais e não, em sentido simplificado, nos termos estritamente econômicos, como mera produção de objetos.

Dentro dessa perspectiva, o modelo de organização da produção fordista-taylorista foi analisado como um “modo de vida”, sendo a crise do capital do final do século XX, nesse sentido, pressuposta como um momento no qual ocorreu uma intensificação do controle do

trabalho, redefinindo a sua organização, onde algumas ocupações desapareceram, outras se transformaram e algumas emergiram fundadas em antigas formas de exploração do trabalho. Nesse sentido, o período de reestruturação das taxas de lucro do capital que se arrasta aos dias atuais, combinaria formas mais recentes de organização dos processos produtivos como, por exemplo, o toyotismo, com a radicalização da forma mais antiga de racionalização da produção. Nesse processo, avistou-se a informalidade nas relações de produção, entendendo que a exploração do trabalho informal é, como dito acima, um meio de assegurar uma elevação da extração de mais-valia.

Trazendo essa discussão para a análise do trabalho de catação de materiais recicláveis, é possível afirmar que a organização da indústria de reciclagem desenvolve os preceitos mais gerais da produção tipicamente capitalista. Mesmo que não haja a extração imediata de mais-valia no trabalho de catação de materiais recicláveis, ele se desenvolve de forma subordinada ao capital e isso se estende, para o trabalho organizado em “empreendimentos coletivos”.

Essas instituições, nas quais a indústria da reciclagem se apóia, divulgadas como iniciativas supostamente não capitalistas da “sociedade civil”, estruturados em torno da chamada “Economia Solidária”, fundamentada principalmente, pela Doutrina Social da Igreja Católica, são expressão do processo de alargamento da informalidade nas relações de trabalho e da investida político-econômica neoliberal. Considera-se, portanto, que elas se expandem como parte estratégica do processo no qual o capital estruturou transformações econômicas, políticas e sociais como saída para a sua crise.

Com base nessas discussões duas incursões a campo foram trabalhadas. A primeira realizada na cidade de Marília, na região centro-oeste do Estado de São Paulo, onde foram coletados relatos orais de catadores de materiais recicláveis, que trabalham com carrinhos pelas ruas e em um cemitério da cidade, onde também realizam a limpeza das sepulturas, organizando o restante de seu trabalho em seus domicílios. A segunda se refere ao trabalho organizado na Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis de Araçatuba (ACREPOM), localizada no noroeste do Estado de São Paulo, estruturada em programas sociais apoiados por instituições bancárias, pelos poderes públicos e pela igreja católica.

Com este estudo foi possível concluir que no processo industrial de reciclagem, de um lado, há grandes investimentos em tecnologia e de capital, mas de outro, ocorre o resgate de formas primitivas de exploração do trabalho, como o uso do próprio corpo como tração dos meios de produção, vivenciando a produção da miséria. Nesse sentido, as trabalhadoras e os

trabalhadores da catação de materiais recicláveis, estão submetidos ao modo de produção capitalista. Em outras palavras, como coletivo de trabalho, esses trabalhadores são, portanto, força de trabalho explorada pelo capital.

Conclui-se, também, que a organização das associações de trabalho se compara à de uma empresa capitalista tradicional, onde estão presentes não apenas a divisão de tarefas, a hierarquia de remunerações e uma rígida jornada de trabalho, mas também, a rotinização de gestos e movimentos, a adequação psicofísica dos trabalhadores, uma seleção criteriosa de um perfil de trabalhador, investimentos em qualificação técnica e de educação de nível básico e, inclusive, a divisão do trabalho entre os sexos.

Conclui-se, portanto, que o trabalho de catação de materiais recicláveis não apenas é útil ao processo de valorização do capital como é parte de um processo histórico de desvalorização da força de trabalho, que se dá com base na desregulamentação das leis de proteção ao trabalhador e das relações de trabalho.



## REFERÊNCIAS

ABREU, Maria de Fátima. *Do lixo à cidadania: estratégias para a ação*. Brasília: Unicef/Caixa Econômica Federal, 2001.

Associação de Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis de Araçatuba – ACREPOM. História da ACREPOM. 30.out.2009 Disponível em: <[http://www.acrepom.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=49&Itemid=57](http://www.acrepom.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=57)>. Acessado em 15.nov.2013.

AFIF, Guilherme Domingos. Catador de papel se torna microempreendedor individual. 2012. Disponível em: <<http://www.afif.com.br/noticias/catador-de-papel-se-torna-microempreendedor-individual/>>. Acessado em 3.mai.2013.

ALVES, Giovanni. *Dimensões da reestruturação produtiva – ensaios de sociologia do trabalho*. São Paulo: Editora Práxis, 2007.

ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. “A dupla face da informalidade no trabalho: ‘autonomia’ ou precarização”. In: ANTUNES, Ricardo. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

AMORIM, Henrique. *Teoria social e reducionismo analítico*. Caxias do Sul: Educs, 2006.

\_\_\_\_\_. “Para uma crítica ao primado das forças produtivas na análise da formação do operariado em classe”. *Mediações*, Londrina, v. 12, n. 2, pp. 115-131, jul/dez. 2007.

\_\_\_\_\_. *Valor-trabalho e imaterialidade da produção nas sociedades contemporâneas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2012.

ANTUNES, Ricardo. As dimensões da crise do mundo do trabalho. *O Olho da História*, Salvador, n. 4, pp. 28-37, jul. 1997a.

\_\_\_\_\_. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011a.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. *Infoproletários*. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. “Informalidade e relações de gênero”. In: GEORGES, Isabel P. H.; LEITE, Marcia de Paula (orgs.). *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo: Annablume, 2012.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; DURÃES, Bruno. Informalidade e desproteção social: uma realidade para a maioria das mulheres trabalhadoras. In: COSTA, Albertina et alli (orgs.). *Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo*. Recife: S. O. S. Corpo, 2010.

ÁVILA, Maria Betania. “Divisão sexual do trabalho e emprego doméstico no Brasil”. In: COSTA, Albertina et alli (orgs.). *Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo*. Recife: S. O. S. Corpo, 2010.

BALESTRIERO, Geraldo Elvio. *Capital da Alta Paulista. Uma história do município de Marília*. Campinas, 1984. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

BINI, Danton Leonel de Camargo. “O café e a formação sócio-espacial da região de Araçatuba (SP) no início do século XX”. In: *Anais do Simpósio Nacional de História*, 26, 2011, São Paulo. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300888509\\_ARQUIVO\\_simposiohistoriadanonbini.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300888509_ARQUIVO_simposiohistoriadanonbini.pdf)>. Acesso em: 25.out.2013.

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.

BRAGA, Ruy. *A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial*. São Paulo, Xamã, 2003.

CABILO, Claudia. *Reciclagem*. Ed. DCL, 2008.

CACCIAMALI, Maria Cristina. “Globalização e processo de informalidade”. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 14, pp. 152-174, jun. 2000.

\_\_\_\_\_. “Padrão de acumulação e processo de informalidade”. *Pesquisa e Debate*, São Paulo, v. 12, n. 1(19), pp. 5-42, 2001.

CALDERONI, Sebatae. *Os bilhões perdidos no lixo*. São Paulo: Humanitas, 1998.

CARRASCO, Cristina. “Introducción: Hacia una economía feminista”. In: \_\_\_\_\_ (org.) *Mujeres y economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona: Icaria, 1999.

CARVALHO, Júlia Maria G. *O mercado da sombra e das sombras: uma análise cerca do processo da reciclagem na cidade de Marília – SP*. Marília, 2008. 99f. Monografia de graduação – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília.

Confederação Nacional da indústria - CNI. ABAL – Associação Brasileira do Alumínio. *A sustentabilidade da indústria brasileira do alumínio*. Brasília: CNI, 2012.

Compromisso Empresarial para Reciclagem – CEMPRE. São Paulo, 2010. Disponível em: <[http://www.cempre.org.br/ft\\_latas.php](http://www.cempre.org.br/ft_latas.php)>. Acesso em: 11.dez.2010.

\_\_\_\_\_. *Latas de alumínio*. São Paulo, 2012. Disponível em: <[http://www.cempre.org.br/ft\\_latas.php](http://www.cempre.org.br/ft_latas.php)>. Acesso em: 24.jan.2013.

\_\_\_\_\_. *Plano Nacional de resíduos sólidos: a lei na prática*. São Paulo, 2011. Disponível em: <[http://www.cempre.org.br/download/pnrs\\_leinapratca.pdf](http://www.cempre.org.br/download/pnrs_leinapratca.pdf)>. Acesso em: 24.jan.2013.

CORTEL, Delphine; LE LAY, Stéphane. *Les travailleurs des déchets*. Paris: Éditions Érès, 2011.

CHAY, Claire; THOEMMES, Jens. “Is work soluble in sustainable development?” Trabalho apresentado no 2º Forum of Sociology, International Sociological Association – ISA, Buenos Aires, Argentina, 2012.

DANTAS, Tiago. “Prefeitura autoriza construção de centrais de triagem mecanizada”. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 20 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,prefeitura-autoriza-construcao-de-centrais-de-triagem-mecanizadas,1033826,0.htm>, 2013>. Acesso em 20.maio.2013.

DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DELICATO, Cláudio Travassos. *Faces de Marília: a moradia em um condomínio*. Marília, 2004. Tese de mestrado em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências.

DELPHY, Christine. “Materialist feminism is possible”. In: DELPHY, C. *Close to home: a materialist analysis of women’s oppression*. Amherst, MA: University of Massachusetts Press, 1984.

DELUIZ, Neise. “O catador de papel e o mundo do trabalho: perspectiva sociológica”. In: Jorge Muñoz. (org.). *O catador de papel e o mundo do trabalho*. 1ª ed. Rio de Janeiro: NOVA, 2000.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. *A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. São Paulo: DIEESE, 2012.

DIAS, Edmundo Fernandes. “A liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização”. *Textos didáticos*, Campinas, IFCH/Unicamp, n. 29, ago. 1997.

\_\_\_\_\_. “Reestruturação produtiva: forma atual da luta de classes. *Revista Outubro*. Revista do Instituto de Estudos Socialistas, n. 1, 1998.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Editora: Centauro, 2012.

ENNES, Marcelo Alario. Ocupação, renda e origem étnica: um estudo de caso. *Caderno Pós Ciências Sociais* - São Luís, v. 2, n. 3, jan./jun. 2005.

FALQUET, Jules. “O capitalismo financeiro não liberta as mulheres: análises feministas materialistas e imbricacionistas”. *Crítica Marxista*, n. 36, 2013.

FREITAS, Cesar Augustus L. L. de; CARVALHO, Thágley Kenya Pinheiro; ALMEIDA, Rosângela Batista Almeida. “O trabalhador catador em situação de lumpemproletariado na moderna configuração do capital”. *Revista Pegada* – especial julho/2011.

GONÇALVES, Raquel de Souza. *Catadores de Materiais Recicláveis: trajetórias de vida, trabalho e saúde*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/ENSP, 2004.

GORZ, André. *Ecologie et politique*. Paris: Galilée, 1978.

\_\_\_\_\_. *Capitalism, socialism, écologie: désorientations, orientations*. Paris: Galilée, 1991.

\_\_\_\_\_. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, vol. 4, 3ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

\_\_\_\_\_. Cadernos do Cárcere, vol. 5, 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

\_\_\_\_\_. Cadernos do Cárcere, vol. 3, 5ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GRECCO, Fabiana Sanches. “Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis de Araçatuba/SP: um estudo sobre o trabalho e o cotidiano dos trabalhadores coletores de materiais recicláveis associados”. Marília, 2009. Monografia – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília.

GRIPPI, Sidney. *Lixo, reciclagem e sua história*. Ed. Interciência, 2006.

GRIMBERG, Elisabeth. *Política nacional de resíduos sólidos: o desafio continua*. MNCR – Disponível em <<http://www.mnccr.org.br/artigos/politica-nacional-de-residuos-solidos-o-desafio-continua>>, 2008.

GUÉRIN, Isabelle. *As Mulheres e a Economia Solidária*. São Paulo: Loyola, 2005.

GUILLAUMIN, Colette. *Racism, sexism, power and ideology*. Taylor & Francis e-Library, 2003. Disponível em: <[http://pds23.egloos.com/pds/201211/22/71/Colette-Guillaumin-Racism\\_\\_Sexism\\_\\_Power\\_and\\_Ideology.pdf](http://pds23.egloos.com/pds/201211/22/71/Colette-Guillaumin-Racism__Sexism__Power_and_Ideology.pdf)>. Acessado em 13.ou.2013.

GUTIERREZ, Rafaela Franciscone; ZANIN, Maria. “Empreendimentos econômicos solidários de catadores do estado de São Paulo: um programa a partir do sistema nacional de informação em economia solidária”. *Revista Pegada*, Especial Trabalho no Lixo, julho de 2010.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

HOBBSBAWN, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Indicadores IBGE: pesquisa mensal de emprego, janeiro de 2013. IBGE, 2013. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Mensal\\_de\\_Emprego/fasciculo\\_indicadores\\_ibge/2013/pme\\_201301pubCompleta.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/2013/pme_201301pubCompleta.pdf)>. Acesso em: 13.nov.2013.

\_\_\_\_\_. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. (Estudos & Pesquisas – Informação Geográfica, 9). Disponível em: <[ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/recursos\\_naturais/indicadores\\_desenvolvimento\\_sustentavel/2012/ids2012.pdf](ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/recursos_naturais/indicadores_desenvolvimento_sustentavel/2012/ids2012.pdf)>. Acesso em: 15.nov.2013.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável: região sudeste. 2013. Disponível em: <[http://issuu.com/secretariageralpr/docs/130910\\_relatorio\\_situacaosocial\\_mat\\_a2eaad931e8a6a](http://issuu.com/secretariageralpr/docs/130910_relatorio_situacaosocial_mat_a2eaad931e8a6a)>. Acessado em 20 de novembro de 2013.

HIRATA, Helena. “A crise mundial e o impacto da reestruturação produtiva na divisão sexual do trabalho”. In: COSTA, Albertina et alli (orgs.). *Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo*. Recife: S. O. S. Corpo, 2010.

JAMES, Barbara. *Lixo e Reciclagem*. Ed. Scipione, 1997.

KERGOAT, Danièle. *A relação social de sexo. Da reprodução das relações sociais à sua subversão*. Tradução de Alain François, *Pro-Posições* – v. 13, n. 1 (37) – jan./abr de 2002.

\_\_\_\_\_. “Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais”. *Novos Estudos*, n. 86, pp. 93-103, 2010.

\_\_\_\_\_. “Le rapport social de sexe de la reproduction des rapports sociaux à leur subversion”. In: BIDET, Annie (coord.), *Les rapports sociaux de sexe*, PUF, pp. 60-75, 2010.

LANGSDORFF, Juliana. Hypermarcas vende Etti para Bunge. *Meio & Mensagem*. 12, dez.2011. Disponível em: <<http://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/noticias/2011/12/12/Hypermarcas-vende-Etti-para-Bunge.html>>. Acessado em 15.nov.2013.

LAVILLE, Jean-louis. “A economia solidária: um movimento internacional”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, março 2009, pp. 7-47, publicado pela primeira vez em 1994: “L’économie solidaire: une perspective internationale”. Paris, Desclée de Brouwer (col. “sociologie économique”), 1994.

LEITE, Marcia de Paula. *Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais*. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

LEITE, Marcia de Paula; GEORGES, Isabel P. H. (orgs.). *Novas Configurações do Trabalho e Economia Solidária*. São Paulo: Annablume, 2012.

LIMA, Jacob Carlos. Cooperativas, trabalho associado, autogestão e economia solidária: a constituição do campo de pesquisa no Brasil. In: LEITE, Marcia de Paula; GEORGES, Isabel P. H. (orgs.). *Novas Configurações do Trabalho e Economia Solidária*. São Paulo: Annablume, 2012.

LIPIETZ, Alain. “Fordismo, fordismo periférico e metropolização”. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, [1985] 1998.

LOMBARDI, Maria Rosa. “A persistência das desigualdades de gênero no mercado de trabalho”. In: COSTA, Albertina et alli (orgs.). *Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo*. Recife: S. O. S. Corpo, 2010.

LUXEMBURGO, Rosa. Textos Escolhidos. In: LOUREIRO, Isabel (Org.) São Paulo: UNESP, Vol. I, 2011.

MAGERA, Márcio. *Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade. Análise interdisciplinar das cooperativas de reciclagem de lixo*. Campinas/SP: Ed. Átomo. 2003.

MALAGUTI, Manoel Luiz. *Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado*. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2000.

MARX, Karl. *Miséria da filosofia: resposta à “Filosofia da miséria” de Pierre-Joseph Proudhon*. Rio de Janeiro: Leitura, 1965.

\_\_\_\_\_. *Capítulo VI inédito de O Capital: Resultados do processo de Produção Imediata*. São Paulo: Moraes, 1985.

\_\_\_\_\_. “A assim chamada acumulação primitiva”. In: *O Capital*, vol. II, pp. 251-284, 1988.

\_\_\_\_\_. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

Ministério de Minas e Energia – MME – Secretaria de Geologia, Mineração e transformação Mineral – SGM; Banco Mundial – BM – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. Perfil do Alumínio. Setembro de 2009. Disponível em: <[http://www.mme.gov.br/sgm/galerias/arquivos/plano\\_duo\\_decenal/a\\_transformacao\\_mineral\\_no\\_brasil/P37\\_RT62\\_Perfil\\_do\\_Alumxnio.pdf](http://www.mme.gov.br/sgm/galerias/arquivos/plano_duo_decenal/a_transformacao_mineral_no_brasil/P37_RT62_Perfil_do_Alumxnio.pdf)>. Acesso em 13.out.2013.

MOURA FÉ, Carlos Frederico Cerqueira; FARIA, Maurício Sardá de. “Catadores de resíduos recicláveis: autogestão, economia solidária e tecnologias sociais”. In: ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela Franciscone (orgs.). *Cooperativas de catadores: reflexões sobre práticas*. E-book, São Carlos: Claraluz, 2011.

Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR. *Formação nível 1: caminhar é resistir*. São Paulo, MNCR, 2009.

\_\_\_\_\_. “Cataforte formará 2 mil em São Paulo”. Disponível em <[http://www.mnrc.org.br/box\\_2/noticias-regionais/cataforte-formara-2-mil-em-sao-paulo](http://www.mnrc.org.br/box_2/noticias-regionais/cataforte-formara-2-mil-em-sao-paulo)>. São Paulo, MNCR, 2011 (a).

\_\_\_\_\_. “O meio ambiente, a igreja católica e os catadores”. Disponível em <[http://www.mnrc.org.br/box\\_2/blogsudeste/o-meio-ambiente-a-igreja-catolica-e-os-catadores](http://www.mnrc.org.br/box_2/blogsudeste/o-meio-ambiente-a-igreja-catolica-e-os-catadores)>. São Paulo, MNCR, 2011 (b).

\_\_\_\_\_. “Dilma atende reivindicação do MNCR e veta regulamentação da profissão”. Disponível em [http://www.mnrc.org.br/box\\_2/noticias-regionais/dilma-atende-reivindicacao-do-mnrc-e-veta-suposta-regulamentacao-profissao](http://www.mnrc.org.br/box_2/noticias-regionais/dilma-atende-reivindicacao-do-mnrc-e-veta-suposta-regulamentacao-profissao). Acessado em 11.jan.2012.

NANI, Everton Luiz. *Meio ambiente e reciclagem*. Ed. Juruá, 2007.

NICHOLSON, Linda. “Interpretando o gênero”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, v. 8. n. 2/2000.

NOGUEIRA, Alessandra. Nova fábrica da Nestlé vai gerar 500 empregos até o fim do ano. *Folha da Região*. Araçatuba, 15, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.folhadaregiao.com.br/Materia.php?id=51671>>. Acessado em 15.nov.2013.

\_\_\_\_\_. Parmalat investirá R\$ 6,5 milhões em 99. *Folha da Região*. Araçatuba, 1999. Disponível em: <<http://www.folhadaregiao.com.br/jornal/1999/01/10/economia.php>>. Acessado em 15.nov.2013.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *A feminização do mundo do trabalho*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PERROT, Michèle. “Qu’est-ce qu’un métier de femme?”. In: *Le mouvement social*, n. 40, métiers de femmes (jul-sep, 1987) pp. 3-8.

Portal Fator Brasil. Nestlé inaugura fábrica de fórmulas infantis mais moderna do mundo, em Araçatuba. Portal Fator Brasil – PFB. Disponível em <[http://revistafatorbrasil.com.br/ver\\_noticia.php?not=20496](http://revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=20496)>. Acesso em 13.jul.2013.

PEREIRA, Valdeir Agostinelli. *Formação política de Marília: terra e poder na Frente Pioneira Paulista (1924-1937)*. Assis, 1990. Dissertação de mestrado em História – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis.

POCHMANN, Márcio. *Desempregados do Brasil*. In: ANTUNES, Ricardo (org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

PRINS, Gwyn. “História oral”. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 02, jul/dez. 2008, pp. 263-274.

RODRIGUES, J. C. A cultura do lixo e sua angústia. In: GARCIA, P. B (org.) *Falas em torno do lixo*. Rio de Janeiro: Nova, Iser, Polis, 1992.

RUBIN, Gayle. “The Traffic in Women: notes on the ‘Political Economy’ of sex”. In: REITER, Rayna (ed.). *Toward an Anthropology of Women*. New York and London, Monthly Review Press. pp. 157-210, 1975.

\_\_\_\_\_. *O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo*. Edição S.O.S corpo, Recife, 1993.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SCHMIDT, Naiara Conservani. *Canaã: a nova terra prometida pelos condomínios fechados da cidade de Marília-SP*. Marília, 2009. Monografia – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília.

SANTOS, João Bosco Feitosa; MEIRELES, Gustavo Fernandes; MACIEL Heloisa Mattei de Oliveira. “Refugos sólidos e refugos humanos”. Anais do VII Seminário do Trabalho – RET: 2010.

SILVIA HELENA. Usinas têm mais de 5,5 mil vagas de trabalho abertas. *Folha da Região*. Araçatuba, 17, mar.2013. Disponível em: <<http://www.folhadaregiao.com.br/Materia.php?id=311521>>. Acessado em 15.nov.2013.

\_\_\_\_\_. Após venda, funcionários da Etti ficam na incerteza. *Folha da Região*. Araçatuba, 13, dez.2011. Disponível em: <<http://www.folhadaregiao.com.br/Materia.php?id=289646>>. Acessado em 15.nov.2013.

SINGER, Paul. “Economia solidária versus economia capitalista”. *Sociedade e Estado* online. 2001, v.16, n.1-2, pp. 100-112. ISSN 0102-6992

\_\_\_\_\_. “Especificações complementares para fomento a empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação atuantes com resíduos sólidos, constituídas por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis”. Chamada Pública 004/2011 – SENAES/TEM, ANEXO I. Brasília, 2011.

SOARES, M. A. T. Trabalho informal: da funcionalidade à subsunção ao capital. Vitória da Conquista/Ba: Edições UESB, 2008.

SOUSA, Antonia de Abreu. “O conceito gramsciano de ‘revolução passiva’ e o estado brasileiro”. *Revista Labour*, n. 3, v. 1, UFC, 2010.

SOUZA, Andre Ricardo de. *Os laços entre igreja, governo e economia solidária*. Edufscar, 2013.

STRECK, Nereu Augusto. “Climate change and agroecosystems: the effect of elevated atmospheric CO2 and temperature on crop growth, development, and yield”. *Ciência Rural*, Santa Maria, v. 35, n. 3, pp.730-740, mai-jun, 2005.

TAVARES, Maria Augusta. “Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista”. *Revista Outubro*, n. 7, 2002.

TEIXEIRA, Marlene. “As políticas de enfrentamento à pobreza e o cotidiano das mulheres”. In: COSTA, Albertina et alli (orgs.). *Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo*. Recife: S. O. S. Corpo, 2010.

THE ECONOMIST. Les misérables. 2012 Disponível em: <<http://www.economist.com/node/21559618>>. Acessado em 28.jul.2012.

TUDE de SOUZA, Ângela Maria. “Sobre o americanismo e fordismo de Antonio Gramsci”. *Textos Didáticos*, 1992, n. 05. Campinas: Editora do IFCH/UNICAMP.

VELLOSO, Marta Pimenta. *Os catadores de materiais recicláveis e os resíduos sólidos*. In: *Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, 2004.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. “Notas sobre a Doutrina Social da Igreja Católica: DSI, e o Vaticano II, na perspectiva sócio-política”. *Revista NURES*, PUC – SP, 2006.

WELLEN, Henrique. *Para a Crítica da “Economia Solidária”*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

WIRTH, Ioli Gewehr. *Mulheres na Triagem, Homens na Prensa: questões de Gênero em cooperativas de catadores*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2013.

\_\_\_\_\_. “A divisão sexual do trabalho em cooperativas de reciclagem: um olhar sobre os trabalhos das mulheres”. In: ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela Franciscane (orgs.). *Cooperativas de catadores: reflexões sobre práticas*. E-book, São Carlos: Claraluz, 2011.



WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003, pp. 205-242.

## OBRAS CONSULTADAS

ALTHUSSER, Louis. *Posições 1*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1978.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.

AMORIM, Elaine Regina Aguiar. *No limite da precarização*. São Paulo: Anablume, 2011.

AMORIM, Henrique; FERRAZ, Cristiano. Dialética e luta de classes: contradição e mediação no método de Karl Marx. *Temáticas*, Campinas, ano 15, n. 29, pp. 47-63, 2007.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? – Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Editora Cortez, 1997b.

\_\_\_\_\_. “Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?”. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 107, pp. 405-419, jul./set. 2011b.

ASSUNÇÃO, Diana. *A precarização tem rosto de mulher*. São Paulo: edições Iskara, 2011.

AZEVEDO, Beatriz Regina Zago de. *A produção não capitalista: uma discussão teórica*. Porto Alegre: FEE, 1985.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura, história e cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

BOSI, Antonio de Pádua. “A organização capitalista do trabalho ‘informal’: o caso dos catadores de recicláveis”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 67, pp. 101-116, jun. 2008.

\_\_\_\_\_. “Catadores de recicláveis no Brasil: a organização capitalista do trabalho ‘informal’”. In: *Anais do Congresso Brasileiro de Sociologia*, 13, 2007, Recife. Disponível em: <[http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=1014&Itemid=171](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1014&Itemid=171)>. Acesso em: 15.nov. 2012.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

CHESNAIS, François. “Écologie, luttes sociales et projet révolutionnaire pour le 21 siècle”. In: GAY, Vincent (coord.). *Pistes pour un anticapitalisme vert*. Paris: Éditions Syllepse, 2010.

COINTREAU, Sandra. *Environmental management of urban solid wastes in developing countries: a project guide*. Washington, D.C.: World Bank. 1982.

COSTA, Claudia Moraes. *Reciclagem e cidadania: a trajetória de vida dos catadores de material reciclável da comunidade RECICLO*. Brasília, 2008. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília – UNB, Faculdade de Educação.

COSTA, Idalina Farias. *De lixo também se vive: origem e reprodução de comerciantes e catadores de lixo em Cidade Nova, Natal/RN*. Recife: Editora Massangana/FUNDAJ. 1986.

EIGENHEER, Emilio Maciel. *Lixo, Vanitas e Mortes: considerações de um observador de resíduos*. Niterói: EdUFF, 2003.

ESCURRA, Maria Fernanda. *Sobrevivendo do lixo: população excedente, trabalho e pobreza*. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos – IPEA CODE, 2011.

FAGUNDES, M. E. M. *Informalidade na região metropolitana de Salvador: um estudo exploratório*. Salvador, 1992. 201 f. Dissertação de mestrado em Economia – Universidade Federal da Bahia/FCE.

FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo: um estudo da revolução feminista*. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

FOLADORI, G. “O metabolismo com a natureza”. *Revista Crítica Marxista*, n. 12. pp. 105 – 117. São Paulo: Boitempo, 2001.

FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FRASER, Nancy. “O feminismo, o capitalismo e a astúcia da História”. *Revista Mediações*, Londrina, v. 14, n.2, pp. 11-33, Jul/Dez. 2009.

GALASTRI, Leandro de Oliveira. *Revisionismo “latino” e marxismo: de Georges Sorel a Antonio Gramsci*. Campinas, 2011. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

GATTAZ, André Castanheira. “Lapidando a fala bruta: a textualização em História oral”. In: MEIHY, J.C.S.B. (org.). *(Re)definindo a História oral no Brasil*. São Paulo, Ed. Xamã, 1996. pp. 135-40.

GAY, Vincent. *Écologie par temps de crise*. In: \_\_\_\_\_ (coord.). *Pistes pour un anticapitalisme vert*. Paris: Éditions Syllepse, 2010.

GERMER, Claus Magno. “A ‘Economia Solidária’: uma crítica marxista”. *Revista Outubro*, n. 14, 2º semestre, 2006.

GERMER, Claus Magno. “Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social”. *Crítica Marxista* (São Paulo), v. 29, p. 75-95, 2009.

GONÇALVES, Múcio Tosta. “Mercado e solidariedade: reflexões prévias para entender o lugar dos ‘trabalhadores de rua’ na sociedade”. In: MUÑOZ, Jorge Vicente (org.). *O catador de papel e o mundo do trabalho*. Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua e I Encontro Nacional de Catadores de Papel e Material Reaproveitável. (Cadernos de Educação Popular, 25). Rio de Janeiro: Nova, 2000.

GONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino et alli. “Frames de ação coletiva: uma análise da organização do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis no Brasil – MNCR”. *Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais*

*Participação e Democracia*. De 11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS, 2010.

GRECCO, Fabiana Sanches. Etnografia do trabalho e cotidiano dos trabalhadores coletores de materiais recicláveis - um estudo sobre trabalho e vida dos trabalhadores da ACREPOM. Anais do VII Seminário do Trabalho - RET - 2010. Disponível em: <[http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Fabiana\\_Sanches\\_Grecco\\_Etnografia\\_do\\_Trabalho\\_e\\_Cotidiano\\_dos\\_Trabalhadores\\_Coletores\\_de\\_Materiais\\_Reciclveis.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Fabiana_Sanches_Grecco_Etnografia_do_Trabalho_e_Cotidiano_dos_Trabalhadores_Coletores_de_Materiais_Reciclveis.pdf)>. Último acesso em 15.dez.2013.

\_\_\_\_\_. Trabalho e Violência na Atividade de Catação. Anais CEMARX 2012. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2012/trabalhos/7221\\_Grecco\\_Fabiana.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/7221_Grecco_Fabiana.pdf)>. Último acesso em 15.dez.2013.

GRESPLAN, Jorge. “A dialética do avesso”. *Crítica Marxista*. Boitempo, n. 14, pp. 26-47, 2002.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas em sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1997, pp. 79-91.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. “Novas configurações da divisão sexual do trabalho”. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, pp. 595-609, set./dez. 2007.

KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Weishaupt. “Economia informal: aspectos conceituais e teóricos”. Escritório da OIT no Brasil. – Brasília: OIT, 2010.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LAGO, Antonio; PÁDUA, José Augusto. *O que é ecologia*. São Paulo: coleção Primeiros Passos, 1984.

LANG, A. B. da S. G. “História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta”. In: *Introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

LAUTIER, Bruno. “Informalidade das relações de trabalho e cidadania na América Latina”. *Cadernos CRH*, Salvador, n. 18, pp. 5-48, 1993.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade – o fenômeno urbano: sentido e finalidade da industrialização. O principal direito do homem*. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

LOMBARDI, Maria Rosa. “Anotações sobre desigualdades de gênero no mercado de trabalho”. In: GEORGES, Isabel P. H.; LEITE, Marcia de Paula (orgs.). *Novas Configurações do Trabalho e Economia Solidária*. São Paulo: Annablume, 2012.

LÖWY, Michael. *Ecologia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. “Ecosocialismo e planejamento democrático”. *Revista Crítica Marxista*, n. 28, 2009.

\_\_\_\_\_. “Valor, classe e trabalho imaterial: entrevistas com pesquisadores marxistas”. In: AMORIM, Henrique. Mimeo.

MANDEL, Ernest. Introdução ao marxismo. São Paulo: página 7 artes gráficas, 1989.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Terceiro setor e gênero: trajetórias e perspectivas*. São Paulo. Cultura Acadêmica: Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2005.

MATOS, Marlise. “Teorias e gênero ou teorias de gênero? Se e como os estudos feministas se transformaram em um campo novo para as ciências”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 2008.

MÜLLER, Marcos Luiz. “Exposição e método dialético em *O capital*. Boletim *seaf*, n. 2, Belo Horizonte, 1982.

MUÇOUÇAH, Paulo Sérgio. *Empregos verdes no Brasil: quantos são, onde estão e como evoluirão nos próximos anos*. OIT – Organização Internacional do Trabalho, escritório no Brasil, 2009.

OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVEIRA, Eduardo Messias de. *Trabalhadores da reciclagem e o discurso da sustentabilidade: uma análise do mercado da reciclagem em Cândido Mota – SP*. Marília, 2012. Monografia – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília.

PEREIRA, Tania Urbano. *A Miséria e a opulência do lixo: a realidade dos catadores de materiais recicláveis em Marília*. Marília, 2002. Monografia – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília.

PISCITELLI, Adriana. “Recriando a (categoria) mulher?”. In: ALGRANTI, Leila (org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_. “Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras”. *Sociedade e cultura*, v. 11, n. 2, julho-diciembre, 2008, pp. 263-274.

POCHMANN, Márcio. *O emprego no desenvolvimento da nação*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PORTELA, Carmem Almeida; PORTELA FILHO, Raimundo. “O método dialético na ‘Introdução à crítica da economia política’”. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v. 10, n. 1, pp. 53-67, jan./jun. 1999.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva”. São Paulo, CERU/FFLCH/USP, Coleção Textos, 1983.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes, mito e realidade*. Quatro artes: São Paulo, 1969.

\_\_\_\_\_. “Rearticulando gênero e classe social”. In: COSTA, Albertina; Bruschini, Cristina (org.). *Uma questão de gênero*. São Paulo, Ed. Rosa dos Tempos/FCC, 1992, pp. 183-215.

\_\_\_\_\_. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. – (Coleção Brasil Urgente).

\_\_\_\_\_. “Quantos sexos? Quantos gêneros? Unissexo/Unigênero?”. *Cadernos de Crítica Feminista*, Ano III, n. 2 – dez 2009, pp. 6-33.

SALGADO, Gabriel Maia. “Cooperativas de reciclagem se preocupam quanto ao futuro de catadores em São Paulo”. *O Brasil de Fato: uma visão popular do Brasil e do mundo*. Disponível em <<http://www.brasildefato.com.br/node/13426>>.

SANTOS, José Trindade. “Princípios da natureza na Física A, de Aristóteles: pré-socráticos, Platão”. *Anais de Filosofia Clássica*, v.1, n. 9, ISSN 1982-5323, 2011.

SCOTT, Joan Wallach. “História das mulheres”. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

TANURO, Daniel. “Marxisme, énergie et écologie: l’heure de vérité”. In: GAY, Vincent (coord.) *Pistes pour un anticapitalisme vert*. Paris: Éditions Syllepse, 2010.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WALLIS, V. “As respostas capitalistas e socialistas à crise ecológica”. *Revista Crítica Marxista*, n. 29, pp. 57-74, 2009.

WIRTH, Ioli Gewehr. *As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem: um caminho para a construção da autogestão?* Campinas, 2010. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.



## FILMOGRAFIA

ESTAMIRA. Direção e Roteiro: Marcos Prado. Produção: Marcos Prado e José Padilha. Distribuição: Riofilme/Zazen Produções Audiovisuais. Brasil, 2004.

ILHA DAS FLORES. Direção e roteiro: Jorge Furtado. Produção: Casa de cinema de Porto Alegre. Música: Geraldo Flash. Brasil, 1989. Disponível em: <[http://portacurtas.org.br/filme/?name=ilha\\_das\\_flores](http://portacurtas.org.br/filme/?name=ilha_das_flores)>, acesso em: 29.06.2011.

OS CATADORES E EU. Título original: Les Glaneurs et la glaneuse Direção: Agnès Varda. França: 2000.



ANEXO I - *GLOBAL ALLIANCE OF WASTE PICKERS*, MAPA QUE LOCALIZA OS PONTOS DO GLOBO TERRESTRE ONDE HÁ ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CATADOR.

